UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

BRUNO EVERTON BEZERRA DA ROCHA

Versus:

Páginas para ler em dias de Sol

São Paulo
2019

BRUNO EVERTON BEZERRA DA ROCHA

Versus:

Páginas para ler em dias de Sol

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Profº. Dr. Luiz Bernardo Murtinho Pericás

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R672v

ROCHA, Bruno Everton Bezerra da
Versus: Páginas para ler em dias de sol / Bruno Everton Bezerra da ROCHA ; orientador Luiz Bernardo Murtinho PERICÁS. - São Paulo, 2019.
165 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Jornal Versus. 2. Imprensa Alternativa. 3. Liga Operária. 4. Trotskismo. 5. Ditadura Militar. I. PERICÁS, Luiz Bernardo Murtinho, orient. II. Título.

Nome: ROCHA, Bruno Everton Bezerra da

Título: *Versus:* Páginas para ler em dias de Sol

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Dedico esta dissertação à minha mãe, Josefa Rocha, que mesmo sendo iletrada sempre me ensinou o valor dos estudos.

AGRADECIMENTOS

De modo sucinto agradeço as pessoas que se dispuseram a ler e trocar ideias comigo nesses árduos anos de pesquisa. Agradecimento especial a minha amiga Desirée Azevedo pela leitura atenciosa e pelos comentários provocativos. A Lorrane Campos pela leitura do relatório de qualificação. Ao Professor Luiz Bernardo Murtinho Pericás pela orientação, como aos outros membros da banca, os professores Paulo Barssoti e Antônio Carlos Mazzeo.

A Luana Diniz por ter compartilhado momentos de angústia e aflição, como também de alegrias, importantes na construção deste trabalho. E por fim, a minha mãe Josefa Rocha responsável por me ensinar a ser flexível frente aos obstáculos da vida. De alguma maneira estes foram e são os responsáveis pelo resultado final que aqui se apresenta.

Meu muito obrigado.

“Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer
[...]
No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais”

Belchior

“Os meios técnicos são difíceis o bastante, mas a maior dificuldade é aceitar, profundamente em nossas concepções, os valores de que eles dependem: que as pessoas comuns possam governar; que cultura e educação são questões comuns, ordinárias; que não há massas para salvar, capturar ou dirigir, e sim, em vez disso, uma multidão de pessoas que expandem suas vidas de maneira extraordinariamente rápida e confusa”.

Raymond Williams

RESUMO

ROCHA, Bruno Everton Bezerra da. **Versus: Páginas para ler em dias de sol.** 2019, 165 pgs. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O objeto central desta dissertação é o jornal *Versus,* um dos principais periódicos da imprensa alternativa no Brasil, que circulou entre 1975 e 1979. Para compreender o seu nascimento, trajetória e as mudanças no projeto editorial, analiso o contexto latino-americano da segunda metade de século XX. Esse período é fortemente marcado por uma ebulição social e uma onda de golpes militares no continente, que produziu um fluxo de exilados e de ideias. Nesta dissertação analisamos dois frutos desse processo o jornal *Versus* e a corrente trotskista Ponto de Partida, que surgiu no exílio chileno e depois assumiu vários outros nomes, tais como: Liga Operária, Partido Socialista dos Trabalhadores e Convergência Socialista. O enfoque é demonstrar o surgimento paralelo dos dois objetos que se encontram na conjuntura da abertura política brasileira e que partilharam do mesmo objetivo: a formação de um partido socialista de massas no Brasil. Busco demonstrar como a imprensa alternativa funcionou como espaço de aglutinação dos setores de oposição à ditadura militar. Argumento que o fim do regime militar também significou o fim desta imprensa não somente pela repressão, mas principalmente por conta da abertura política que esvaziou os elementos de sua sustentação social.

Palavra-chave: Jornal *Versus,* Imprensa alternativa, Liga Operária, Trotskismo, Ditadura Militar, América Latina.

ABSTRACT

ROCHA, Bruno Everton Bezerra da. **Versus: Pages to read the sunny days.** 2019. 165 pages. Master's Thesis – Faculty of Philosophy, Languages, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The main object of this dissertation is the journal Versus, one of the main publication of the alternative press in Brazil, that circulated between 1975 and 1979. To understand its birth, trajectory and changes in the editorial project, I analyze the Latin American context of the second half of the century XX. This period is marked by a social boom and a wave of military coups in the continent, which produced a flow of exiles and ideas. In this dissertation we analyze two fruits of this process: the journal Versus and the Trotskyist current Ponto de Partida, which emerged in Chilean exile and later assumed various other names, such as the Liga Operária, the Partido Socialista dos Trabalhadores and the Convergência Socialista. The focus is to demonstrate the parallel emergence of the two objects that are at the juncture of the Brazilian political opening and that shared the same objective: the formation of a socialist mass party in Brazil. I try to demonstrate how the alternative press functioned as a space of agglutination of the sectors of opposition to the military dictatorship. I argue that the end of the military regime also meant the end of this press, not only because of the repression, but mainly because of the political opening that emptied the elements of its social support.

Keyword: Journal Versus, Alternative Press, Liga Operária, Trotskyism, Military Dictatorship, Latin America.

LISTA DE SIGLAS

AAA: Aliança Anticomunista Argentina
ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AEL: Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)
AI-5: Ato Institucional número 5
ALN: Ação Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
APML: Ação Popular Marxista Leninista
Arena: Aliança Renovadora Nacional
Cedem: Centro de Documentação e Memória (Unesp)
CGT: Comando Geral dos Trabalhadores
CLT: Consolidação das Leis Trabalhista
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CUT: Central Única dos Trabalhadores
CIEX: Centro de Inteligência do Exército
Cimi: Conselho Indigenista Missionário
CS: Convergência Socialista
Doi-Codi: Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DS: Democracia Socialista
EUA: Estados Unidos da América
FBT: Fração Bolchevique Trotskista
FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola
FNR: Frente Nacional pela Redemocratização
FSLN: Frente Sandinista de Libertação Nacional
Libelu: Liberdade e Luta
LO: Liga Operária
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEP: Movimento pela Emancipação do Proletariado
MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário
MNU: Movimento Negro Unificado
MPB: Música Popular Brasileira
MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola
MR8: Movimento Revolucionário Oito de outubro
NLR: New Left Review
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OEA: Organização dos Estados Americanos
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCI: Partido Comunista da Itália
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
POC: Partido Operário Comunista
POR-T: Partido Operário Revolucionário – Trotskista
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PST (a): Partido Socialista de los Trabajadores (Argentina)

PST (b): Partido Socialista dos Trabalhadores (Brasil)
PST (c): Partido Socialista de los Trabajadores (Colômbia)
PST (p): Partido Socialista de los Trabajadores (Peru)
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Polop: Política Operária
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SWP: Socialist Workers Party
TLT: Tendência Lênin-Trotsky (IV Internacional)
Unita: União Nacional para Independência Total de Angola
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – *Versus* 34, outubro de 1979, p.3.
Figura 2 – Capa da revista *Crisis,* Nº 1, maio de 1973.
Figura 3 – Indicadores macroeconômicos no Brasil, 1961-1986 (BELLINGIERI, 2005)
Figura 4 – Capa da revista Punto de Partida, janeiro de 1973.
Figura 5 – Capa de Independência Operária, número 12, outubro de 1975.
Figura 6 – Carta aberta de um torturado ao presidente Geisel, *Versus* 23, julho de 1978.
Figura 7 – Capa do Especial de *Versus*, Convergência Socialista, maio de 1978.
Figura 8 – Tipos de pressões em dez órgãos alternativos (CAPARELLI, Op. Cit., p. 56).
Figura 9 – Capa de *Versus*, número 3, 1976.
Figura 10 – Capa de *Versus*, número 1, 1975.
Figura 11 – Capa de *Versus*, número 33, 1979.
Figura 12 – Capa do caderno especial de *Versus* sobre a Nicarágua, 1979.
Figura 13 – Brigada Simón Bolivar
Figura 14 – Capa de *Versus*, número 7, 1976.
Figura 15 – Cartaz do Filme 25, *Versus*, número 11, 1977.
Figura 16 – Capa *Versus,* número 23, 1978.
Figura 17 – Recorte, *Versus*, número 30, p. 37, 1979.
Figura 18 – Capa de *Versus,* número 17, 1977.
Figura 19 – Recorte, *Versus*, número 32, 1979.
Figura 20 – Recorte, *Versus,* número 12, p.6, 1977.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
CAPÍTULO 1 – A descoberta da América Latina 29
1.1 A pátria grande 30
1.2 O Brasil descobre a América Latina 36
CAPÍTULO 2 – A nova esquerda brasileira 47
2.1 A resistência tardia 48
2.2 A crítica das armas 54
2.3 Ponto de Partida 57
2.4 Da Liga Operária à Convergência Socialista 62
CAPÍTULO 3 – A imprensa alternativa 81
CAPÍTULO 4 – *Versus* e a cultura como forma de ação 99
4.1 América Latina: Vida e Morte, Passado e Presente 101
4.2 Afro-Latino-América 118
4.3 O Brasil em pauta 129
CONSIDERAÇÕES FINAIS 150
REFERÊNCIAS 161

INTRODUÇÃO

O jornal[1] *Versus* surgiu em outubro de 1975 e circulou até outubro de 1979, perfazendo o total de 34 números. Sua origem esta intimamente ligada aos fluxos políticos e sociais do continente latino-americano. Com essa relação a publicação sofreu com as mudanças na conjuntura política e no bojo da abertura política brasileira encontrou seu ocaso. Mas antes de dar por encerrada a experiência o jornal tentou se reinventar.

Uma página para ler em dias de sol foi assim que a equipe de *Versus* tentou resgatar a força do jornal após a devassa que sofreu em maio de 1979. O jornal sofreu forte repressão da Ditadura Militar desde o segundo semestre de 1978 e em 1979 recebeu a visita da polícia, junto com outros órgãos estatais. A página em questão trazia aquilo que marcou a trajetória da publicação, ou seja, um misto de cultura e política, com destaques para o sol, que estampa tantas bandeiras dos países latino-americanos, e uma charge, outra marca da publicação.

uma página pra
ler em dias de sol

De prontidão

Tempos difíceis, heim Ministro?

O que me preocupa é que barril de uvas-banheiras [illegible]

(sem nenhum panfletarismo)

Figura 1 – *Versus* 34, outubro de 1979, p.3.

1 Adotamos a denominação jornal para tratar de *Versus* por ser a forma pela qual a própria equipe editorial se autodenominava. Mas apontamos que alguns autores tratam como revista, levando em consideração sua periodicidade que variou entre mensal e bimestral.

Com isso a equipe editorial buscava se reinventar após um período muito difícil, quando o jornal sofreu com a ruptura de fundadores e membros, o fracasso da fundação do partido socialista e a repressão que se abateu sobre o jornal e sobre a organização política Convergência Socialista (CS)[2] que, a partir de outubro de 1978 se tornou a única responsável pela publicação.

Mas estamos começando pelo ocaso desse que foi um dos principais jornais alternativos brasileiro. Seu surgimento se deu durante uma longa noite que tomou conta de todo o continente. Sob o signo da derrota das organizações que haviam aderido à luta armada contra a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Assim como do processo chileno, que significou uma ofensiva reacionária no continente com o golpe sobre a Unidade Popular em 1973 (ROLLEMBERG, 1999, p. 36). Nesse contexto, *Versus* se propôs a pensar a América Latina com uma forte crítica ao desenvolvimento capitalista, afirmando que era preciso fazer as pazes com o passado e aprender com o mesmo para pensar o futuro.

Munido de certo *romantismo revolucionário* (RIDENTI, 2000), o jornal operou sob o passado e o presente, tendo a história como seu fio condutor. A história do continente foi apresentada em letras vivas, mas não só em letras, foram apresentadas sociedades, povos e natureza. Todos submetidos ao mesmo destino sob o julgo do capitalismo: submissão e exploração. Como consequência o jornal constata a extinção de povos e culturas que foram dragados ao longo do processo de colonização do continente.

Se o passado era de uma longa tristeza, o presente não era diferente com o continente mergulhado em regimes ditatoriais. *Versus* se colocou a denunciar as violações de direitos humanos e a repressão generalizada que tomou conta das sociedades do Cone Sul. O jornal também dedicou especial atenção à perseguição à imprensa e aos jornalistas, que inúmeras vezes foram alvos dos que não aceitavam ter seu poder esquadrinhado.

Essa perseguição não era exclusividade dos países vizinhos, mas também uma forte realidade em solo nacional. O primeiro número de *Versus* saiu no mesmo

2 A Convergência Socialista foi lançada em fevereiro de 1978 como uma proposta de embrião do que deveria se tornar um partido socialista de massas no Brasil, a nova organização foi impulsionada pela Liga Operária com o apoio da equipe editorial de *Versus.*

mês, outubro de 1975, em que foi assassinado o jornalista Vladimir Herzog[3]. Esse fato foi um peso para toda a sociedade brasileira e também para a equipe do jornal. Nascido sob signo da perseguição à imprensa, o jornal buscou atuar em sua primeira fase de forma a não chamar atenção da repressão. Como afirmou Omar de Barros Filho, um de seus principais colaboradores[4], a publicação atuou de forma elíptica, discutindo a situação política nacional de forma indireta para que o leitor depreendesse sua posição no contexto da edição. É desta forma, que *Versus* narrou a perseguição à jornalistas na Argentina, a exemplo de Rodolfo Walsh, mas não escreveu uma linha sobre o assassinato de Herzog.

Essa posição se alterou a partir de 1977, quando o movimento de massas voltava à cena no país, inicialmente o movimento estudantil e depois o movimento operário. Nesse momento o jornal assume um discurso sociológico e busca analisar as alterações na sociedade brasileira que permitiram o ressurgimento desses movimentos e os rumos que eles poderiam assumir. Desta análise decorre um engajamento político em pensar sobre as alternativas dessas oposições ao regime, levando a publicação a advogar a fundação de um partido socialista de massas, possibilidade amplamente discutida na esquerda brasileira. Essa proposta ganhou corpo com a fundação da organização política Convergência Socialista e se desenvolveu ao longo do ano de 1978 com a participação de integrantes de *Versus*. Contudo, em agosto desse mesmo ano, o jornal enfrenta a ruptura de seu fundador e mais sete membros, ficando sob a responsabilidade da CS que, no mesmo período, sofria com disputas internas e a repressão governamental.

Essa seria em resumo, a trajetória de *Versus.* Mas é importante pensá-la como parte de um fenômeno mais amplo: a imprensa alternativa. Em uma tentativa de conceituação do que seria essa impressa no Brasil, Regina Festa (1986) aponta seus principais elementos, aqui descrito:

> O termo imprensa alternativa é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tabloide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e

3 O nome de Vladimir Herzog tornou-se central no movimento pela restauração da democracia no país após 1964. Militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado e assassinado pelo regime militar brasileiro nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, no município de São Paulo, após ter se apresentado voluntariamente ao órgão para "prestar esclarecimentos" sobre suas "ligações e atividades criminosas".

4 Entrevista de Omar de Barros Filho ao autor, 9/3/2018.

> expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político (FESTA, 1986, p.16).

No Brasil o fenômeno da imprensa alternativa teve extensão nacional e existiu durante quase toda a Ditadura Militar, tendo seu auge na segunda metade da década de 1970. Segundo Kucinski (2001), no país inteiro existiram cerca de 150 periódicos com os mais diversos temas: cultura, política, gênero, negros, gays, contracultura, etc. Por ser um fenômeno de grande extensão, o autor promoveu uma classificação entre os jornais de exclusiva motivação jornalística (*Os Jornalistas*) e os jornais vinculados a partidos ou a frentes políticas (*Os Revolucionários*). Sua obra faz uma leitura horizontal do fenômeno e busca aprofundar a análise de alguns poucos periódicos.

A categoria dos revolucionários seria composta por jornais marcados pelo discurso político-ideológico, e teriam sido fortemente influenciados pelos movimentos anteriores ao golpe de 1964, segundo Kucinski:

> Com raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e o marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60, em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973 (KUCINSKI, Op. Cit., p XIV)

Já a categoria dos jornalistas teve como centro a prática jornalística, dando enfoque a crítica dos costumes à primazia do discurso ideológico.

> Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção (Idem, p. XIV e XV)

Para o autor o jornal *Versus* se enquadraria nessa segunda categoria, pois seu surgimento não esteve diretamente ligado aos movimentos dos anos 1950 e 1960, como também não foi fruto de uma organização política. Ao se debruçar sobre a publicação Kucinski aponta que:

> *Versus* foi ao mesmo tempo uma alternativa de linguagem, de

> organização da produção jornalística e de proposta cultural. Em vez do discurso político do *Movimento,* que o precedeu em alguns meses, usava uma narrativa mítica, operando no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas, dos heróis das esquerdas. Faerman proclamou-o um "jornal de reportagens ideias e cultura", que propunha a "cultura como forma de ação política". Quase não se produzia a reportagem factual clássica; expressava-se através dos sentimentos, e não do convencimento lógico. Valorizava sobretudo a forma, numa "fusão de elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia (Idem, p. 189)

A obra de Kucinski se constitui como uma das principais elaborações sobre a imprensa alternativa até o momento. Nela o autor acaba por estabelecer um paradigma que, mesmo ponderando os vários fatores que atingiram a imprensa alternativa, como a perseguição pelo regime e as dificuldades financeiras, assume como causa principal do fim de vários periódicos a participação das organizações de esquerda nessas publicações e as disputas políticas.

Essa foi a visão adotada por outras pesquisas que abordaram a imprensa alternativa. No caso de *Versus* temos o trabalho de Eblak Araujo (2001) que analisa a busca da identidade latino-americana desenvolvida pela publicação, o autor aponta que, teria faltado à equipe do jornal clareza sobre o conceito de América Latina adotado no jornal e sobretudo a experiência teria sido interrompida:

> O projeto original de *Versus* partiu da equipe de Marcos Faerman naquele sombrio outubro de 1975 e foi freado pelo grupo Convergência Socialista, que, no bojo do processo de abertura política de Geisel e Figueredo e no retorno do sistema multipartidário ao Brasil, mudou radicalmente o jornal. O periódico paulistano teve sua fase para colocar em prática a "busca da identidade latino-americana" do número 1 – em outubro de 1975 – até o número 24 – setembro de 1978. Depois, a CS interrompe essa etapa, muda o projeto editorial de *Versus* e impõe um novo estilo (EBLAK ARAÚJO, 2001, p. 125).

Ao concluir desta forma, o autor só analisa de fato esse período que vai até o número 24, de setembro de 1978, quando ocorre a ruptura de Marcos Faerman[5]. Reafirma, assim, a tese desenvolvida por Kucinski (2001). Outra obra que trata da questão da imprensa alternativa, mas pelo viés da nova esquerda, é *A Utopia Fragmentada* (ARAÚJO, 2001). A autora fundamenta sua análise no processo que se deu no mundo, após maio de 1968, constatando que essa nova esquerda que

5 Marcos Faerman (1944-1999) Jornalista porto-alegrense, ex-militante do PCB e POC, repórter do Última Hora, Zero Hora e Jornal da Tarde. Antes de *Versus*, fez parte da equipe do alternativo *EX.*

surgia se enfrentava em grande parte com a tradição do marxismo soviético, representado nos vários países pelos Partidos Comunistas. Ela buscou valorizar temas como a democracia e as liberdades individuais:

> Ao surgimento desses grupos, movimentos e organizações se somava um debate no campo teórico. Uma parte desse debate significou um esforço de renovação no interior do campo marxista. Já uma outra parte representou, justamente, a busca de novos paradigmas e novos postulados diferentes daqueles consagrados pelo marxismo. (ARAÚJO, Op. Cit., p. 9)

Essa nova esquerda surge da crítica ao chamado "socialismo real" e aos acontecimentos ocorridos no Leste Europeu, mais especificamente a partir do relatório Kruschov[6], da repressão à revolução política na Hungria e da invasão da Checoslováquia. Esses episódios levaram a que Hobsbawm constatasse "a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional" (HOBSBAWM, 1994, p. 81).

Surgem então, em vários países, agrupamentos críticos à atuação dos Partidos Comunistas e às ações de Moscou. Na Inglaterra se formou a New Left Review (NLR), que reunia o grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico; na França surgiram vários agrupamentos, principalmente no Maio de 1968, com forte influência das ideias de Mao Tse-Tung e de Leon Trótsky. Esse deslocamento também ocorreu em outros países, como nos EUA, Alemanha e Itália (ARAÚJO, Op. Cit., pp. 35-64).

Quanto à questão da imprensa alternativa a autora amplia a categorização de Kucinski, promovendo a seguinte divisão:

> A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas "alternativos" ou "malditos" - os que produziam fora do esquema comercial; e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada "imprensa negra", os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc. (idem, p. 21)

---

6 Relatório de 1956 que denunciou os crimes perpetrados por Josef Stalin contra opositores durante o período em que governou a URSS.

Desta forma, o trabalho de Araújo (2001) articula os dois fenômenos estudados nessa dissertação: a nova esquerda e a imprensa alternativa, com bastante ênfase nos grupos que surgiram a partir da fragmentação da esquerda tradicional, principalmente os grupos de minorias. Já em sua análise sobre *Versus* a autora não se afasta da proposição elaborada por Kucinski e aponta que:

> *Versus* representava, em seu projeto inicial, um ponto de vista de esquerda, de crítica ao stalinismo e ao modelo soviético. Mas a sua transformação em órgão da Convergência Socialista lhe retirou o conteúdo crítico – responsável por seu caráter inovador e vanguardista – e o inseriu no quadro de um discurso doutrinário. O jornal mudou de aparência e conteúdo, e os jornalistas ligados ao projeto inicial terminaram por se retirar. Marcos Faerman, idealizador e fundador do jornal, foi expulso. Como um jornal nitidamente político, *Versus* continuou saindo até meados de 1979. Terminou assim, asfixiado, um dos mais interessantes jornais alternativos brasileiros (Idem, p.27).

Na contramão dessa abordagem sobre *Versus* temos a tese de doutoramento de Bucchioni (2018), que teve como tema central os circuitos de produção e circulação de pessoas e ideias no qual se desenvolveu o projeto editorial do jornal. A autora busca inserir o Brasil no contexto latino-americano fortemente marcado pela revolução cubana e permeado por ditaduras militares e exilados políticos. Assim, a obra abarca toda o período que a publicação circulou, ao contrário das outras obras aqui citadas que focam suas análises até no máximo o número 24.

Assim como a autora, esta pesquisa toma em seu escopo de análise todos os números do jornal. Com o intuito de oferecer uma reflexão alternativa ao paradigma da ruptura, ela buscou compreender a relação entre a CS e a equipe editorial de *Versus,* realizando por isso também uma extensa pesquisa sobre a trajetória dessa organização política, desde sua fundação como Ponto de Partida no exílio chileno, sua refundação na Argentina como Liga operária, seu retorno ao Brasil e entrada no periódico, como também os processos políticos de conformação da CS e, finalmente de ruptura de Marcos Faerman com o jornal. Desfecho que culminou com a CS sozinha no controle da publicação. Pensar essa relação é o que permite a esta pesquisa abordar uma dimensão da publicação não trabalhada por pesquisas anteriores: a de que uma das principais contribuições de *Versus* à conjuntura política nacional foi seu aporte ao debate das oposições a Ditadura Militar, sendo inclusive espaço de difusão de ideias das mais variadas linhas de pensamento, por meio de

entrevistas e debates patrocinados pelo jornal.

Sob esse ponto de vista, *Versus* embaralha as categorias propostas por Kucinski (2001) ao dividir os periódicos da imprensa alternativa entre os de projeto puramente jornalísticos, *Jornalistas,* e os que eram frentes políticas, *Revolucionários.* É certo que a primeira fase do jornal se enquadra melhor na categoria dos jornalistas. No entanto, como aponta o texto de Karepovs e Leal (2007, p. 165), com a entrada da Liga Operária (LO) na redação, no ano de 1977, *Versus* assume o caráter de frente jornalística com vistas à atuação política, alterando substancialmente o projeto editorial. Como demonstraremos ao longo desta dissertação, houve um processo de politização[7] do jornal que não se deu contra os seus fundadores mas, pelo contrário, foi feito de forma combinada. Esse giro político começou a partir do número 8, de março de 1977, e foi se aprofundando conforme a conjuntura nacional se ampliava, com a volta à cena dos movimentos sociais.

No entanto, o retorno dos movimentos sociais se combinou com a crise do modelo econômico desenvolvido pela Ditadura Militar. Enquanto o regime conseguiu manter os índices de crescimento os movimentos sociais tiveram dificuldades de se levantar, as organizações políticas que se lançaram contra a ditadura o fizeram através da luta armada. Assim, em nosso trabalho analisamos o período em que a nova esquerda adota a luta armada, sua derrota e o processo de autocrítica. Para isso utilizamos as análises desenvolvidas por Jacob Gorender em sua obra *Combate nas trevas* (2014), onde o autor aborda a fragmentação da esquerda brasileira após o golpe e adoção da luta armada, seu declínio e a fase de autocrítica. Abordando o mesmo tema, mas pelo viés dos projetos revolucionários e a sua relação com a intelectualidade, temos o livro de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira* (2005).

Esse processo de crítica culminou em uma segunda onda da nova esquerda, com uma valorização das pautas identitárias e das liberdades democráticas. Com esse apanhando passamos a análise dos dois objetos desta pesquisa: o jornal *Versus* e a corrente politica que culminou na CS. Desta forma, conectamos dois

7 Entendemos a politização como um processo no qual o jornal vai assumindo uma postura propositiva em relação à conjuntura política nacional, em referência aos debates estabelecidos entre as esquerdas e os movimentos sociais, chegando a propor a fundação do partido socialista em detrimento de outros projetos.

fenômenos de grande importância para o entendimento das oposições durante a Ditadura Militar brasileira, ou seja, a imprensa alternativa e a nova esquerda. Essa conexão entre os dois processos é característica da transição brasileira e deu a tônica de oposição ao regime que marcou a impressa alternativa.

Com a proposta de abertura política a Ditadura Militar buscou se aproximar da imprensa como forma de rearticular sua relação com a sociedade civil, com essa aproximação colocou fim a censura prévia. No entanto, o fim da censura e a liberdade de impressa não foi para todos, como destacou Aquino:

> A intenção do grupo que controlava o Executivo e, consequentemente, a lenta transição democrática, foi de liberar algumas vozes, no caso da imprensa escrita, o que contribuiu para motivar o apoio da sociedade civil. Ao manter a censura sobre outros jornais, o Estado desejava bloquear o risco, que eles representavam, para o projeto de desenvolvimento econômico delineado nas metas da Doutrina de Segurança Nacional. *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* e *M[ovimento]* somente foram liberados quando o processo de abertura política encontrava-se controlado e já havia sido restabelecido, medianamente, o consenso com algumas parcelas da sociedade civil. As explosões de bombas em bancas de jornais que vendiam alternativos, a destruição das instalações gráficas das empresas jornalísticas e a pulverização partidária da oposição, com a proliferação de diferenciados projetos políticos para o país, deram o golpe final para calar as vozes discordantes e incômodas (AQUINO, 1999, p. 220).

Essa é a mesma avaliação apresentada nos Cadernos de Comunicação publicados pela Prefeitura do Rio de Janeiro:

> De um universo de cerca de 160 jornais, surgidos na década de 70, a metade não chegou a completar um ano de existência, tendo vários deles ficado apenas nos dois ou três primeiros números. Apenas cerca de 25 tiveram vida relativamente longa, de até cinco anos. E, mais importante: nenhum deles sobreviveu com sua forma original ao regime autoritário que combateram.
> Uma explicação corrente para o desaparecimento dos alternativos é a de que, com a volta da democracia, teriam perdido o seu principal mote, a resistência. Mas falhas de administração, dissidências internas e sectarismo também foram fatores debilitantes da imprensa alternativa. Além disso, com a abertura democrática, os grandes jornais passam a defender bandeiras antes privilégio dos alternativos. A campanha pela anistia, pelas eleições diretas passaram a ser temas agora amplamente discutidos na grande imprensa, assim como a revisão de casos de sequestros, assassinatos e desaparecimentos (CADERNOS DE COMUNICAÇÃO, 2005, p. 23).

Em nossa avaliação é justamente nesse ponto que se encontra a chave para

entender o fim da impressa alternativa e também o fim de *Versus*. O ano de 1978 foi decisivo no seu engajamento político e, ao assumir a defesa do partido socialista a publicação entrou de cabeça na disputa política dos rumos da Abertura. O que levou a uma maior repressão por parte do regime sobre a CS e o jornal, ponto fundamental na ruptura de Marcos Faerman, levando também à fragmentação da CS e ao fim de *Versus*.

Assim, no capítulo 1 apresentamos o contexto latino-americano dos anos 1960, fortemente marcado pela revolução cubana, tornando o continente americano um espaço privilegiado da Guerra Fria (MOTTA, 2000). Na primeira parte do capítulo analisamos o impacto da revolução cubana, o embargo norte-americano e as respostas do governo cubano para romper o cerco. Aqui privilegiamos as ações no campo cultural com as quais foi constituída uma rede de solidariedade que influenciou toda uma geração e permitiu o surgimento de vários grupos e publicações em diversos países.

Em seguida abordamos a situação dos movimentos sociais e da cultura no Brasil nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe militar de 1 de abril de 1964. Apresentamos como o país viveu uma ebulição cultural e política que levava a crer que algumas pautas progressivas seriam finalmente realizadas (HOLLANDA, 2004). No entanto, o golpe teve justamente a função de frear esse processo e excluir das esferas de poder um setor progressista da sociedade que pautava temas como: reformas de base, legalização do PCB, direitos trabalhistas no campo, etc (NAPOLITANO, 2014).

Constatamos que o golpe não colocou fim a tal ebulição cultural, pois essa se intensificou até o ano de 1968 quando em dezembro o regime editou o Ato Institucional número 5 (AI-5), promovendo o fechamento completo do regime e, dando início aos chamados anos de chumbo. Antes mesmo do fechamento completo do regime a cultura brasileira já vivia uma certa crise de referências, alguns artistas já buscavam inspiração para além das fronteiras nacionais e encontraram nos países vizinhos movimentos e ideias que levaram ao estabelecimento de um intercâmbio cultural. A esse processo demos o nome de descoberta da América Latina pelo fato de que esse momento representou uma aproximação ímpar na história das relações entre o Brasil e os países da América Latina.

No capítulo 2 analisamos a trajetória da esquerda brasileira nos 1960 e 1970, em especial sua fragmentação. Esse processo não foi exclusivo do Brasil, ocorreu ao redor do mundo provocado pelas reflexões, críticas e rupturas que se deram no bojo das contestações aos dois blocos mundiais, e que teve no Maio de 1968 francês um dos seus principais acontecimentos junto com a revolução na Hungria, em 1956, e a primavera de Praga, em 1968 (ARAÚJO, Op. Cit.).

No caso do Brasil, apontamos que essa crítica se combinou com o quadro politico nacional, ou seja, o golpe e a subsequente falta de resistência a ele. Desta forma, o balanço da derrota teve como alvos principais o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). As duas agremiações haviam adotado uma política de aliança após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, e eram as responsáveis pelo projeto político que estava em vigor quando do golpe. Esse processo de crítica se deu junto com o acirramento da luta de classes e a resistência cultural até o AI-5.

O primeiro impulso de crítica se deu privilegiando a ação direta e boa parte dos grupos aderiram à luta armada. Essas organizações sofreram forte repressão estatal durante o período que vai de 1968 à 1974 e marca os anos de chumbo da Ditadura Militar. Com a derrota da luta armada se abre o processo de crítica das armas e a revalorização das pautas democráticas (GORENDER, Op. Cit.).

Com esse quadro da esquerda brasileira passamos a analisar como essa crítica à luta armada começou em território nacional e se espalhou pela comunidade de exilados brasileiros ao redor do mundo. Para efeitos dessa dissertação descrevemos como um pequeno grupo de exilados no Chile realizou essas discussões. Mesmo oriundos de organizações guerrilheiras, eles passaram a críticá-las defendendo que a esquerda deveria voltar a priorizar o trabalho de massas que combinasse o trabalho político clandestino com o trabalho legal, se utilizando das brechas que existiam no regime.

Esse grupo se organizou como Ponto de Partida, no Chile. Após o golpe de 1973, se reorganiza na Argentina e funda a Liga Operária (LO). De volta ao Brasil, a LO vai atuar no movimento estudantil e operário. Com a volta das mobilizações, a organização passa a defender a proposta de um partido socialista de massas e lança a Convergência Socialista que, junto com a equipe de *Versus,* vai encampar a

fundação do partido.

No capítulo 3 analisamos o processo no qual se deu o surgimento da imprensa alternativa no Brasil. A exemplo da reorganização da esquerda, a imprensa alternativa também foi um fenômeno mundial que adquiriu algumas especificidades em solo nacional. O ambiente social que permitiu o surgimento deste tipo de imprensa era fortemente marcado pelo processo de modernização da imprensa tradicional, ou seja, a adoção dos mecanismos de gestão das empresas capitalistas que tinham nos anúncios sua principal fonte de lucros, diferente do modelo anterior pautado na venda em bancas de jornal. Essa mudança se combinou com as transformações internas à redação, como a proliferação dos editores e o cerceamento da liberdade do jornalista.

Com perfil de oposição ao regime e discutindo inúmeros temas, a imprensa alternativa funcionou como espaço de aglutinação social e política. Nela a oposição ao regime conseguiu discutir seus rumos e as propostas para o país. Aqui abordamos alguns dos mais relevantes periódicos com o intuito de demostrar os circuitos e as várias facetas que essa imprensa adquiriu, como exemplo citamos alguns: *PIF-PAF, Pasquim, Em tempo, Opinião e Movimento.*

No capítulo 4, nos debruçamos sobre o objeto principal desta dissertação, ou seja, analisamos a trajetória de *Versus.* O jornal foi fundado por Marcos Faerman, na época redator do *Jornal da Tarde*, e por um grupo de jornalistas e intelectuais que eram seus amigos, participaram da fundação: Percival de Souza, Wagner Carelli, Enio Squeff, Moacir Amâncio, Vitor Vieira, Boris Schneiderman e Modesto Carone.

Com o intuito de cobrir toda a extensão da existência do periódico, subdividimos a abordagem em três partes. Assim, na primeira delas, descrevemos a forma pela qual o jornal abordou o continente americano. *Versus* parte de uma abordagem histórica sobre as civilizações e as lutas travadas pelos povos e avança sobre a exploração da natureza e seus recursos. E ao abordar temas do passado, o jornal buscou discutir as condições políticas atuais através do contexto e não diretamente, ou seja, de forma elíptica.

Em um segundo momento analisamos o tratamento que *Versus* deu a temática negra, essa surgiu no jornal e aos poucos passou a ter um papel central. Começamos pelo destaque que várias edições deram aos movimentos de libertação

dos países do continente africano. Essas lutas foram apresentadas em vários formatos como histórias em quadrinhos, entrevistas, filmes e reportagens. Com isso o jornal buscava se aproximar de umas das matrizes culturais latino-americanas. O espaço dedicado à temática negra vai propiciar o surgimento da seção Afro-latino-américa, que reuniu um importante núcleo de jornalistas negros.

Na terceira parte nos concentramos na abordagem que *Versus* desenvolveu sobre as principais questões políticas nacionais. A análise e a ação política sobre temas nacionais sempre foi um ponto sensível na redação pois elas poderiam representar uma ação mais agressiva da repressão ou até mesmo o desaparecimento de membros da equipe editorial. No entanto, o jornal também era muito sensível as questões que afetavam o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Descrevemos o processo de politização da publicação que passou de uma cobertura tímida sobre as questões políticas nacionais a análise dos movimentos sociais até a proposta de fundação do partido socialista. Processo que culminou com a ruptura de seu fundador e a continuação da publicação sob controle da CS. Essa última fase marca o período mais repressivo sobre o jornal e a CS, fato que impossibilitou a continuidade da circulação de *Versus*. O último número de *Versus* saiu em outubro de 1979.

Por último, cabe algumas palavras sobre o termo Ditadura Militar usado ao longo do texto. Ele será usado para designar o período histórico compreendido entre o golpe de 1964 e a eleição presidencial indireta de 1985, como também para se referir ao conjunto de instituições, aparelhos legais (públicos e secretos) e práticas ilegais que compuseram, durante esse período, o regime de exceção. Contudo sabemos que alguns autores consideram o período mais curto ou mais longo, a depender do enfoque adotado. Quanto ao complemento militar do termo ditadura, opto pela visão desenvolvida pelo historiador Marcos Napolitano:

> Não endosso a visão de que o regime político subsequente [ao golpe de 1964] tenha sido uma “ditadura civil-militar” ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder. […] Trata-se de um regime complexo, muitas vezes aparentemente contraditório em suas políticas, que mobilizou vários tipos e graus de tutela autoritária sobre o corpo político e social, articulando um grande aparato legal-burocrático

> para institucionalizar-se, aliado à violência policial-militar mais direta (NAPOLITANO, 2014, pp. 11 e 12).

Fontes

As análises realizadas nesta dissertação foram baseadas em ampla documentação recolhida dos seguintes acervos: Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP), Arquivo Edgard Leuenroth (AEL-Unicamp), Arquivo do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Esta pesquisa também consultou o site dedicado ao jornalista Marcos Faerman e os acervos digitais dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

O roteiro da pesquisa se iniciou com a coleta dos números de *Versus* nos arquivos do CEDEM, especificamente no fundo Cemap, no qual procedemos sua digitalização e fichamento, aqui constatamos que a coleção estava incompleta e também não conseguimos localizar a documentação relacionada a editora *Versus*, ou seja, as atas de reunião, pautas, balancetes e outros documentos. A editora lançou três coleções, a primeira delas intitulada *Coleção Testemunhos* teve nove títulos, são eles: *Arte da resistência: testemunhos e teatro* (Paulo Pontes, 1977), *Diário da Libertação: A Guiné-Bissau da nova África* (Licínio de Azevedo e Maria da Paz Rodrigues, 1977), *Vozes & crônicas: "Che" e outras histórias* (Eduardo Galeano, 1978), *Crônicas da vida operária* (Roniwalter Jatobá, 1978), *O manifesto comunista em quadrinhos* (Ilustrado por Ro Marcenaro, 1979), *Bolívia: vocação e destino* (Omar de Barros Filho[8], 1980), *A história da vida de um revolucionário* (ABCHE Rius, 1980), *Cuba para principiantes* (ABCHE Rius, 1980), *Sexo contra sexo ou classe contra classe* (Evelyn Reed, 1980). A *coleção Luta de Classes* teve dois volumes: *China x Vietnã: Revolução chinesa e indochinesa* (Ernest Mandel, Nahuel Moreno, Ênio Bucchioni, 1979) e *Terra ou Morte* (Hugo Blanco, 1979). Já *Cadernos pelo socialismo* teve somente um volume: *Nicarágua guerrilheira: os anjos morrem na estrada* (Hélio Goldsztejn, 1979).

Durante a pesquisa, a família de Marcos Faerman colocou na internet o site dedicado ao jornalista[9]. Nele consta os primeiros 24 números do jornal, os quais

8 Omar de Barros Filho também editou o livro *Versus: páginas da utopia*, lançado pela Azougue editorial em 2007 e que reune uma coletânea de textos e artigos publicados em *Versus.*

9 Site do Jornalista Marcos Faerman. Disponível em : <http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/index.html>. Consulta em 03/12/2018.

Faerman produziu durante o período em que esteve a frente da publicação. Essa coincidência ajudou de forma substancial a evolução da pesquisa. Mesmo assim, ainda nos faltavam alguns números que foram localizados no arquivo do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), organização política fundada em 1994 e herdeira da CS. Assim, obtivemos a coleção completa dos 34 números. *Versus* também publicou um número desconhecido de especiais dos quais tivemos acesso a algumas edições, que em geral funcionava como panfletos para atuação política ou como especial da CS.

A documentação relacionada a trajetória do Ponto de Partida, foi localizada no AEL-Unicamp, onde se encontra uma parte do acervo da Fundação Pluma, organização ligada à minoria da IV Internacional[10]. O fundo onde consta essa documentação recebe o mesmo nome da fundação, ou seja, Fundação Pluma. Nele consta os documentos produzidos no exílio chileno e as atas de acordos entre o Partido Socialista de los Trabajadores argentino (PST(a)) e o Ponto de Partida. Assim como as entrevistas dos fundadores da Liga Operária.

Já a documentação relacionada à Liga Operária, ao Partido Socialista dos Trabalhadores e, posteriormente, a Convergência Socialista foram todas localizadas no arquivo do PSTU. Nesse arquivo consta uma gama muito grande de documentos sobre a trajetória da organização. Aqui conseguimos os documentos nos quais a organização faz análises da situação política do país, documentos congressuais, algumas edições de *Independência Operária*, o jornal da Liga Operária, circulares internas e informes que possibilitaram uma maior compreensão de como a organização atuou e se estruturou durante os anos 1970 no Brasil. Assim como a relação que a organização estabeleceu com *Versus.* Para isso realizamos uma seleção e digitalização da documentação que nos rendeu quase 500 páginas digitalizadas.

Usamos de forma complementar e pontual a produção que alguns personagens fizeram sobre esse período, essas análises constam em site ou blogs que são citados quando da sua utilização. Também de forma complementar utilizamos uma série de entrevistas com os fundadores da LO, localizadas no AEL-

10 A IV Internacional é uma organização comunista internacional composta por seguidores de Leon Trotsky, fundada em 1938. A minoria da IV Internacional se constitui a partir da disputa em torno a questão do apoio aos movimentos guerrilheiros com a maioria sendo favorável e a minoria contrária, esta apontava a necessidade do movimento de massas para o triunfo da revolução.

Unicamp, e outras três entrevistas realizadas pelo autor desta pesquisa com Omar de Barros Filho, Ênio Bucchioni e Mário Augusto Jakobskind, também tentamos entrevistar sem sucesso os colaboradores Júlio Tavares e Jorge Pinheiro. E com o intuito de entender a cobertura da grande imprensa e embasar algumas análises utilizamos matérias e dados publicados pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, que se encontram disponíveis em seus acervos digitais.

Com o acesso a esse conjunto documental, acreditamos ter conseguido um amplo olhar sobre o contexto no qual se deu o surgimento da imprensa alternativa e a reorganização da esquerda brasileira. E em especial, a fundação e a trajetória do jornal *Versus* e de forma paralela a fundação das várias organizações que tiveram no Ponto de Partida sua origem e que acabaram por compartilhar com *Versus* um período de atuação.

CAPÍTULO 1 - A descoberta da América Latina

Este capítulo está dividido em duas partes, na primeira apresentamos o contexto cultural latino-americano que permeou os anos 1960 e 1970. Tomamos como ponto de partida a revolução cubana e seu impacto em todo o continente. Analisamos a forma pela qual o regime cubano buscou romper o isolamento imposto pelos EUA ao articular uma rede de apoio internacional, essa rede ganhou corpo com um conjunto de importantes intelectuais que tiveram papel de destaque em países como Argentina e Uruguai.

Abordamos também o processo chileno, país que tive uma importante comunidade de exilados brasileiros e que sofreu um feroz golpe em 1973. Com esse panorama buscamos apresentar o contexto latino-americano no qual irão se desenvolver importantes movimentos de resistência, que tinham além de um caráter político uma importante dimensão cultural.

Já a segunda parte trata dos acontecimentos em território nacional, abordamos o golpe militar de 1964 e suas consequências para a sociedade brasileira. Tratamos do processo de consolidação do regime que se deu através de uma escalada autoritária, traduzida numa linguagem jurídica que teve no AI-5 sua forma mais acabada.

Essa escalada significou uma repressão generalizada e o sufocamento das formas de resistência. Esse processo obrigou os intelectuais brasileiros a repensarem o Brasil e sua relação com a América Latina, esse movimento é perceptível a partir da incorporação de canções ao repertório e da colaboração de grandes nomes da MPB com figuras como Mercedes Sosa, entre outros artistas latino-americanos.

Demos o título de descobrimento da América Latina porque foi o momento em que o grande público brasileiro teve acesso à produção cultural dos países vizinhos, mas também pelo fluxo de milhares de exilados brasileiros que buscavam abrigo da repressão que ocorria em solo nacional. Esses intercâmbios tiveram forte impacto na esquerda e na cultura brasileira dos anos 1970. Constituem assim, tema central para a nossa pesquisa, pois representam o contexto em que nasceram as organizações que pesquisamos e também o jornal *Versus,* ambos objeto desta dissertação.

1.1 A pátria grande

O contexto cultural latino-americano dos anos 1960 é profundamente marcado pelos eventos que tiveram lugar na ilha de Cuba. A revolução naquele país ensejou uma onda de euforia sobre as possibilidades de transformação social no continente. Surgiram, então, inúmeros movimentos políticos que tinham como inspiração o processo cubano e que se colocavam a tarefa de realizar a revolução, geralmente com caráter socialista, nos seus respectivos países.

Esse período é fortemente marcado em escala global pelo acirramento da Guerra Fria e que teve em Cuba um dos eventos mais dramáticos: a crise dos mísseis[11] em 1962. Para além da corrida armamentista e espacial entre os EUA e a URSS, uma das principais dimensões da Guerra Fria foi a disputa ideológica em torno aos valores de cada bloco.

Desde a primeira metade do século XX os EUA adotaram como estratégia a propagação da existência do perigo vermelho, onde afirmavam a possibilidade do mundo ser dominado pelos comunistas e, como consequência, se fazia necessária uma aliança para barrar esse perigo. Com a revolução cubana esta questão foi colocada ainda mais em evidência, principalmente porque deixava em xeque o que os norte-americanos consideravam sua zona de influência, a América Latina.

Visando enfrentar tal perigo o presidente John F. Kennedy lança em discurso de março de 1961 a Aliança para o Progresso. A proposta do pacto tinha como objetivo a integração do continente visando o desenvolvimento econômico e social, reuniu todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba, pois seu objetivo era justamente conter o avanço do socialismo no continente e sua elaboração além de ser uma resposta a revolução visava isolar o país caribenho.

Esses eventos demonstram um contexto de forte disputa ideológica no continente. Cuba também irá agir para tentar evitar seu isolamento, com o intuito de promover o intercâmbio da cultura cubana com os vários países do continente é fundada em 1959, quatro meses após a revolução, a *Casa de las América*s. A instituição lançou uma revista de mesmo nome que buscou articular uma rede de

11 Crise dos mísseis, também conhecida como a Crise de Outubro, foi um confronto de 13 dias (16 de outubro de 1962 – 28 de outubro de 1962) entre os Estados Unidos e a União Soviética relacionado com a implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba.

apoio intelectual por todo o continente. Essa rede se constituiu como um importante ponto de apoio estrangeiro ao regime cubano e atuou para atenuar o bloqueio imposto pelo governo norte-americano a ilha.

Sob influência deste projeto e na busca de ampliar essa articulação foi lançado em 1965 a *Declaração de Genova*, documento que instituía a *Comunidade Latino-americana de Escritores* e apresentava o continente como unidade e a revolução cubana como marco central da conjuntura. Dentre os signatários da declaração encontram-se entre outros: os uruguaios Ángel Rama e Emir Rodríguez Monegal, o cubano Roberto Fernández Retamar, os argentinos José Luís Romero e Ernesto Sábato, os mexicanos Juan Rulfo e Arnaldo Orfila, o paraguaio Augusto Roa Bastos, o brasileiro Guimarães Rosa e o peruano José María Arguedas (BUCCHIONI, Op. Cit., p. 73).

Casa de las Americas teve inúmeras inciativas no âmbito da cultura latino-americana, um exemplo deles, foi o I *Encuentro Internacional de la Canción de Protesta* realizado em Cuba no ano de 1967. Esse encontro contou com a participação de artistas de 16 países de quatro continentes. O evento teve forte impacto nos movimentos musicais da América Latina, principalmente no Chile, Uruguai e Argentina (GOMES, 2013, p. 196).

Essas conexões foram responsáveis por importantes produções culturais no continente e sua divulgação no exterior, principalmente na Europa. É a partir desse processo que se dá a reformulação de *Marcha,* revista uruguaia que teve sua fundação em 1939 e foi dirigida por Carlos Quijano. A revista foi pensada originalmente para articular vários setores de esquerda para além das fronteiras do Partido Nacional, do qual Quijano fazia parte. Com os eventos da revolução cubana e a entrada de novos colaboradores a revista passou a compor essa rede intelectual de defesa da revolução cubana.

A sociedade uruguaia vivia um momento de efervescência e um dos eventos mais importante foi a fundação do Movimento de Libertação Nacional, popularmente conhecido como *Tupamaros*, em 1963, esse movimento alcançou uma importante influência sobre setores de classe média e trabalhadores. É nesse momento que passam a atuar em *Marcha* alguns dos mais importantes colaboradores desse período, por exemplo, Eduardo Galeano que estava começando a carreira de

jornalista e escritor.

Assim a revista buscou refletir sobre esse novo momento social do pais e do continente. A síntese das novas modificações poderia se notar na mudança de lema, a revista abandonou o *"Toda a semana em um dia"* para adotar o *"Navegar é preciso, viver não é preciso".* Esse novo lema passa a encarnar a disposição heroica dessa geração que enxergava na revolução cubana o método para a libertação de todo o continente.

Após a reformulação *Marcha* assumiu um papel preponderante na articulação da *Frente Ampla* que disputou as eleições de 1971. Assim, a publicação se converteu em órgão de propaganda da frente. O processo eleitoral resultou na vitória de Juan Maria Bordaberry sobre a Frente Ampla de esquerda, o que acentua o caráter político da revista. Com o agravamento das contradições políticas o Uruguai sofreu um golpe militar em junho de 1973, a revista aderiu à resistência e sofreu interrupções de publicação por diversas vezes até novembro de 1974, quando foi fechada em definitivo e seu dono Carlos Quijano preso pela ditadura uruguaia.

O êxodo provocado pelo golpe militar no Uruguai levou a dispersão da equipe que dirigiu a revista nesse período, conforme constatou Bucchioni:

> Com o fechamento definitivo, o Estado uruguaio exercia seu poder de controle sobre a opinião pública e encerrava a temporada de diásporas aberta na redação da publicação. Enquanto Quijano seguiu para o exílio no México, onde viveu até o fim da vida, Ángel Rama, acomodado em Caracas desde 1972, se dedicou ao ensino universitário na Faculdade de Letras, da Universidade Central da Venezuela, e à construção da Biblioteca de Ayacucho, dedicada à preservação e difusão de obras latino-americanas (e em funcionamento até os dias de hoje). Maria Esther Gilio e Eduardo Galeano, já estabelecidos em Buenos Aires por medidas de segurança, antes mesmo do término de Marcha, passariam a integrar mais uma empreitada jornalística *del continente*. Desta vez, na revista Crisis (1973-1976), lançada em maio de 1973. (BUCCHIONI, Op. Cit., pp. 87 e 88)

Esse movimento permitiu que essa rede se rearticulasse em outros países, é o caso da fundação da revista *Crisis* na Argentina. Fundada em maio de 1973 com o capital do empresário Federico Vogelius e a direção de Eduardo Galeano, a revista teve quarenta números e circulou até o golpe de 1976, que instaurou uma nova ditadura no país vizinho. Contribuíram em suas páginas importantes personagens, tais como: Julia Constenla, Maria Esther Gilio, Mario Benedetti, Paco Urondo,

Rogelio Garcia Lupo, Aníbal Ford, Haroldo Conti, Jorge Rivera, Juan Gelman, Santiago Kovadloff, Vicente Zito Lema, Roberto Fernández Rematar, entre tantos outros.

O novo periódico buscou seguir os passos de *Marcha* ao adotar uma linha pluralista, onde era apresentado o espectro do pensamento nacionalista, anti-imperialista e latino-americano, comportando assim desde montoneros[12] e peronistas a marxistas. No entanto, buscou ir além e incorporar espaços culturais que não foram apresentados nas páginas da primeira, principal a cultura popular. Uma das formas dessa assimilação foi a inclusão de personagens do povo, como constatou Bucchioni:

> Retomando as páginas de Crisis, tiveram espaço garantido – ao lado das novas gerações literárias da América Latina, de artigos assinados e reportagens de personalidades conhecidas – também as histórias de vida das vozes habitualmente anônimas, como as dos imigrantes, dos operários ou dos pedreiros. (BUCCHIONI, Idem, p. 99)

É com essa tônica que em seu primeiro número *Crisis* questionou: "Quem são os donos dos meios de comunicação da América Latina?"[13]. O projeto de *Crisis* se insere nessa rede de colaboração e elaboração intelectual sobre o papel da América Latina e seus caminhos, abordando também os elementos mais importantes de sua realidade, sendo que a questão da comunicação aparecia como central, pois seria através dela que se poderia tentar disputar os rumos dessas sociedades.

Assim como ocorreu com *Marcha, Crisis* sofreu os reveses do influxo da política nacional e conforme a conjuntura se agravava a revista se tornou um alvo da repressão e da ultradireita argentina. Foi assim que alguns de seus membros foram perseguidos e inclusive assassinados, a exemplo de Rodolfo Wash e Haroldo Conti. Ganhador do prêmio *Casa de las Americas* com o romance Mascaró el cazador americano, Conti foi sequestrado e assassinado pela ditadura em maio de 1976.

---

12 Os Montoneros foram uma organização de guerrilha urbana proveniente da esquerda peronista, fundada em 1968, que atuou, sobretudo, no início dos anos 1970, e se converteu, rapidamente, em um movimento nacionalista (de reivindicações nacionais e populares).

13 MURARO, Heriberto. Quiénes son los dueños de los médios de comunicación en américa latina? Crisis, Buenos Aires, n. 1, mai. 1973.

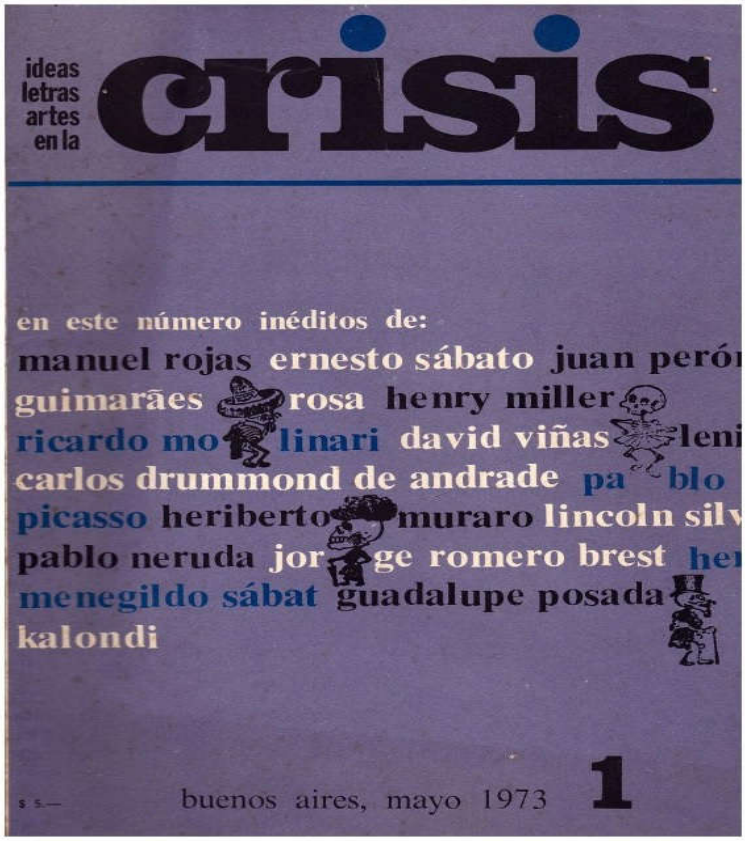


Figura 2 – Capa da revista *Crisis,* Nº 1, maio de 1973.

Em agosto de 1976 a ditadura fechou *Crisis* e seus colaboradores foram para o exílio, sendo que para alguns deles seria o segundo exílio, como é o caso de Eduardo Galeano e Maria Esther Gilio. No mês seguinte, setembro de 1976, *Versus* lançou seu número 5 e dedicou o editorial a publicação que foi uma das precursoras do projeto de *Versus*, sendo abordada da seguinte forma:

> A morte de uma revista que amamos é como a morte de um amigo ou de um amor. (...) Quanta beleza, força e angústia nas páginas de Crisis(...) A América Latina é um quebra-cabeça de povos e histórias. Um enigma. Nossos povos não desconhecem a verdade apenas do presente mas do passado. Há um drama comum. E uma comum tarefa de construção de um mundo digno. (...) A miséria dos crimes, dos assassinatos, das ameaças resolveu o dilema de seus editores. Crisis tinha que desaparecer. Mas as ideias de Crisis estão mortas? Não. Este é o engano dos que querem resolver (como Goebells) a questão da cultura e das ideias com pistolas. (...). Crisis está mais viva do que nunca.[14]

Em consequência do fechamento de *Crisis* seu mecenas, como era tratado, Federico Vogelius teve seu fundo editorial sequestrado e ficou preso por três anos

14 Editorial. Crisis. *Versus*, São Paulo, n. 5, set. 1976.

até 1980. Foi realizada uma campanha internacional por sua liberdade, conforme matéria publicada, em 1979, pelo jornal espanhol *El pais*:

> Numerosos intelectuales, escritores y editores de todo el mundo han pedido a la Junta Militar que gobierna actualmente Argentina la puesta en libertad de Federico Vogelius, editor-propietario de la prestigiosa revista cultural Crisis, que tiene actualmente 61 años y fue arrestado por su participación en la revista, que ya había dejado de publicarse, y por conservar algunas colecciones de la misma en su domicilio.[15]

Mas o golpe na Argentina veio somar-se a uma série de golpes em outros países na América Latina. Um dos mais dramáticos foi o golpe de Augusto Pinochet no governo de Salvador Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973. O governo Allende representava a possibilidade de uma saída democrática por via eleitoral aos males que afetavam o continente, principalmente ao domínio imperialista sobre as riquezas naturais (ROLLEMBERG, Op. Cit., p. 37).

A via chilena, como ficou conhecida, se baseava na possibilidade da adoção de políticas nacionalistas que visavam o controle popular sobre as riquezas nacionais e a distribuição de renda através de programas sociais, tudo isso realizado através do voto popular. Esse modelo apareceu como alternativa na discussão política latino-americana ao propagado pela revolução cubana, ou seja, o foquismo[16] e a guerrilha. O processo chileno se apresentava como uma via pacifica para o socialismo.

Além de um modelo político, o Chile de Salvador Allende também se tornou um dos destinos mais corriqueiro daqueles que fugiam das ditaduras latino-americanas. É assim, que inúmeros brasileiros se exilaram no país andino e lá buscaram contribuir com o processo chileno. Um desses foi o ilustre militante e crítico de arte Mario Pedrosa que durante sua estadia no país buscou contribuir com o aprofundamento das transformações sociais pelas quais passava a sociedade chilena, um dos resultados do seu envolvimento foi a fundação do Museu da Solidariedade, em Santiago, cujo acervo foi composto por um conjunto de obras de grandes artistas internacionais, tais como Miró e Picasso, doadas ao crítico. No entanto, esse foi só mais um dentre os vários projetos culturais que foram

15 Piden la libertad del editor Federico Vogelius, Disponível em : <https://elpais.com/diario/1979/07/12/cultura/300578408_850215.html>, Consulta 14/11/2018.

16 O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda.

desenvolvidos no Chile do governo Allende:

> Ao longo da experiência do governo Allende, os artistas acabaram ocupando posições de destaque, por conta da preocupação presente nos projetos da *Unidade Popular* com a cultura, entendida como arma fundamental para a formação de novas consciências. [...] Todo o período do governo Allende foi fortemente marcado por uma série de novas iniciativas no campo cultural, que pretendiam organizar mecanismos de difusão massiva da cultura e de conformação de movimentos de cultura popular (GOMES, Op. Cit., pp 130-131)

Também nesse período, Mario Pedrosa apresentou alguns jovens militantes, oriundos de várias organizações, ao trotskismo e a alguns dirigentes da IV Internacional. A partir desse encontro é que se formou ainda no exílio chileno o agrupamento denominado Ponto de Partida, embrião no exílio da Liga Operária.

Nos idos dos anos 60 e 70 os sucessivos golpes militares e movimentos políticos mobilizaram e deslocaram uma gama de personagens por vários países latino-americanos e quando já não era possível ficar no continente se deslocaram para Europa e EUA (QUADRAT, 2011). Esse movimento permitiu a troca de inúmeras experiências, e como consequência a conformação de redes de colaboração. É o que podemos notar nas duas experiências que tratamos nessa dissertação o caso da Liga Operária e o jornal *Versus*.

1.2 O Brasil descobre a América Latina

A tradição política brasileira é bastante conservadora, no entanto, o início dos anos 1960 se apresentava com grande entusiasmo do ponto de vista da esquerda e das classes populares, pois naquele momento se avançava em algumas discussões que há tempos eram candentes para a sociedade brasileira. Discussões sobre reforma agrária, voto dos analfabetos, nacionalismo econômico e a legalização do PCB tornavam o clima político bastante animador e parecia que a agenda política reformista finalmente avançava para se tornar um projeto de governo (NAPOLITANO, Op. Cit., p. 17).

No entanto, os setores conservadores da sociedade - sempre muito arredios a qualquer discussão de teor reformista - alardeavam os perigos da adoção dessa agenda. E ajudados pelo cenário internacional a direita brasileira aprofundou a campanha contra o perigo vermelho no Brasil e obteve nessa luta o apoio dos EUA.

Ao analisar esse processo Motta constata que:

> A questão cubana fez "soar o alarme" em Washington, que passou a considerar a América Latina zona prioritária no combate ao "avanço soviético". Os norte-americanos concentraram esforços para evitar o risco de expansão do exemplo cubano, combinando medidas de natureza repressiva (vigilância, fortalecimento dos aparatos de segurança dos Estados da região), propagandística (intensificação das campanhas anticomunistas) e social (aumento da ajuda econômica). (MOTTA, Op. Cit., p. 287)

Esse processo se acirrou e culminou com o golpe de 1964, apoiado pela embaixada norte-americana no Brasil. Porém, os setores civis que apoiaram a derrubada do presidente João Goulart enxergavam a deposição como um corte cirúrgico que afastaria os setores mais à esquerda do poder e o devolveria aos civis, como já havia ocorrido em outras situações, mas não foi o que ocorreu (NAPOLITANO, Op. Cit., p. 18).

Os primeiros quatro anos do novo regime foram marcados por uma repressão seletiva, pois se fazia necessário que novos eventos servissem de justificativa para uma repressão generalizada, a base social do regime não aceitaria uma repressão geral e irrestrita que afetaria em cheio os setores de classe média, principal base de apoio do golpe. Assim, se adotou uma política de equilíbrio que visou excluir da vida política os setores reformistas de esquerda e centro-esquerda, como também redirecionar o estado para uma nova etapa de acumulação de capital.

Quanto as classes populares, o governo não precisou esperar para desencadear a repressão. Se apoiou na legislação vigente, principalmente a Consolidação das Leis Trabalhista (CLT), de 1943, que tinha um caráter protecionista e tutelar da classe trabalhadora. É através desta legislação e do Ministério do Trabalho que se promoverá as intervenções nos sindicatos e a nomeação de interventores no lugar das antigas direções. Para os camponeses os rincões do Brasil eram suficientemente atrasado para necessitar de legislação, a repressão se deu através dos jagunços dos coronéis com o apoio das policias estaduais.

O imbróglio central estava em como reprimir os setores das elites políticas e intelectuais, principalmente ligados as classes médias que foram a base social do golpe. Esse processo se deu com a adoção gradual de medidas jurídicas, dentre elas, os famosos Atos Institucionais que buscavam progressivamente reforçar o

poder da Presidência da República ao mesmo tempo que esvaziava os espaços políticos da sociedade civil. É a partir da publicação dessas medidas que se suspendeu a constituição e as eleições diretas, instituiu-se cassações de representantes eleitos e adotou-se a Doutrina de Segurança Nacional, pedra angular do regime militar (ALVES, 2005).

Ao todo foram publicados 17 atos institucionais, sendo o AI-5 o mais famoso deles, por sua repercussão ampla e irrestrita em toda sociedade, dentre os poderes que passavam a constar à autoridade presidencial estavam: dar recesso a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas (estaduais) e Câmara de vereadores (Municipais), no período de recesso, o poder executivo federal assumiria as funções destes poderes legislativos; intervir nos estados e municípios; suspender os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro; cassar mandatos de deputados federais, estaduais e vereadores; proibir manifestações populares de caráter político; suspender o direito de habeas corpus (em casos de crime político, crimes contra a ordem econômica, segurança nacional e economia popular) e impor a censura prévia para jornais, revistas, livros, peças de teatro e músicas.

A adoção dos atos institucionais pela ditadura militar foi apresentada como resposta às mobilizações país afora após o golpe. A cada novo passo rumo ao autoritarismo, os setores civis que compunham a frente golpista se esfacelavam, como constatou Napolitano:

> O governo Castelo Branco testemunhou, paulatinamente, o fim da coalizão golpista triunfante em 1964. À medida que essa coalizão se esgarçava e os movimentos de contestação aumentavam, o governo aprofundava suas estruturas autoritárias, dando ossatura ao novo regime. E a cada nova medida institucional autoritária a coalizão se esgarçava mais. Este círculo de ferro marcou o regime entre 1964 e 1968 (NAPOLITANO, Op. Cit., p. 81).

Antes disso, os anos 1950 e 1960 foram para a cultura brasileira um dos momentos de maior esplendor, o processo acelerado de industrialização e a consequente urbanização mobilizavam um enorme contingente de pessoas e, consequentemente, de ideias. É nesse processo que inúmeros movimentos se lançaram a discutir a sociedade brasileira, mas não só, uma parte importante da intelectualidade foi colocar a mão na massa para transformar o país.

Dessa efervescência surgiram movimentos, tais como: o Cinema Novo, O

Teatro de Arena, o Teatro Oficina, a Bossa Nova, os Centros Populares de Cultura ligados à UNE (que tinham entre seus objetivos a "conscientização do povo"), o Movimento Popular de Cultura em Pernambuco (que alfabetizava usando o método de Paulo Freire) e a poesia concreta, para nos determos nos mais conhecidos, mas existiram diversas outras ações espalhadas pelo país que compartilhavam desta explosão (RIDENTI, 2000).

Desde os anos de 1950 o PCB implementava a política de valorização do nacional popular, no contexto pós golpe de 1964 essa proposta vai ser atualizada sob a égide da resistência cultural à ditadura. No campo político apostava numa aliança de classes de cunho nacionalista e democrático, já no campo estético propunham a adoção de elementos folclóricos combinados com elementos cosmopolitas. Com isso buscava-se a conformação de um bloco que congregaria o campesinato, operariado, classe média progressista e burguesia nacional em oposição ao latifúndio e o imperialismo. Nesse período o partido tinha bastante força política, e também no campo cultural das esquerdas exercia sua hegemonia.

Essa estratégia foi adotada oficialmente pelo Comitê Central do PCB, em maio de 1965, quando assumiu a denúncia do terrorismo cultural praticado pela ditadura e passou a defender que era chegada a hora dos intelectuais progressistas, no caso, liberais, socialistas e comunistas na luta contra o golpe (CARONE, 1982(a), pp.15-26). Essa proposta alcançou um certo eco na sociedade e as primeiras respostas do campo cultural à ditadura é justamente esse frentismo que almejava ocupar todos os espaços possíveis. Esse processo se combinou com a emergência da indústria cultural no Brasil, principalmente a indústria fonográfica e a Música Popular Brasileira (MPB).

Essa frente engajada começou a sofrer com disputas internas. A partir de 1967 emerge no campo cultural outra corrente, o Tropicalismo, que teve forte impacto no âmbito comportamental. Já no campo político se verifica a fragmentação do PCB e o surgimento das primeiras ações armadas no ano de 1966, com a guerrilha de Caparaó (COSTA, 2007), e a partir de 1968 sua disseminação. Assim, baseado na Doutrina de Segurança Nacional adotada pelo regime, a Ditadura Militar interpretou que a esquerda passava da guerra psicológica à guerra revolucionária, sendo esse um limite para tais ações, este foi o argumento usado para publicação

do AI-5 que representou o fechamento completo do regime (NAPOLITANO, Op. Cit., p. 106).

Como apontamos o golpe de 1964 não conseguiu de imediato suplantar o movimento massas, começou de forma paulatina a repressão, tornando-se completa com o AI-5. Essa onda repressiva é a causa do primeiro grande fluxo para o exílio e que teve os países latino-americanos como um dos destinos (ROLLEMBERG, Op. Cit., p.34). Mas a repressão não foi o único fator que atuou para a consolidação do golpe, os militares também contaram com o fator econômico para sufocar o movimento dos subalternos, conforme constatou Napolitano:

> O AI-5 foi uma espécie de corte abrupto de uma grande festa revolucionária, que estava em pleno auge. Por isso, 1968 foi batizado de "o ano que não acabou" pelo jornalista Zuenir Ventura. Mas apesar das tentativas da ala mais radical do regime militar, a sociedade brasileira não acabou nem parou de criticar o regime. [Mas] Não podemos ser ingênuos ou mentirosos. Muitos "cidadãos de bem", alguns desinformados outros conscientemente, apoiavam o regime militar. Sobretudo porque, em 1968, uma política econômica de crescimento, estimulando o consumo da classe média, por meio dos créditos a juros baixos. Era o início do "milagre brasileiro", como ficou conhecida essa fase da nossa economia, na verdade uma grande festa de consumo patrocinada por uma política de juros baixos e endividamento financeiro, que duraria até meados da década de 1970 (NAPOLITANO, 2001, pp. 76-77).

O milagre econômico brasileiro se sustentou por uma confluência de fatores, conforme apontou Paul Singer:

> O prolongado *boom,* que começou em 1968, baseou-se portanto nos seguintes elementos: 1. uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças a concentração da renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; 2. uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; 3. forte injeção de recursos do exterior, que complementam a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada super elástica (SINGER, 1980, p. 116).

No entanto, essa confluência só foi possível, principalmente, pelos ajustes feitos antes de 1968 que diziam respeito a intensificação da exploração da mão de obra, que aumentou a produtividade do trabalho, e a concentração dessa riqueza em poucas mãos. A esse processo Singer deu o nome de “monopolização” por esta diretamente ligado as multinacionais e seu controle do mercado interno e do

comércio internacional (Idem, pp. 96-97). Essa também é a constatação de Nelson Werneck Sodré ao analisar os dados relacionados ao papel das multinacionais nos setores da indústria no Brasil, segundo o autor:

> Assim, segundo o "modelo brasileiro de desenvolvimento", a indústria brasileira passava a constituir simples apêndice da indústria norte-americana, principalmente, ou do imperialismo, para generalizar (SODRÉ, 1975, p. 146).

A economia brasileira cresceu entre 1968 e 1972 a uma média de 10% ao ano, atingindo a marca de 14% em 1973. Neste ano temos o primeiro choque internacional do petróleo que atingiu o crescimento brasileiro, o qual sofreu uma redução para 9% em 1974 e 5,2% em 1975, somente voltando a casa dos 10% em 1976. Mas a marca fundamental do governo Geisel (1974-1979) foi o crescimento da inflação, no período anterior esta girou em torno dos 15% ao ano. Em 1974 a inflação vai a 34,5%, alcançando 77,3% em 1979, último ano de Geisel no poder.

A resposta do governo a essa desaceleração econômica foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) lançado no final de 1974, o projeto focava os seguintes setores: Infraestrutura, onde visava a ampliação da malha rodoferroviária, da rede de telecomunicações e da constituição de um modelo para a produção e comercialização agrícola; Setor de bens de consumo: indústrias siderúrgica, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos; E por último o setor de energia, principalmente petróleo e derivados, energia hidroelétrica e fontes alternativas, principalmente etanol e energia nuclear (MARINGONI, 2016).

Desta forma, o governo Geisel na área econômica é marcado pela desaceleração do crescimento econômico e pelo aumento exponencial da inflação e do endividamento público. Fatores que combinados com o segundo choque do petróleo, em 1979, levou a explosão inflacionária, que atingiu 110,2% no ano de 1980 e a duplicação da dívida pública em sete anos, atingindo os 101,8 bilhões de dólares em 1986. Com esse quadro o Brasil vai entrar em um período recessivo da economia, sendo que a década de 1980 foi considerada perdida. Essa conjuntura marca o processo de abertura política e o afastamento de parte da elite econômica dos militares.

Tabela 1. Indicadores macroeconômicos no Brasil, 1961-1973

	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
PIB	8,6	6,6	0,6	3,4	2,4	6,7	4,2	9,8	9,5	10,4	11,3	12,1	14,0
Inflação	33,2	49,4	72,8	91,8	65,7	41,3	30,4	22,0	18,7	18,5	21,4	15,9	15,5
Dívida Externa	3,1	3,2	3,2	3,1	3,5	3,7	3,4	3,8	4,4	5,3	6,6	9,5	12,6

Tabela 2. Indicadores macroeconômicos no Brasil, 1974-1986

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
PIB	9,0	5,2	9,8	4,6	4,8	7,2	9,1	-3,1	1,1	-2,8	5,7	8,4	8,0
Inflação	34,5	29,4	46,3	38,6	40,5	77,2	110,2	95,2	99,7	211,0	223,8	235,1	65,0
Dívida Externa	17,2	21,2	25,9	32,0	43,5	49,9	53,9	61,4	69,7	81,3	91,0	95,8	101,8

PIB: taxa de crescimento em %; Inflação: taxa de crescimento em %; Dívida externa bruta, em bilhões de dólares.
Fonte: Conjuntura Econômica.

Figura 3 - Indicadores macroeconômicos no Brasil, 1961-1986 (BELLINGIERI, 2005)

No período anterior, a combinação da repressão com crescimento econômico, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, permitiu ao regime esmagar por completo as organizações da luta armada em poucos anos. A adoção das armas ensejou uma forte discussão dentro da esquerda sobre a relação entre a vanguarda e as massas, pois, ao adotar a guerrilha se afastava do trabalho político de massas em prol das ações de vanguarda. Esse é o outro importante fator que permitiu ao regime desencadear a repressão sobre essas organizações com o menor custo político, abordaremos mais detidamente essa questão no próximo capítulo.

Desta forma, o período do ocaso da política frentista do PCB, também é o momento que um setor da intelectualidade brasileira busca uma renovação no exterior e encontra na América Latina um importante processo de renovação cultural. O primeiro artista brasileiro que buscou se aproximar do movimento que se dava no restante do continente foi justamente um dos símbolos desse período. No seu disco *Canto Geral* (1968) Geraldo Vandré adota uma sonoridade que destoa da produção musical do momento fortemente influenciada pela Bossa Nova, se aproximando do

movimento da *Nueva Canción latino-americana*[17]. Vandré apresentou no álbum gêneros musicais rurais e a temática poética é diretamente política se apresentando como palavras de ordem, como podemos notar na canção de abertura de Canto Geral:

> Meu Senhor, minha Senhora...
> (Falado)
> Me pediram pra deixar de lado toda a tristeza, pra só trazer alegrias e não falar de pobreza. E mais, prometeram que se eu cantasse feliz, agradava com certeza. Eu que não posso enganar, misturo tudo o que vivo. Canto sem competidor, partindo da natureza do lugar onde nasci. Faço versos com clareza, à rima, belo e tristeza. Não separo dor de amor. Deixo claro que a firmeza do meu canto vem da certeza que tenho, de que o poder que cresce sobre a pobreza e faz dos fracos riqueza, foi que me fez cantador.
> [...]
> Se um dia eu lhe enfrentar / Não se assuste capitão / Só atiro pra matar / E nunca maltrato não / Na frente da minha mira / Não há dor nem solidão / E não passo por um castigo / Que a Deus cabe castigar / E se não castiga ele / Não quero eu o seu lugar / Apenas atiro certo / Na vida que é dirigida / Pra minha vida tirar [18]

Depois da repercussão de *Canto Geral,* que tinha dentre suas canções *Arueira* e *Guerrilheira*, Vandré apresenta sua música mais conhecida *Para não dizer que não falem das flores (Caminhando)* no III Festival Internacional da Canção Popular (FIC), em setembro de 1968 na TV Globo. A música se transformou em um hino de chamado à luta, que naquele momento era interpretado como luta armada. Com o endurecimento do regime após o AI-5 o cantor se exilou no Chile, seguindo depois para a Europa (GOMES, Op. Cit., p. 179).

Essa aproximação com a produção latino-americana também encontrou na produção de Sérgio Ricardo um espaço importante. No começo da década de 1970 o artista buscava refazer sua carreira, após o episódio em que quebrou o violão e o arremessou contra a plateia durante o III Festival de Música Popular Brasileira, transmitido pela TV Record em 1967. Em 1971 lançou o disco *Arrebentação* que marca o seu engajamento político, mas é no disco *Sérgio Ricardo (1973)* que o cantor dialoga diretamente com a *Nueva Canción* latino-americana, principalmente pela a apresentação da composição *Canto Americano*, que foi executada em

---

17 Nueva Canción Latino-americana é o termo utilizado, a partir da década de 60, para referir-se ao movimento musical de renovação do canto folclórico latino-americano com um implícito caráter de denúncia social.
18 Geraldo Vandré. Terra Plana, Canto Geral. Brasil – Odeon, 1968.

espanhol.

Outra artista de renome que buscou inspiração e referências nos países vizinhos foi Elis Regina, tentando superar as críticas que sofreu após participar de alguns eventos ligados a ditadura militar e a comemoração do 7 de setembro de 1972 (LUNARDI, 2011). Elis trocou de empresário e montou o espetáculo Falso Brilhante que foi lançado em disco em 1976. Assim, Elis buscou reafirmar seu posicionamento político e incorporou clássicos latino-americanos como *Gracias a la vida* (Violeta Parra) e *Los Hermano* (Atahualpa Yupanqui), nesse projeto também trouxe composições de novos artistas como Belchior e João Bosco. Sobre esse processo Gomes avalia que:

> É bastante significativo que neste momento de reafirmação de seus ideais políticos e de preocupação em construir a imagem de cantora engajada, Elis Regina tenha recorrido a dois grandes clássicos da *nueva canción latino-americana,* o que demonstra a carga simbólica e a representatividade política que esse repertório havia adquirido, e como foi apropriado por importante artistas da música popular brasileira (GOMES, Op. Cit, p.188).

Essa aproximação alcança sua máxima extensão com outros dois importantes personagens da música brasileira, Milton Nascimento e Chico Buarque. Milton tinha desde o começo da carreira entre suas referências o universo latino-americano, o disco *Clube da Esquina* (1972) já apontava para essa temática, por incorporar o canto em espanhol. No entanto, no disco *Geraes (1976)* ocorre o clímax dessa aproximação com o dueto de Milton e Mercedes Sosa cantando "Volver a los 17", clássico de Violeta Parra. Ao analisar esse encontro Gomes conclui que essa "*conexão entre Mercedes Sosa e Milton Nascimento, [...] é certamente uma das mais sólidas pontes construídas nessa segunda metade da década de 1970, ligando o Brasil ao universo da Nueva Canción latino-americana".* (idem, p. 184)

Já Chico Buarque participa do segundo álbum do grupo mineiro, intitulado *Clube da Esquina 2*[19] *(1978)* esse disco representou o auge do grupo e trouxe entre suas faixas um dueto de Chico e Milton na execução da *Canción por la unidade latinoamericana*, do cubano Pablo Milanés. Esse momento também representou

19 Milton Nascimento. Clube da Esquina 2. Brasil – Odeon, 1978.

uma aproximação de Chico Buarque com a cultura cubana e no seu disco *Chico Buarque*[20] (1978) interpreta uma canção do cubano Silvio Rodríguez, *Pequeña Serenata Diurna.* A canção foi permitida pela ditadura, mas também foi lida como uma acintosa crítica ao regime, ela marca uma aproximação com o universo latino-americano tanto pela origem de seu compositor, mas também pelo canto em espanhol que Chico interpretou.

> Vivo en un país libre / Cual solamente puede ser libre / En esta tierra, en este instante / Yo soy feliz porque soy gigante / Amo a una mujer clara / Que a mi me ama / Sin pedir nada / O casi nada / Que no es lo mismo / Pero es igual
> Y si esto fuera poco / Tengo mis cantos / Que poco a poco / Muelo y rehago / Habitando el tiempo / Como le cuadra / A un hombre despierto / Soy feliz / Soy un hombre feliz / Y quiero que me perdonen / Por este día / Los muertos de mi felicidad[21]

Outros artistas menos famosos também se lançaram a tarefa de divulgar a cultura latino-americana no Brasil, um deles foi o grupo Tarancón[22]. O grupo se reuniu a partir de 1972 e teve seu primeiro disco lançado em 1976 com o título de *Gracias a la vida*. O grupo foi apresentado por *Versus* como “os primeiros brasileiros latino-americanos", o texto destacava que o grupo começou com apresentações em salas na USP e agora conseguia lotar um teatro com capacidade para 1500 pessoas.

Essa descoberta da América Latina também encontrou espaço nos meios de comunicação. A rádio *Bandeirantes FM* veiculou aos domingos o programa *América do Sol* apresentado por Abílio Manoel, seu objetivo era divulgar a música engajada latino-americana. O programa também teve publicidade veiculada por *Versus* e rendeu o lançamento de duas coletâneas dos principais sucessos, pela gravadora Bandeirantes. Os discos *América do sol I* (1978) e *América do Sol II (1979)* reuniu a produção de inúmeros artistas, dentre eles: Mercedes Sosa, Quilapayún, Victor Jara, Violeta Parra, Silvio Rodriguez, Pablo Milanés, etc.

Buscamos neste capítulo apresentar parte dos fluxos e intercâmbios culturais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 no conjunto dos países latino-americanos. O Brasil que apesar da proximidade geográfica sempre manteve uma

---

20 Chico Buarque de Holanda. Chico Buarque. Brasil – Phillips, 1978.
21 Pequeña Serenata Diurna. Chico Buarque de Holanda. Chico Buarque. Brasil – Phillips, 1978.
22 O nome do grupo é uma referência a uma mina de carvão nas Astúrias que desabou matando onze trabalhadores.

distância cultural dos outros países latino-americanos, uma das explicações para isto seria a barreira do idioma, passa no final da década de 1960 a buscar nos países vizinhos inspiração, estabelecendo pontes e intercâmbios. Essa mudança só foi possível em grande parte por causa da Ditadura Militar e o peso do AI-5 que afetou diretamente a produção dos artistas brasileiros, assim como pelas comunidades de exilados que se formaram e lá cumpriram um importante papel.

Essas trocas acabaram por apresentar para o grande público brasileiro uma parte desse universo até então desconhecido para nós, criando assim o sentimento de pertencimento e reforçando o aspecto da resistência a Ditadura Militar e ao imperialismo norte-americano responsável, em partes, pelos regimes ditatoriais que dominavam o continente.

CAPÍTULO 2 - A nova esquerda brasileira

Pesquisar a nova esquerda é abordar um processo multifacetado e de escala mundial, pois reflete os acontecimentos de um período complexo como o Pós Guerra. O primeiro objetivo desta esquerda é a ruptura da bipolaridade que emergiu do conflito, cristalizado na Guerra Fria e que contrapunha duas perspectivas de mundo. Essa possibilidade produziu eventos e movimentos de contestação de ambos os lados que questionavam de tudo, o poder, os costumes, a organização social, etc. Porém, a conceituação surge da necessidade de romper um modo de fazer história, mas também de fazer política, ou seja, de cima para baixo.

> A expressão "Nova esquerda" (*New Left*) foi cunhada, nos anos 1960, por um grupo de historiadores ingleses oriundos do Partido Comunista Britânico, que pretendia escreve a História "de baixo para cima". Entre eles figuravam nomes como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Perry Anderson, Christopher Hill. A contribuição desse grupo de historiadores foi inquestionável - tanto para a escrita da História quanto para o debate no interior do marxismo. Em seus estudos valorizando grupos, movimentos, vários tipos de associações, organizações e partidos – revelando riqueza de seus debates e contradições internas, formulações teóricas originais e a crítica das experiências concretas. Esses historiadores nos mostraram a importância que tem, para o conhecimento da sociedade, o estudo da produção social das ideias, das imagens, dos símbolos, das visões de mundo e das concepções políticas de uma determinada época. (ARAÚJO, Op. Cit., p. 12)

Porém, inverter o ponto de vista também pode levar a inversão da noção antes estabelecida, desta forma, a noção totalizante que vigorava anteriormente vai ser substituída por uma noção fragmentada. Podemos constatar isto, tanto no âmbito filosófico quanto na política. É assim que movimentos, agrupamentos e identidades sofreram forte processo de divisão, essa aparece de forma mais acabada quando abordamos a identidade de classe social que sofreu na segunda metade do século XX uma das mais importantes fragmentações, sendo dívida entre as identidades de gênero, raça e orientação sexual.

Nesse capítulo tratamos, principalmente, das organizações políticas que surgiram da fragmentação da esquerda brasileira, processo que combinou a influência dos eventos internacionais com os acontecimentos locais, o que acabou por definir características próprias para a situação nacional.

Na primeira parte abordamos os eventos que levaram a esquerda a pegar em armas contra a Ditadura Militar. Esse movimento se deu junto com uma forte crítica ao PCB, e nesse caso ao modelo soviético de fazer política, e o balanço da derrota de 1964. A experiência da guerrilha se mostrou um fracasso e em pouco tempo temos a sua derrocada. Em um segundo momento analisamos o processo de balanço da experiência guerrilheira e a crítica das armas. Esse movimento reordenou as pautas da esquerda, que voltou a valorizar o movimento de massas, as bandeiras democráticas e sindicais. Nessa virada de paradigma a esquerda busca assumir um papel importante na luta pela redemocratização do país.

Na última seção deste capítulo, abordamos a constituição, no exílio chileno, do grupo Ponto de Partida onde começaram um processo de análise da situação brasileira que teve como ponto central a crítica a guerrilha. Após golpe no Chile, alguns militantes se reorganizam na Argentina e fundam a Liga Operária, retornam ao Brasil e posteriormente lançam a Convergência Socialista, organização que se propunha a ser a base da construção de um partido socialista e que teve no Partido dos Trabalhadores (PT) seu desfecho.

2.1 A resistência tardia

O golpe de 1964 colocou em xeque todas as organizações de esquerda existentes no Brasil, a pergunta que ecoava era: como fomos derrotados sem resistência? Esse questionamento percorreu todas as fileiras políticas e a partir dela começou a se fazer um balanço político e tirar conclusões. O principal alvo das críticas foi o PCB, naturalmente, pois era a principal organização da esquerda brasileira e uma das propulsoras da aliança com o trabalhismo. Essa se deu após suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, quando o partido chama aliança com os trabalhistas para “enfrentar o inimigo comum”, sendo esse um dos períodos de maior pujança da organização (CARONE, 1982(b), pp. 123-125).

No entanto, a mesma já sofria com processos de disputa interna, a mais importante no período pré-1964 culminou com o racha que deu origem ao PCdoB, em 1962. Essa ruptura foi fruto dos eventos que ocorreram na URSS após a morte de Josef Stalin, em especial, no XX congresso do Partido Comunista da União

Soviética (PCUS), quando o secretário-geral do partido e primeiro-ministro soviético, Nikita Kruschev, apresentou um relatório onde denunciava os crimes cometidos por Josef Stalin, contra seus adversários políticos, no período de 1936 a 1938, e o culto à personalidade.

As discussões do XX congresso começaram num vácuo de posição da direção do PCB, sendo alimentado pelos artigos de Togliatti, secretário do Partido Comunista Italiano (PCI), e Eugene Dennis, secretário do PC dos EUA, ambos publicados entre junho e julho de 1956 no Jornal Voz Operária (FALCÃO, 2012, p. 203.). Assim se fazia urgente a discussão dentro do partido porque a grande imprensa, o *Estado de São Paulo,* publicou o relatório.

A direção do PCB aborda o problema somente em outubro de 1956, com o projeto de resolução do Comitê Central. Nele consta uma autocrítica em relação ao atraso no debate, e avança sobre o conteúdo afirmando que como ocorrido na URSS, também no PCB ocorria centralização nas mãos do secretário-geral do partido, acarretando burocratismo, e assim se fazendo necessária a democratização do partido (CARONE, 1982(b), pág. 143).

O relatório de Kruschev desencadeou um terremoto no movimento comunista internacional, pois deu início ao processo que ficou conhecido como a *desestalinização* dos partidos comunistas que ocorreu a nível mundial. Esse fato somado ao crescente conflito sino soviético sobre os termos de cooperação entre os dois países do bloco socialista conduziu à uma disputa internacional.

No Brasil, a consequência desses eventos é o acirramento na disputa interna no PCB e o surgimento do PCdoB, em 18 fevereiro de 1962. A dissidência foi liderada por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, e se colocava contra o que considerava o revisionismo da era Kruschev e na disputa sino soviética se alinhou a Pequim, assumindo o Maoismo como doutrina.

Nesse mesmo período surgem duas importantes organizações políticas, a Politica Operária (Polop), que nasceu em 1961, agrupando elementos de várias tendências que tinha como característica ser uma alternativa ao PCB, e, Ação Popular (AP), 1962, que tem sua origem no humanismo cristão e surgiu no seio da Juventude Universitária Católica, ambas organizações tiveram forte influência nos meios universitários.

No âmbito dos movimentos sociais não podemos deixar de citar a atuação das Ligas Camponesas que tiveram forte atuação nos estados do Nordeste. Nessas organizações surgiram importantes movimentos e lideranças, dentre elas: Francisco Julião que foi coordenador das ligas e deputado federal pelo estado de Pernambuco, eleito em 1962. Também tivemos no movimento sindical o surgimento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que foi criado em São Paulo, no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, e reunia vários sindicatos, federações e confederações.

De forma geral, esse era o quadro das principais organizações de esquerda no Brasil pré-golpe de 1964. No entanto, nenhuma delas foi capaz de mobilizar as massas para resistir ao golpe que foi levado a cabo pelas Forças Armadas, o que abriu um período de crise e autocrítica generalizada. Ao analisar esses fatos Ridenti constata:

> O golpe civil-militar de 1964 e a derrota sem resistências das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a Polop e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar a adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o "terremoto" de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar a cena política. Era hora de "autocrítica", de questionar os "erros" que teriam levado à derrota das esquerdas em 1964. (RIDENTI, 2005, p. 29)

Esse processo se combina com um outro que acontecia a nível internacional que teve sua expressão nos acontecimentos ocorridos no Leste Europeu, mais especificamente a partir do relatório Kruschev, da repressão à revolução política na Hungria, em 1956, na invasão da Checoslováquia, em 1968, e na revolução cultural chinesa. Esses episódios levaram a que Hobsbawm constatasse “a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional” (HOBSBAWM, Op. Cit, p. 81).

Como consequência surge em vários países agrupamentos críticos à atuação dos Partidos Comunistas e às ações de Moscou. Na Inglaterra se formou a *New Left Review* (NLR), que reunia o grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico; na França surgiram vários agrupamentos, principalmente no Maio de 1968, com

forte influência das ideias de Mao Tse-Tung e de Leon Trotsky. Esse deslocamento também ocorreu em outros países, como nos EUA, Alemanha e Itália (ARAÚJO, Op. Cit., pp. 35-64).

No Brasil, as divergências giravam em torno a três grandes eixos: o caráter da revolução brasileira, qual o modelo de organização a ser adotado e quais as formas de luta necessária para levar a termo a revolução (RIDENTI, Op. Cit., p. 32). O impulso de crítica se deu privilegiando a ação direta contra o "imobilismo" das organizações tradicionais, em especial, o PCB.

A discussão em torno ao caráter da revolução brasileira era objeto de debate na esquerda desde os anos 1920. Mas no contexto pós-1964 adquiriu um peso ainda maior, pois, ao avaliar se a revolução brasileira assumiria uma etapa democrático burguesa ou seria diretamente socialista determinava os alinhamentos possíveis dentro da própria esquerda, o que propiciava alianças e críticas a outras organizações.

Podemos dividir de modo geral da seguinte forma: os setores que mesmo rompendo com o PCB mantiveram uma avaliação próxima, ou seja, enxergavam a etapa democrático burguesa, avaliavam que a revolução poderia agregar setores da pequena burguesia e pequenos empresários nacionais, mas não poderia ter a direção da burguesia nacional, era o caso da Ação Libertadora Nacional (ALN), ou como no caso do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que tirava a ênfase da contradição entre nação e imperialismo e privilegiava a contradição entre o proletariado e a burguesia nacional (REIS FILHO e SÁ, 1985, pp. 160-179). Essas organizações giravam em torno a proposta de um governo popular revolucionário.

Do outro lado dessa questão se encontravam os grupos que avaliavam que a revolução brasileira deveria ser diretamente socialista, propugnavam que existia uma integração entre a burguesia nacional, os imperialistas e os latifundiários. Desta forma, não seria necessária e possível a realização da etapa democrático burguesa da revolução brasileira, pois, a burguesia já estava no poder. Essa leitura é influenciada pelas teses da Polop e as elaborações ligadas a teoria da dependência. Dentre as organizações que estariam vinculadas a essas posições podemos citar: VPR, VAR-Palmares, POC, PRT, etc (GORENDER, Op. Cit., p. 86).

O segundo eixo no qual se deram os debates diz respeito a forma de

organização política, portanto, como dispor de seus quadros para levar a cabo a tarefa da revolução. As discussões se davam em torno ao modelo clássico de Lênin e as possibilidades de estruturação em torno a grupos com o único intuito da luta armada. A maioria dos grupos propunham, mesmo que de forma vindoura, a necessidade de integração em um partido que surgiria ao longo do processo da luta revolucionária.

O terceiro eixo tratava das formas que a luta devia assumir, o PCdoB foi o único que colocou em prática a proposta de guerrilha rural, que tinha como inspiração a revolução chinesa e a sua guerra revolucionária prolongada. Os demais grupos adotaram táticas de guerrilha urbana, assumindo diversas formas de atuação, geralmente divididos em grupos de trabalho, sendo que a luta armada nas cidades era vista como preparatória para a guerrilha rural, nenhum grupo que se envolveu na guerrilha urbana chegou a guerrilha rural (Idem, p. 235). Nesse período, se mantiveram fora da luta armada o PCB que continuava com a sua estratégia de via pacifica ao socialismo e o POR-T que se manteve ligado ao modelo bolchevique de insurreição das massas trabalhadoras (RIDENTI, 2005, p. 46).

Como apontamos a resposta pecebista ao golpe demorou, o partido só conseguiu reunir seu Comitê Central em maio de 1965 quando lançou a Resolução de Maio (CARONE, 1982(a), pp. 15-26). Nela os comunistas caracterizam o regime como reacionário e entreguista serviçal do imperialismo norte-americano. Disfarçada de reformista a ditadura entraria em contradição com o capitalismo nacional, desta forma, estaria fadada ao fracasso. A partir desses pontos conclama a unidade de todos os setores antiditatoriais para a defesa das liberdades democráticas, atuando inclusive nas limitadas eleições permitidas pelo regime. A linha política do partido também ataca os setores que se lançavam a luta armada, acusando-os de voluntaristas e pequeno-burgueses.

Do outro lado, na avaliação dos grupos guerrilheiros a adesão à luta armada é justificada pelo cerceamento dos espaços de expressão da luta política na sociedade civil, principalmente após o AI-5. No entanto, a proposta de guerrilha no Brasil é anterior ao golpe de 1964, e tinha na revolução cubana seu principal exemplo. Assim, podemos notar uma confluência de fatores que combinados resultaram na explosão da luta armada no Brasil que se apresentava como

resistência armada a Ditadura Militar, conforme constatou Ridenti:

> Tratava-se de uma resistência marcada, sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial de 1968, pela crise das esquerdas no período, pela busca de novos modelos revolucionários internacionais – como os de Cuba e os da guerra do Vietnã - que inspirassem soluções para os problemas vividos pela sociedade de classes no Brasil. Uma resistência também contra a "modernização conservadora" da sociedade brasileira imposta pelo regime, com o arrocho salarial, o desemprego e outras medidas econômicas e politicamente excludentes da maioria da população. Uma resistência armada que não implicava necessariamente a ideia de redemocratização, mas, sobretudo, a de revolução. (RIDENTI, Op. Cit., p. 67)

A luta armada no Brasil teve seus eventos entre 1966 e 1974, sendo este último o ano em que a ditadura militar exterminou o restante da guerrilha rural implementada pelo PCdoB ao longo do rio Araguaia. Nesse período foram realizadas ações cinematográficas, como a tomada da rádio nacional, em agosto de 1969, pela ALN e o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969, pelo MR-8 que conseguiu a liberdade de treze presos políticos da ditadura brasileira e que foram enviados para o exílio no México.

Após esses eventos a ditadura assassinou, em novembro de 1969, aquele que foi considerado seu inimigo número um, Carlos Marighella. Daí em diante a repressão foi total e uma a uma as organizações da luta armada sucumbiram aos golpes da repressão, sendo que boa parte dos seus militantes foram mortos, presos, torturados e processados com base na Lei de Segurança Nacional, e outros tantos se exilaram para sobreviver ou foram expulsos do país.

Desta forma, como resultado da derrota da luta armada, na segunda metade da década de 1970, vai ser dado início ao processo de crítica ao uso das armas e ao surgimento de organizações que buscavam atuar politicamente nas brechas legais e também na ilegalidade, mas que tinham como foco o movimento de massas. A atividade legal se deu em grande parte dentro da imprensa alternativa, que possibilitava trabalho e espaço de atuação política e também nas fileiras do MDB. Já o trabalho clandestino se deu através do envio de quadros das organizações para estruturas fabris ou bairros com concentração de trabalhadores, ou no movimento estudantil.

2.2 A crítica das armas

Buscamos demonstrar até aqui que não houve uma resistência imediata ao golpe, as esquerdas e os populistas ficaram paralisados nos momentos seguintes. Passados os primeiros eventos esses setores tentaram se reorganizar e elaborar respostas, os primeiros movimentos vieram principalmente através da cultura. Onde a esquerda tinha a hegemonia, principalmente o PCB.

Nos anos seguintes ao golpe de 1964 o movimento de massas se reorganizou e buscou resgatar seu protagonismo, em vários momentos em desafio direto ao regime que respondia com a escalada autoritária, atingindo seu ápice no ano de 1968. Esse ano foi marcado pelas greves operárias de Osasco e Contagem, as primeiras contra a ditadura. Já os estudantes, alimentados pelos ventos internacionais e a ebulição social que percorreu o globo, patrocinaram inúmeras manifestações de ruas, sendo a mais notória delas a marcha dos 100 mil. Mas também tivemos outros eventos de envergadura como o enterro do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro e a batalha da Maria Antônia, na capital paulista (ANTUNES e RIDENTI, 2007).

Toda essa ebulição social levou as esquerdas a cogitar que o país estava à beira de uma situação revolucionária. Como apresentamos, o golpe quebrou os mecanismos de diálogo na sociedade civil e consequentemente extirpou do núcleo do estado os elementos que representavam de alguma forma os setores despossuídos. Porém, com os desdobramentos do pós-golpe os setores deslocados do estado acreditaram manter a representatividade de que gozavam no período anterior, essa leitura levou a que esses setores tivessem uma ilusão da permanência da representatividade (RIDENTI, 2005, p. 239).

É essa noção que vai guiar boa parte das organizações que aderiram à luta armada, ao se intitularem representantes do povo acreditavam gozar de seu apoio. Conforme constatou Ridenti:

> A contrarrevolução quebrou um padrão de representação política, em vigor de 1946 a 1964, e tratou de criar organismos representativos fundamentais para a estabilização e a “legitimação” da nova ordem; era de se esperar uma reação a ela, por parte daqueles que propunham representantes dos trabalhadores. Hoje se sabe que o tipo de representação proposto, nos anos 1960, como alternativa à representação “populista”, a saber, a da guerra de guerrilhas, não foi

> mais feliz que aquela para expressar a identidade da classe trabalhadora. Ambas, foram apenas "vontade de representação" (Idem, p. 243).

As disputas e rachas que afetaram a totalidade das organizações que aderiram a luta armada somadas à ação desenfreada da repressão foram determinante para que essas organizações perdessem o pouco de representação e apoio social que lhes restavam. Tendo que exercer a luta na clandestinidade, ou isolada nas regiões rurais, elas se tornaram presas fáceis para repressão, para isso o regime teve o apoio dos meios de comunicação que ajudaram a ampliar o isolamento e a criminalização dos grupos guerrilheiros.

Podemos dizer que esse era o calcanhar de Aquiles da guerrilha, pois toda a ação política passa pela questão da representatividade, ao perder a pouca que lhes restava essas organizações caminhavam para sua aniquilação política, que devido a ação da repressão, em muitos casos, também representava a aniquilação física de seus militantes.

A partir dessas constatações é que surgem os primeiros movimentos de crítica ao uso das armas, ainda no final dos anos 1960. Segundo Gorender (Op. Cit., p. 208) a Ala Vermelha foi a primeira organização da esquerda que já em meados de 1969 percebeu que o retorno das ações armadas, principalmente os assaltos à agências bancarias, não cobria as despesas e os problemas decorrentes da ação. Essa constatação das desvantagens materiais conduziu a discussão para o campo da política, constando no balanço o afastamento das massas e a crítica a tática do *foquismo*. No entanto, essa percepção não se deu em todas as organizações, conforme destacou Gorender:

> A continuação dos assaltos acentuou a imagem negativa da esquerda armada no meio da população. Ao desgaste moral e à segregação política, acrescentava-se a perda de militantes em combate e nos cárceres, sem a possibilidades de substituí-los. (Idem, p. 218)

Na clandestinidade se buscou uma aliança entre várias organizações guerrilheiras para ações em conjunto e uma possível unificação. Mas o que se verificou na prática foi algumas ações isoladas que tiveram a participação de algumas organizações, não se convertendo em uma grande unificação das forças guerrilheiras. As principais ações foram os sequestros de diplomatas que em geral

participaram mais de uma organização, a função dessas ações era tornar público manifestos e a libertação de companheiros que estavam nos porões da Ditadura Militar.

O último desses sequestros foi o do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, em 7 de dezembro de 1970, que passou mais de um mês no cárcere devido a ação do governo brasileiro na negociação dos termos para sua soltura. A VPR responsável pelo sequestro exigia a libertação de uma lista de 70 presos políticos, mas o governo Médici se recusava a libertar 13 pessoas da lista, o que gerou um impasse e a quase execução do embaixador. Devido à ação de Lamarca é que não ocorreu o justiçamento e a lista foi refeita, os libertados foram enviados para o Chile e o embaixador libertado no dia 16 de janeiro de 1971.

Essa ação fechou o ciclo de sequestros de embaixadores, a dificuldade de negociação que o governo impunha e o desgaste político social levaram à que as organizações abandonassem a prática. Mas a luta armada no Brasil se estende até o primeiro semestre de 1974, quando a ditadura assassinou os últimos guerrilheiros do PCdoB no Araguaia.

No caso do Araguaia temos um exemplo claro da forma como o regime controlou as notícias, a exceção de duas matérias que saíram no jornal o *Estado de São Paulo* e no *Jornal da Tarde*, na data de 24 de setembro de 1972, as quais tratavam da segunda campanha do Exército na região. Somente em 1978, é que começa uma tentativa de recuperação dos fatos, entretanto, o próprio regime não produziu provas (ao menos públicas), não gerando inclusive processos judiciais (Idem, p.240).

Para as pessoas que participaram dos grupos e das ações armadas foi um período de grande pressão. Com exceção da experiência do PCdoB no Araguaia que teve uma sobrevida maior, mas que se enquadrava na guerrilha rural, o “guerrilheiro urbano tinha vida ativa mediana em torno de um ano, antes do término pela prisão com sobrevivência ou pela morte. Uma minoria conseguia prolongar a vida até dois anos” (Ibidem, p. 230).

Dentro desse quadro político da esquerda o processo autocrítico se acentua tanto no Brasil quanto no exílio, promovendo novos rachas e o surgimento de novos grupos e organizações. É na busca de tirar conclusões desse processo da esquerda

brasileira que se formou no exílio chileno o Ponto de Partida.

2.3 Ponto de Partida

No ano de 1970 o militante e crítico de arte, Mario Pedrosa, ficou asilado na embaixada chilena no Brasil durante três meses, aguardando o salvo conduto para seguir para o exílio. Durante esse tempo teve contato com dois jovens militantes que também se encontravam na mesma situação, eram eles Túlio Roberto Quintiliano, ex-militante do PCBR, e o outro conhecido como Jones. Nesse contato Mário Pedrosa apresentou o trotskismo e os três começaram uma análise do processo brasileiro.

Ao chegarem em Santigo do Chile, aderiram ao grupo Maria José Loureiro (Zezé) e Jorge Pinheiro, ex-militantes do MNR e Ênio Bucchioni, ex-militante da AP. O grupo começou a se reunir e colocou entre suas tarefas realizar uma crítica à luta armada. Eles partiam da constatação de que a esquerda brasileira havia sido dizimada tanto pela capitulação à burguesia através do populismo, uma das responsáveis pela falta de resposta ao golpe, quanto pelas ações de vanguarda demonstradas nas ações guerrilheiras.

O primeiro texto público do grupo veio em resposta ao sequestro do embaixador suíço, Giovanni Bucher, e a libertação pela ditadura de 70 presos que foram enviados para o Chile. Em contraposição a euforia que tomava conta da comunidade de exilados brasileiros, o grupo lançou o documento intitulado *A propósito de um sequestro.* Nele o pequeno agrupamento questionava:

> Será possível que os revolucionários brasileiros, que assaltam bancos e sequestram embaixadores, falando de uma certa revolução ideal, que nada tem a ver com a prática social, nunca tenham se perguntado por que no Brasil o governo está em condições de manter milhares de revolucionários na prisão sem que as massas exploradas possam opor qualquer tipo de resistência?[23]

O documento aponta que em seu processo de consolidação, a Ditadura Militar, conseguiu desarticular as massas e a pequena burguesia ao mesmo tempo que promoveu uma aceleração do crescimento econômico, assim recuperou esses setores como base social. A análise avança constatando a separação entre as

23 A propósito de um sequestro. Ponto de Partida, Chile, 1971. AEL-Unicamp

organizações armadas e as massas exploradas, ao mesmo tempo que aponta a ausência de mecanismo pelos quais as massas se façam representar politicamente.

> O que permite ao governo atuar sem oposição aparente no Brasil é a ausência de organismos através dos quais as massas exploradas possam expressar seu descontentamento. Se não se entende isso, não se entenderá porque 51% da população das grandes cidades votou em branco nas últimas eleições, sem que antes ou depois deste fato se tenha dado um movimento massivo de protesto contra o governo. As eleições revelaram em profundidade a defasagem que existe entre a repulsa de amplos setores de massas com respeito ao governo e a ausência de uma organização através da qual se possa expressar esta repulsa.[24]

A conclusão é que a tarefa dos revolucionários seria atuar nos pequenos conflitos cotidianos junto as massas. Na busca de consolidar e generalizar os conflitos, formando no processo uma nova vanguarda que teria o papel de dirigir a classe contra a Ditadura Militar. É com essas análises iniciais que se constituiu o grupo Ponto de Partida, durante o exílio no Chile.

Nesse período Mário Pedrosa colocou esses jovens militantes em contato com dirigentes da Quarta Internacional. Foi através de Peter Camejo dirigente do Socialist Workers Party (SWP) dos Estados Unidos que tiveram contato com a Tedência Leninista Trotskista (TLT), que defendia uma política contra a adoção da guerrilha dentro da Internacional, naquele momento a direção majoritária apoiava as ações de guerrilha. Também compunha a TLT o Partido Socialista de los Trabajadores (PST(a)) da Argentina, que tinha como um dos seus principais dirigentes Nahuel Moreno. Os militantes do Ponto de Partida também tiveram contato com Hugo Blanco, destacado revolucionário peruano que se encontrava no Chile.

Esses contatos e o acordo programático levaram o grupo a entrar para a IV Internacional, com adesão direta à minoria, ou seja, a TLT. A relação com os argentinos foi formalizada através de uma ata de acordo[25], assinada em Buenos Aires, em agosto de 1972. Nela consta cinco pontos que norteariam a colaboração: 1) Ponto de Partida poderia cumprir um papel importante na construção do partido revolucionário no Brasil e que o PST(a) daria toda a atenção necessária; 2) Caso fosse necessário tirar os militantes do Chile, o PST engendraria esforços para fazê-

24 Idem.
25 Acta de acuerdo. 3 de agosto de 1972. AEL-Unicamp

lo; 3) O PST(a) enviaria um membro da sua máxima direção dentro de um mês ao Chile, para se reunir com o Ponto de Partida; 4) O Ponto de Partida se comprometia a colaborar na *Revista de América* e 5) O PST(a) passaria a ser o nexo de toda a informação com o Brasil.

Já o documento *Punto de Partida: Em marcha*[26], novembro de 1972, realiza uma avaliação do trabalho que a incipiente organização realizava no Chile. Aponta que mesmo oscilando entre as duas tendências que compunham a esquerda brasileira a organização havia conseguido uma diferenciação, principalmente com a ajuda da fração minoritária da internacional. O texto também aponta que estava se realizando cursos de formação e uma das prioridades da equipe era bolchevizar o funcionamento da organização e publicar um periódico, por mais simples que fosse. No tocante a avaliação da situação brasileira aponta que a tarefa central seria a luta pelas liberdades democráticas e contra o arrocho salarial.

Em janeiro de 1973 saiu a Punto de Partida[27] (Revista de los Marxistas Revolucionarios Brasileños) publicada em espanhol e que trazia quatro artigos. O primeiro *A repressão a serviço do desenvolvimentismo* consistia em uma entrevista realizada em 1971 com as organizações 1° de Maio e FBT (Fração Bolchevique Trotskista)[28] onde é apontado que o processo de desenvolvimento brasileiro estava integrado ao imperialismo e suas empresas, o texto ainda caracteriza a ditadura como semifascista. Quanto as classes sociais aponta que para a burguesia nacional só restava se integrar ao imperialismo ou ser marginalizada, com isso se explicava as rusgas da burguesia com a Ditadura Militar. Em relação a pequena burguesia o documento aponta que o horizonte seria sua proletarização, já ao proletariado e aos camponeses restaria a degradação das condições de vida.

Mas o principal artigo, com destaque na capa, foi *Acerca das liberdades democráticas* (assinado pelo pseudônimo J. Alencar). Nele a organização caracterizava que com o aumento das contradições econômicas os militares, agentes da burguesia financeira industrial, seriam os primeiros indesejáveis. E que a característica principal das discussões sobre as liberdades democráticas seria a ausência das classes populares. Assim, a tarefa mais urgente seria trazer o

26 Punto de Partida: Em marcha, Novembro de 1972. AEL-Unicamp.
27 Revista Punto de Partida, enero de 1973. AEL-Unicamp.
28 A FBT surge de um racha com o POR-T, em 1966.

proletariado como classe para a discussão sobre liberdades democráticas e somente o proletariado tomando a frente nesta luta é que seria possível a construção de novas direções, sindicatos e do partido revolucionário.

O texto também crítica a conciliação de classes do PCB, citando Marighella e Prestes, que desde 1945 até a luta pelas liberdades democráticas atuais colocava ao proletariado o papel de subalterno à burguesia nacional. O texto aponta que a classe operária tinha que ser a vanguarda da luta pelas liberdades democráticas, mas que o principal empecilho seria a falta do partido revolucionário. Desta forma a principal tarefa era o trabalho político junto a classe operária para a construção do programa de transição e do partido.

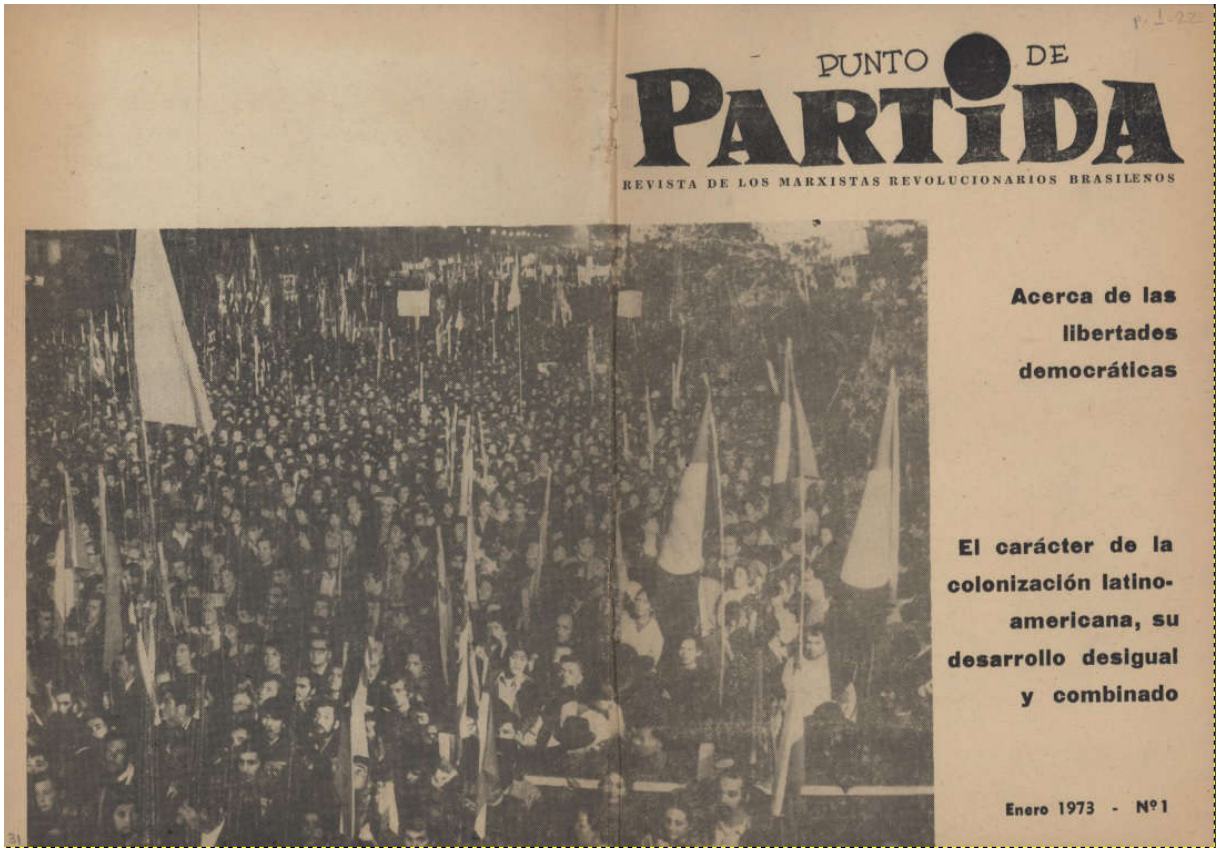


Figura 4 – Capa da revista Punto de Partida, janeiro de 1973.

Ainda consta na revista mais dois artigos, *Situação das classes dominantes no Brasil* (assinado pelo pseudônimo J. Alencar), onde é analisada a dinâmica das classes sociais no Brasil. E *O caráter da colonização da América Latina, seu desenvolvimento desigual e combinado,* assinado por George Novack dirigente da IV Internacional e do SWP estadunidense. Nele o autor aponta que na América Latina a

fusão entre o capital e as formas pré-capitalistas deram origem a formas econômicas combinadas e incongruentes que impediam a burguesia de cumprir seu papel no desenvolvimento capitalista, como também de realizar as tarefas democráticas. Assim, resta ao proletariado assumir o seu papel e combinar as tarefas democráticas com as tarefas socialistas, no que se configuraria o programa de transição.

Essas foram algumas das tarefas e elaborações que o Ponto de Partida realizou no Chile. No entanto, logo o grupo se dividiu em torno a duas posições. Uma colocava como tarefa a atuação política junto à comunidade de exilados brasileiros, buscando assim acumular quadros com o intuito de posteriormente voltar ao Brasil. Uma outra ala advogava a participação no processo chileno, atuando inclusive nos partidos que lá existiam como o partido socialista chileno que tinha um setor trotskista. Desta forma, os grupos ficaram conhecidos como Ponto de Partida 1 e Ponto de Partida 2. Outro brasileiro que estava no Chile militando no MIR, foi Waldo Mermelstein, que acompanhava as discussões, no entanto não se juntou ao grupo naquele momento.

Apesar das divergências táticas os dois grupos mantiveram uma boa relação e em meados de 1973 estavam em vias da reunificação. Esse processo foi interrompido pelo golpe de Augusto Pinochet no governo de Salvador Allende. O golpe atingiu não só a sociedade chilena como pegou em cheio a comunidade exilados, principalmente latino-americanos, que encontravam no governo da Unidade Popular um abrigo aos regimes ditatoriais que dominavam o subcontinente. Nas memórias de Zezé, uma das fundadoras do Ponto de Partida, o golpe teve um forte impacto sobre o grupo:

> Então foi algo muito violento pra gente. Obrigou-nos a fazer toda uma rediscussão de tudo que a gente tinha achado de construir o partido com influência de massas, de como se resolvia, porque o Chile era a negação da guerrilha, quer dizer, ao invés de grupos eram mobilizações de, sei lá, milhares, tinha dez milhões de habitantes e tinha mais de um milhão filiado ao PC. Se você contava o PS... Claro que era filiação, não era militante, mas a realidade era outra. Não tinha nada que ver com a guerrilha. Ao mesmo tempo o que aconteceu também provava que só isso era absolutamente insuficiente, porque a resposta da repressão foi violenta e não houve praticamente resistência.[29]

29 Entrevista de Maria José Loureiro. AEL- Unicamp.

Assim, o Ponto de Partida se dispersou para um novo exílio, Zezé, Jorge Pinheiro, Duarte e Waldo foram para a Argentina. Jones foi para o Canadá. Túlio Quintiliano e Ênio Bucchioni foram detidos pela ditadura chilena. Após sua prisão, no Estádio Nacional, Ênio conseguiu ir para o exílio na França. No entanto, Túlio não compartilhou da mesma sorte, foi assassinado pela ditadura de Pinochet. Como rememora o amigo Ênio:

> Conforme soube posteriormente, Túlio foi detido e levado para o Regimento Tacna, talvez o mais reacionário e fascista de todos, de onde não houve sobreviventes. Testemunhas que moravam nas cercanias do Tacna afirmaram que nas noites posteriores ao golpe era comum a saída de caminhões sobrecarregados de corpos de prisioneiros mortos pelos gorilas.[30]

Os que conseguiram chegar a Argentina continuaram as discussões e estreitaram os laços com o PST(a). Em Buenos Aires retomaram a ideia de fundar uma nova organização e do retorno mais imediato ao Brasil. O contato do PST(a) com militantes brasileiros já havia ocorrido em outros momentos sem muito sucesso, a exemplo de Júlio Tavares que era militante da FBT e em 1971 participou de um curso organizado pelo PST(a). Mas, desta vez as tratativas foram mais promissoras.

2.4 Da Liga Operária à Convergência Socialista

Após algumas discussões em Buenos Aires e com a adesão de Waldo Mermelstein, os brasileiros resolveram fundar a Liga Operária (LO) organização que deu continuidade a história do Ponto de Partida. A partir deste momento começou a ser pensado o retorno ao Brasil, essa decisão foi tomada no final de 1973, com base na análise de que:

> A conclusão política do grupo era a de que após os anos de retrocesso, havia sinais de reanimação no movimento de massas do país. A ditadura sabia que teria que implementar medidas de descompressão controlada para evitar uma radicalização social e a euforia do milagre econômico havia terminado, fazendo com que a classe média começasse a passar à oposição ao regime. Vimos que havia espaços que se abriam e resolvemos voltar ao país, mesmo que os camaradas argentinos tenham expressado dúvidas quanto à conveniência daquele momento pela repressão da ditadura e pela nossa inexperiência.[31]

30 Bucchioni, Ênio. Túlio Quintiliano: presente! Ahora y siempre! Disponível em: < https://blog.esquerdaonline.com/?p=2560>, consulta em 05/08/2018.

31 MERMELSTEIN, Waldo. *Dos fundadores da Liga Operária ao início dos anos 80*. Opinião

O primeiro que atravessou a fronteira em fevereiro de 1974 foi Waldo Mermelstein, fundador da nova organização, trazia em sua mala uma tiragem do jornal da LO impresso em Buenos Aires. A publicação recebeu o nome *Independência Operária,* introduzido no país de forma clandestina, foi impresso em duas folhas de papel sulfite divididas ao meio, perfazendo oito páginas. Junto com a publicação Waldo trazia a tarefa de estabelecer contatos e avaliar a possibilidade de retorno dos outros companheiros. Sua escolha se deu pelo fato de ser o menos conhecido pelo regime e ter vários contatos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Ao longo de 1974 os outros militantes voltaram aos poucos para o Brasil, optaram por se estabelecer em São Paulo. Apesar de serem cariocas e gaúchos, enxergavam no estado melhores condições de desenvolvimento do trabalho político. A organização começou a se construir pelo movimento estudantil, conseguiu uma importante inserção na Escola de Sociologia e Política e depois na PUC-SP. Com a ampliação do trabalho a organização incorporou estudantes da UFF, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte, começou o trabalho político na USP.

No âmbito da política nacional a LO caracterizou que o país passava do semi-fascismo do governo do general Emílio Garrastazu Médici para um bonapartismo no governo do general Ernesto Geisel[32]. Essa é uma importante caracterização, pois diante da crise internacional do petróleo, 1973, as perspectivas de crescimento da economia começavam a não serem as mesmas do milagre. Assim, Geisel assume o papel de intermediador na disputa interburguesa, entretanto, a organização avalia que ele não conseguiria e teria que se decidir por algum setor[33].

Esse papel conciliador é demonstrado, segundo a LO, pela própria composição do novo ministério. O artigo *Esse ministério… a quem serve?*[34] busca dissecar a composição ministerial de Geisel vinculando os ministros a setores imperialistas e a burguesia nacional, essa afirmação corrobora a análise que saiu no *Independência Operária* número 1 onde apontava para um governo de conciliação interburguês. Disto, também decorre que a LO avalia que o governo teria mais

Socialista, São Paulo, nº 380, 11 jun.2009.

32 Na leitura da LO um governo semifascista seria aquele que se basearia no uso da violência, enquanto o bonapartista se colocaria acima das classes sociais e atuaria como arbitro do conflito social.

33 Perspectivas do governo Geisel. Independência Operária, Nº 1, 2/1974.

34 Esse ministério… a quem serve?. Independência Operária, N º 2, 3/1974.

dificuldade na repressão ao movimento de massas, abrindo boas possibilidades para a luta operária.

É dessa análise que resulta a proposta de apoiar o MDB nas eleições de novembro de 1974. No entanto, essa política não era consensual na esquerda e também nas fileiras da organização, o grupo de apoio a Liga Operária no exterior escreveu uma carta criticando a tática. A resposta veio no documento *Porque votamos no MDB*[35], de março de 1974, onde a LO acusa os críticos de ultraesquerda, e que para eles tudo seria questão de princípios. E de forma mais pormenorizada avalia que o esgotamento do milagre e as crises econômicas fizeram a burguesia nacional sentir necessidade de fortalecer o seu partido e pensar um projeto nacional. O que explicaria a atuação do MDB. Isso possibilitou ao movimento de massas entrar em cena, ampliando o entendimento do que seria as liberdades democráticas. Assim, a mudança do programa eleitoral do MDB propiciou uma aliança de classes, respondendo a necessidade de fortalecimento da burguesia nacional. A partir da constatação dessa aliança a LO optou por chamar voto no MDB, mas mantendo sua independência política, chamando voto em candidatos ligado ao PCB. A LO avaliou que como resultado prático dessa política houveram captações e abertura de trabalho operário.

O primeiro congresso da organização foi realizado em dezembro de 1974 na cidade de Santos, litoral paulista. O local escolhido foi a casa de um militante da Escola de Sociologia e Política, o qual o pai era um policial militar. O filho deu a desculpa de um grupo de estudos da faculdade e participaram do congresso 5 delegados, mais dois convidados da FBT. Dentre as decisões que foram tomadas estava a incorporação dos companheiros da FBT, naquele momento se avaliava que a organização tinha vários contatos no nordeste, mas depois de realizado os contatos a maioria não queria militar, pois haviam sofridos os suplícios da repressão.

A unificação com a FBT não alterou o nome da organização que se manteve Liga Operária, foi incorporado à direção o militante Júlio Tavares. Essa adesão trouxe numericamente poucos militantes, mas apresentou um ganho qualitativo pelo fato desses militantes não terem ido para o exílio e atuarem politicamente em São Paulo com bastante contatos, o que impulsionou o trabalho no estado.

35 Porque votamos no MDB. Liga Operária, 3/1975. Arquivo PSTU.

Neste congresso também foi aprovada a resolução que estabelecia a relação no âmbito internacional. No documento *A Liga Operária e a IV Internacional*[36] a LO se define pela IV Internacional e coloca como ponto central da atuação política a construção do partido. O texto também faz um balanço crítico da maioria da direção da internacional pela política do congresso de 1969, onde foi aprovado a tática da guerra rural. Assim, a organização já se define como pertencente a minoria que tinha como centro estratégico de atuação política o movimento de massas.

O ano de 1974 serviu para que os membros da organização que estavam no exílio pudessem se localizar no país e se inteirar das questões políticas. A LO terminou o ano de 1974 com 25 militantes, no ano de 1976 atingiria mais de 100[37]. Quanto a questão da abertura proposta pelo governo, a corrente avaliou no editorial *Os planos da burguesia*[38] que todo o esforço é para se evitar no Brasil o que ocorria em Portugal, ou seja, que a queda da ditadura se desse com um forte movimento popular.

Essa avaliação é aprofundada no número 11[39], quando a organização constata o giro à direita do regime marcado no último período pela repressão ao PCB, as prisões de centenas de ativistas, o refluxo do movimento de massas e a paralisia da classe operária. Para superar essa situação a LO propõe a adoção de um programa mínimo defensivo. Essa nova avaliação contrasta com as avaliações iniciais que a corrente desenvolvia logo que se estabelecera no país, onde apontava para um rápido ressurgimento do movimento de massas. Como tática no movimento a organização não se propunha a assumir protagonismo, ou seja, seus militantes não deveriam assumir tarefas de direção, a prioridade era a captação de novos militantes[40].

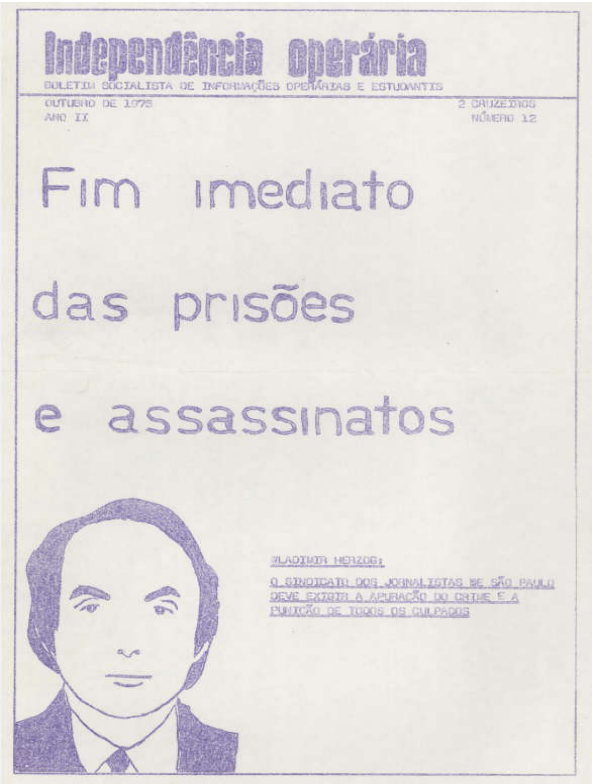
Mas, em partes, a organização estava correta em sua avaliação havia uma ânsia pela discussão política na sociedade e as novas ondas repressivas não atingiria o nível do governo do general Médici. O que permitiu seu desenvolvimento rápido, sem se tornar um alvo do regime. Se apoiando no seu rápido crescimento no movimento estudantil a LO começou a fazer o giro de militantes para as fábricas. Um

36 A Liga Operária e a IV internacional, 1975, Acervo Fundação Pluma, AEL/Unicamp.
37 Entrevista de Waldo Mermelstein. AEL-Unicamp
38 Editorial: Os Planos da Burguesia. Independência Operária, nº 4, 4/1975.
39 Editorial: luta, companheiros!, Independência Operária, nº 11, 9/1975.
40 Boletim Interno, N º 11, 1974. Acervo Fundação Pluma, AEL/Unicamp.

dos primeiros a tentarem o trabalho de operário foi Waldo Mermelstein, que trabalhou durante um tempo na Petroquímica União, mas que foi de curta duração. Segundo suas memórias:

> Então, era militância política... Fui à assembleia do sindicato, falei na assembleia falando coisas bem cuidadosas e escrevi um artigo sobre um acidente de trabalho que tinha vitimado um companheiro na minha sessão, quebrado a perna, um acidente horrível no setor de movimentação de produtos. Eu acho que isso, não tenho certeza absoluta, mas eu acho que isso precipitou a minha demissão da petroquímica. Acho que houve uma provocação com o chefe, ele me fez uma provocação e eu caí. Eles eram os caras que estavam na liderança da Petrobras. Os postos de chefia eram todos pelegos que tinham vindo da refinaria, que tinham sido fura greve em 68, enfim... Então eu acho que eles detectaram alguma coisa.[41]

Destas ações exploratórias surgiram nas páginas de *Independência Operária* matérias sobre bancários, metalúrgicos e petroleiros. Também ocorreu a ampliação das matérias sobre o movimento estudantil que se expandiu para as cidades do interior do estado, a exemplo de São Carlos, e também do Rio de Janeiro. Está ampliação demonstra que a organização começava a se estruturar em outros espaços seja através de giros de militantes ou abertura de novos contatos.


Independência operária

BOLETIM SOCIALISTA DE INFORMAÇÕES OPERÁRIAS E ESTUDANTIS

OUTUBRO DE 1975 — 2 CRUZEIROS

ANO IX — NÚMERO 12

Fim imediato das prisões e assassinatos

VLADIMIR HERZOG:

O SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO DEVE EXIGIR A APURAÇÃO DO CRIME E A PUNIÇÃO DE TODOS OS CULPADOS

Figura 5 – Capa de Independência Operária, número 12, outubro de 1975.

41 Entrevista de Waldo Mermelstein. AEL-Unicamp

Em relação ao trabalho desenvolvido no Rio de Janeiro temos o documento *Considerações gerais sobre o ano de 75 e a política de 1976*[42]. Nele é feito um balanço da atuação da regional no estado com destaque para o trabalho no movimento estudantil e no movimento operário, através do trabalho de bairro. Nas propostas se discute a ampliação do trabalho no setor de estudantes e a proletarização de militantes. O texto ainda acusa um crescimento de 700% no número de militantes e sugere a formação de Comitê Central que articulasse o trabalho no Rio de Janeiro com o de São Paulo.

Essas propostas foram incorporadas no II congresso que ocorreu em 1976, o que levou a um giro maior de militantes para o trabalho nas fábricas. Essa movimentação se amparava na avaliação que o regime já não tinha a mesma força de repressão que na fase anterior e que a classe trabalhadora estava à beira de uma explosão. O trabalho foi desenvolvido durante um ano e em abril de 1977 durante uma distribuição de panfletos em portas de fábricas no ABC paulista a organização teve seu primeiro momento crítico. A repressão mapeou a atividade e a LO sofreu a primeira ação repressiva do regime[43]. Cinco militantes foram presos, entre eles Celso Brambilla, José Maria de Almeida e Márcia Basseto Paes. Segundo Waldo a organização buscou apoio no movimento:

> A prisão nos levou a buscar apoio no movimento estudantil: o velho operário Pacheco, ex-PCB, que participava da oposição sindical dos químicos no ABC foi levado por nós com outro operário metalúrgico da Scania, o Danilo, militante nosso, até à USP para denunciar as prisões e pedir a solidariedade na luta pela sua libertação. A resposta foi fulminante e desataram-se as primeiras manifestações de rua estudantis após 68.[44]

As prisões tornaram a organização um alvo, mas também ajudou a desencadear as primeiras manifestações de rua após os eventos de 1968. A mobilização foi registrada em documentário pelo DCE Livre da USP e o DCE Livre da PUC, intitulado *O Apito da Panela de Pressão*[45], nele é destacada a luta contra as

---

42 Considerações gerais sobre o ano de 75 e a política de 1976, regional Rio de Janeiro. Arquivo do PSTU.

43 Nota da Folha de São Paulo sobre a prisão dos militantes no ABC paulista. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?anchor=4312274&pd=832713025afec9c7b3581cc88249043f>, consulta em 23/7/2018.

44 MERMELSTEIN, Waldo. *Dos fundadores da Liga Operária ao início dos anos 80*. Opinião Socialista, São Paulo, nº 380, 11 jun.2009.

45 O Apito da panela de pressão. DCE Livre da USP e DCE Livre da PUC-SP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DuGZABQ0L5c>, consulta 25/08/2018.

prisões que ocorreram no ABC, mas também as pautas do próprio movimento estudantil. As manifestações tiveram início no dia 2 de maio de 1977 com vários cursos entrando em greve e no dia 5 do mesmo mês 7 mil estudantes reunidos no Largo São Francisco declararam aquele espaço um território Livre[46]. O documentário foi usado como instrumento de propaganda pelo movimento estudantil para realizar mobilizações em outras partes do país.

Em julho de 1977 a LO realiza uma conferência na qual resolve mudar de nome passando a se denominar Partido Socialista dos Trabalhadores (PST(b)) (SILVA, 1986, p. 185). Essa mudança tinha dois objetivos, o primeiro dizia respeito ao crescimento da organização, assim deixaria de ser uma liga passando a ser um partido. O outro seria uma tentativa de desviar o foco da repressão.

A organização editou sua publicação *Independência Operária* até meados de 1977, quando passou a trabalhar com o jornal *Versus.* A entrada da LO na equipe editorial do alternativo se dá com a adesão de Omar de Barros Filho no começo de 1976. Segundo Omar, "dentro da redação do Versus houve um grande interesse pelas propostas do partido e uma boa parte da redação passou a seguir a organização, mesmo quando ela ainda era clandestina". É a partir dele que começou o trabalho no meio jornalístico em São Paulo, Omar montou um núcleo de jornalistas onde participavam membros do *Versus* e de outras redações[47].

Omar de Barros Filho foi o colaborador mais longínquo de *Versus,* depois de Marcos Faerman, que foi o idealizador e fundador do periódico, Omar surge como o grande nome. Aparece pela primeira vez já como editor no número 3, março de 1976, a partir do número 26 se tornar chefe de edição, posição que ocupa até o número 33, no total a publicação teve 34 números. Assim, quando entrou para a LO já fazia parte da equipe editorial do jornal. Com o seu trabalho em *Versus,* Omar ganhou o primeiro prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, em 1979, com a reportagem "Carta de um Torturado ao Presidente Geisel"[48].

---

46 Sete mil estudantes fazem manifestação no centro da cidade, *Folha de São paulo*, 6/5/1977. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br//leitor.do?numero=6207&anchor=4239867&pd=d0b0cc97c6afd239dcadde82a040f2fe>, consulta 6/5/2018.

47 Entrevista Omar de Barros Filho ao autor em 9/3/2018.

48 Carta de um Torturado ao Presidente Geisel, *Versus* 23, julho de 1978.

Figura 6 – Carta aberta de um torturado ao presidente Geisel, *Versus* 23, julho de 1978.

É a partir da atuação de Omar que passaram a compor o PST(b) importantes membros da equipe editorial de *Versus,* como foi o caso de boa parte do núcleo negro que atuava no jornal e que cumpriu um importante papel na reorganização do movimento negro e na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). No entanto, a entrada de membros da direção do PST(b) no jornal só ocorre a partir do número 17, dezembro de 1977. É nesse número que aparece o nome de Júlio Tavares um dos membros da direção do partido e é também esse número que traz na capa a manchete: “O partido socialista está nascendo”. Nesse momento o partido já está trabalhando politicamente com o *Versus*, ou seja, a militância vendia o jornal junto com as discussões políticas que faziam em suas estruturas de atuação.

A ideia da fundação de um partido socialista no Brasil com um caráter amplo e de massas surgiu da experiência de Jorge Pinheiro, militante do PST(b), que naquele momento estava residindo na Espanha onde desenvolvia trabalho político a serviço da minoria da IV Internacional. Conforme seu relato:

> Nessa época, como membro da direção da Liga Operária brasileira e da Fração Bolchevique da Quarta Internacional, o autor da tese vivia no bairro de Aluche, na periferia de Madri. Suas atividades estavam voltadas à construção da seção espanhola da Quarta Internacional, tanto em Madri, como em Vigo, na Galícia. O fato de ser trotskista, aliado à história da oposição de esquerda e do POUM durante a Guerra Civil, possibilitou conversações com lideranças do proletariado madrilenho e com dirigentes sindicais, o que o levou a acompanhar de perto o processo de democratização espanhol e a unificação dos socialistas. Assim, trouxe a experiência vivida pelos socialistas espanhóis para o Brasil. Aprovada pelo comitê central do PST a proposta de centralizarmos a luta pela democratização na construção do Partido Socialista, iniciamos o processo do lançamento público da Convergência Socialista, que desde seu início foi além da leitura dogmática do marxismo, situando-se no campo da nova esquerda europeia e norte-americana. Surgiu, dessa maneira, como novidade no espectro da esquerda brasileira (SANTOS, 2006, p. 184).

Com a adoção dessa política e avaliando que a Ditadura Militar estava caindo e não teria forças para realizar uma forte repressão, o PST(b) se lançou a construção do partido socialista e para promover discussões e aglutinar pessoas em torno da ideia foi lançado no começo de 1978 o Movimento Convergência Socialista. O jornal *Movimento* noticiou o encontro:

> Nos últimos dias do mês passado, diversos núcleos que participam desse movimento pela criação de um partido socialista deram um passo adiante. Em reunião realizada na PUC de São Paulo, no dia 28 passado, criaram o movimento Convergência Socialista, que tem como objetivo a unificação de todos os setores que lutam pela criação de um partido socialista.[49]

O encontro ocorreu no dia 28 de janeiro de 1978 e participaram cerca de 200 pessoas e vinte entidades e organizações que constituíram uma coordenação e lançaram a tarefa de realizar um encontro nacional antes das eleições de novembro daquele ano. Ao longo do ano a CS manteve um debate com a esquerda brasileira, realizando conversações com Almino Affonso, Chico Pinto, Edmundo Moniz, Fernando Henrique Cardoso, José Álvaro Moisés, Plínio de Arruda Sampaio, e a Tendência Socialista do MDB, no Rio Grande do Sul.

Naquele momento a CS se propunha um movimento amplo e democrático, não se confundindo com o PST(b). No documento *A CS e o PST*[50], maio de 1978, o partido esclarece como deveria se dar essa relação. A CS nesse momento seria uma frente do PST(b), com organizações menores e independentes. Nele também

49 As articulações por um partido socialista, Movimento, no.136, São Paulo, 6.2.1978, p. 4.
50 A CS e o PST, maio de 1978. Arquivo do PSTU.

descartam a possibilidade de que a CS conseguisse atrair Almino Affonso ou Fernando Henrique Cardoso. A CS é apontada como o principal acerto do PST(b) por permitir ao partido dialogar com as grandes correntes através de sua legalidade. A proposta era atuar de forma democrática para atrair todos os setores que lutavam pela construção do partido socialista, sendo que a função do PST(b) seria atuar como a fração mais combativa da CS. Combinado ao processo de construção da CS era tarefa da militância discutir com as pessoas o trotskismo e captá-las ao partido. O documento também aponta que uma das dificuldades do PST(b) seria o sindicalismo e o sectarismo no trabalho com a CS.

No processo de fundação da CS também foi selado um acordo com a editora *Versus* para a publicação de alguns pequenos jornais da organização, isso se fazia necessário pois era uma exigência do regime que todo jornal deveria ser publicado por uma editora e assinado por um jornalista registrado. Assim, surge na editora *Versus* os especiais da CS (MAUÉS, 2013, p. 41). No entanto, o próprio *Versus* foi adotado como órgão do partido como afirma o documento *Trabalho Legal e Trabalho Ilegal*[51], do comitê executivo do PST(b) no Rio de Janeiro:

> Desde de que abandonamos o IO [Independência Operária] - clandestino – vimos discutindo com os comp[anheiros]s de base as novas características com o jornal legal, isto é, por um lado manter toda a rigidez anterior na distribuição e discussão com o jornal (quando cada comp[anheiro] se compromete a vender tantos nºs do jornal e a discuti-los com as periferias), encarando-o como uma das tarefas fundamentais do militante, e, por outro lado, ampliar e abrir este trabalho, abarcando um nº maior de pessoas. Como linha nacional, baixada em bi [Boletim Interno], a partir do nº 21 de V. [*Versus*] discutimos e estabelecemos um nº mínimo de jornais por cada comp[anheiro].

O mesmo documento aponta uma desarticulação entre o trabalho legal realizado através de *Versus* e da *CS* e o trabalho ilegal desenvolvido pelo PST(b). Os problemas eram de ordem organizativa e política. O que envolvia atraso na entrega dos jornais e dificuldades de separar a atuação da CS e do PST(b), principalmente no que dizia respeito ao uso da sede para realização de reuniões. Assim, o texto aponta que “sem querer diluir a responsabilidade do conjunto dos comp[anheiro]s., achamos que a responsabilidade maior por estas falhas cabe a

51 Trabalho legal e trabalho ilegal, CE do Rio, 6/7/1978. Arquivo do PSTU.

equipe responsável pela CS e à direção do PST”[52].

Os números especiais foram publicados em paralelo aos números de *Versus* e não conseguimos saber exatamente quantos foram publicados, pois eles eram quase panfletos para intervenção política, composto de 4 páginas. Durante nossa pesquisa conseguimos localizar sete edições, mas também encontramos referências a outras edições que não tivemos acesso, sendo uma marca dessas edições não ter numeração.

O primeiro número dos que tivemos acesso é de maio de 1978 e traz em destaque a greve metalúrgica no ABC paulista. A organização avalia o ressurgimento do movimento operário que estava em refluxo desde 1968 e o caráter da mobilização que se dava sem piquete e de forma silenciosa, mas apontava que isto estava mudando e que “os trabalhadores e o povo, em geral, precisam da mais ampla democracia, da liberdade de expressão, manifestação e organização, para fazer valer os seus direitos”[53].

Figura 7 – Capa do Especial de *Versus*, Convergência Socialista, maio de 1978.

52 Idem, p.2.
53 Editorial, *Versus* Especial CS, A greve, Maio de 1978.

O número de julho de 1978 traz em destaque a Frente Nacional pela Redemocratização[54] (FNR), que segundo o jornal só conseguiu se cristalizar após as greves do ABC, aponta também que a articulação da frente surgia como uma manobra de setores da burguesia para canalizar o descontentamento operário. Já o texto A *Copa do torturador Videla*[55] aponta o uso do esporte pela ditadura Argentina para manipular a opinião pública. O especial também tem uma nota sobre o processo de reorganização do movimento negro, assinado pelo grupo negro de *Versus, o* Afro latino América (núcleo negro socialista), o texto relata que:

> Logo após o surgimento de uma tendência negra na Convergência Socialista, nasce da unidade de vários setores e entidades da comunidade negra, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, um movimento amplo e democrático, que, sem dúvidas vai unificar todos os setores mais consequentes da comunidade negra.[56]

O editorial intitulado *Legalização Já*[57], aponta o crescimento e a nacionalização da CS ao mesmo tempo que estava sendo elaborado os anteprojetos do estatuto e do programa do partido socialista. Já em relação a FNR o texto aponta que poderia ser feita uma unidade de ação com setores burgueses pelas liberdades democráticas, mas que era tarefa dos socialistas lutar pela independência política dos trabalhadores que se cristalizaria no partido socialista.

No dia 2 de julho de 1978 foi realizado o lançamento da CS na Assembleia do Rio Grande do Sul, segundo o BDI[58] (Boletim de Discussão Interna) da CS, julho de 1978, participaram do evento cerca de 300 pessoas. Na mesa coordenando o evento estavam Américo Copetti, deputado estadual pelo MDB, Eduardo Scoletski (estudante), pela coordenação estadual, Marcos Faerman, pela coordenação nacional da CS e Jorge Pinheiro, como representante do *Versus*. O documento faz uma síntese das falas dos participantes, como representante da coordenação nacional,

> Marcos [Faerman] fez um relatório sobre como corriam as coisas da convergência país afora. Afirmou, quase ao final de seu discurso: *"É isto que estamos fazendo quando estamos lutando por um PS: criar um partido que a partir, inclusive de seu nome, se define claramente. Sim, somos socialistas, queremos o socialismo, lutamos pela independência dos trabalhadores, não tememos dizer o que somos*

54 Abra os olhos com a frente, *Versus* Especial CS, julho de 1978.
55 A Copa do torturador Videla, *Versus* Especial CS, julho de 1978.
56 Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, *Versus* Especial CS, julho de 1978.
57 Editorial, *Versus* Especial CS, julho de 1978.
58 BDI da CS, julho de 1978. Arquivo PSTU.

> *nem diante de nossos amigos, nem diante de nossos inimigos. Mas, ser socialista, não é ser ultra, nem ser exclusivista. Não queremos o socialismo estéril do divisionismo, dos pequenos 'clubes' que não conseguem ser, na história, mais do que grilos, grilos falantes como aquele personagem do Pinóquio; que não conseguem ser mais do que estes puristas fabricantes de grupos que se julgam 'a consciência crítica da história'... Não, nós queremos existir na cena real, no palco real em que as coisas ocorrem: nas ruas, nas fabricas, nos campos, nos parlamentos e nas escolas."*[59]

Durante o ano de 1978 o PST(b) impulsionou a formação de núcleos da CS em vários estados do país, junto a isso intensificou o giro para o movimento operário, tendo como prioridade o ABC paulista devido a sua importância econômica e política, principalmente, a partir da greve de maio de 1978. Essa atuação, que já vinha de anos anteriores, ganhou um aliado momentâneo, com o intuito de divulgar a CS junto aos operários foi selado um acordo entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Bendito Marcílio, e a organização. O acordo consistia em a CS fazer sua campanha para deputado federal nas eleições de novembro e Marcílio apresentar os militantes da CS para os trabalhadores das fábricas e defender a fundação do partido socialista.

Porém, quando a campanha começa de fato, Benedito Marcílio avaliou que chamar a fundação do partido socialista para os operários ficaria por demais abstrato, e passa a propor a CS que se falasse primeiro em um partido de trabalhadores. É a partir dessa discussão que começa a ser fermentada a proposta do PT que foi lançada no ano seguinte, no congresso metalúrgico de Lins[60].

Conforme havia sido proposto no encontro de lançamento da CS, em janeiro de 1978, foi organizado o encontro nacional que reuniu os vários núcleos que vinham se formando nos estados. Esse evento foi pensado como uma demonstração de força da organização com o intuito de promover a massificação da proposta do partido socialista as vésperas das eleições. O encontro foi marcado para agosto de 1978 e ocorreu na capital paulista.

No entanto, toda essa movimentação deixou de sobre aviso a Ditadura Militar. A organização já havia entrado no radar da repressão com as prisões de abril de 1977 no ABC paulista. Em julho de 1978 são presas 6 pessoas em Brasília todas vinculadas a sucursal do *Versus* na capital federal, sendo que duas delas eram

59 Idem, p. 5.
60 Entrevista de Ênio Bucchioni ao autor, 23/3/2018.

militantes da CS. As prisões deixaram a redação de *Versus* mais exposta a repressão, o que levou a divergência na equipe do jornal sobre os rumos a serem seguidos. Para a surpresa dos membros da CS o fundador de *Versus* junto com sete membros da equipe editorial que não eram ligados diretamente a organização optaram por romper com o jornal no número 24, em agosto de 1978.

Desde o lançamento da CS, no começo de 1978, vários membros do jornal haviam aderido à organização política, dentre eles, o próprio Marcos Faerman. A partir desse ponto a história da organização e de *Versus* se entrelaçam, pois, o jornal passa a ser o principal entusiasta da nova organização. No entanto, isso não significou o seu fechamento editorial, o jornal manteve suas páginas abertas para que várias posições políticas se expressassem, a exemplo, dos artigos assinados por Fernando Henrique Cardoso, José Álvaro Moises, Mário Pedrosa, Octávio Ianni, Francisco Welfort, Celso Furtado, Moniz Bandeira, Frei Betto, D. Pedro Casaldáliga e Almino Affonso.

Já com a ruptura do seu fundador, Marcos Faerman, a história de *Versus* e da CS se confundem, pois, a partir do número 24 toda a produção do jornal ficou a cargo da CS. Junto a esse abalo veio se somar outro ainda maior, o primeiro encontro nacional ocorreu nos dias 19 e 20 de agosto de 1978 na escola Caetano de Campos, no bairro do Cambuci, na capital paulista. Participaram do encontro cerca de 300 delegados e 1200 pessoas.

Dois dias após o encontro a repressão deflagrou a operação Lótus que prendeu 24 membros da CS. Dentre os presos estava Nahuel Moreno, dirigente do PST(a), que naquele momento vivia exilado na Colômbia devido a ditadura em seu país. Esse era um dos casos mais graves, pois, se Moreno fosse deportado para a Argentina sua morte era tida como certa. Buscando evitar isso,

> Os presos iniciaram uma greve de fome para exigir que ele fosse enviado de novo à Colômbia e a libertação de todos. A greve foi seguida por militantes da CS instalados no DCE da PUC-SP e na Arquidiocese de Nova Iguaçu. A greve durou 14 dias e se deu junto com uma enorme campanha internacional. Contou com pronunciamentos dos parlamentos nacionais da Espanha e de Portugal, e com mensagens pela libertação como do escritor Gabriel García Márquez[61].

61 Operação Lótus: Liga Operária na mira da ditadura. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/operacao-lotus-liga-operaria-na-mira-da-ditadura/>, consulta 5/7/2018.

Com quase toda a sua direção presa e outros membros na clandestinidade foi necessário instituir uma direção provisória. A organização também sofreu com uma campanha de calúnia realizada pelo regime e divulgada na impressa, onde uma série de acontecimentos que ocorriam no país eram colocados sob sua responsabilidade, a exemplo de uma manifestação de repúdio ao presidente Figueiredo que ocorreu em Florianópolis no dia 1 de dezembro de 1978. Essa acusação levou à prisão do jornalista de *Versus,* Arnaldo Schreiner, no dia 6 de dezembro. No manifesto que denunciava a prisão de Schreiner a CS aponta:

> Durante os últimos dias a imprensa de São Paulo, veiculou informações que insinuavam a participação da Convergência Socialista no curso dos acontecimentos de Florianópolis, tendo inclusive alguns órgãos de informação atribuído à nossa organização a responsabilidade pela manifestação de repúdio à Figueiredo na passada sexta-feira.[62]

Essas acusações somadas a ação da repressão acabaram por ocasionar seu isolamento político e consequentemente a proposta da fundação do partido socialista ficou prejudicada. Os últimos quatro meses de 1978 foram intensos para a CS, a organização estava dividida entre a campanha de libertação dos seus presos, sendo que os últimos foram libertos em dezembro daquele ano, a política de construção de um polo operário e socialista nas eleições de novembro, o que se concretizava pelo apoio a alguns candidatos do MDB com esse perfil e a condução dos trabalhos com o jornal *Versus.* É nesse momento que recém-chegado do exílio em Portugal que Ênio Bucchioni passou a ser um dos principais responsáveis pelo jornal.

Para a atuação no processo eleitoral a organização colocou três objetivos: fazer a denúncia do regime "semicolonial capitalista que oprime o país e explora os trabalhadores"; que a solução para os problemas dos trabalhadores estariam na luta e não na ação parlamentar; e por último, demonstrar a necessidade do socialismo[63]. Durante a campanha eleitoral a CS lançou candidatos próprios através do MDB, como também apoiou outros, foram eles:

> Até agora apoiaremos os seguintes candidatos: Benedito Marcilio, de Santo André (presidente do sindicato dos metalúrgicos); Edson Khair, do Rio (membro da CS); Americo Copetti, do Rio Grande do Sul (membro da CS), todos para deputado federal. Para deputado

62 Manifesto da CS, 12/1978. Arquivo PSTU.
63 Boletim de Discussão Interna da CS, setembro de 1978. Arquivo PSTU.

> estadual apoiamos Gouveia Filho no Rio, e Roque no RS. Em São Paulo estamos discutindo com Valter Vetorri. Há outros candidatos socialistas em Limeira, Sorocaba e outras cidades do interior ainda em discussão. Para o senado o único lugar onde se discute é São Paulo, mas a tendência é o voto nulo. Nós não vemos nenhuma diferença entre Franco Motoro e Fernando Henrique Cardoso.[64]

Nesse período também se deu a tentativa de legalização da CS que foi registrada em cartório com a razão social de associação e tinha dentre seus objetos propugnar pelo aprimoramento das liberdades democráticas no país e a promoção de eventos culturais que objetivassem esse fim[65]. A nova direção acabou por reavaliar a proposta de fundação do partido socialista e decidiu por se aproximar ainda mais do sindicalismo do ABC e a partir da relação com o Benedito Marcílio do sindicato de Santo André lançou a proposta do PT no IX congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, em janeiro de 1979 (SECCO, 2015, p.41).

A proposta foi aprovada pela ampla maioria do congresso, os únicos que se colocaram contra foram os sindicalistas ligados ao PCB que tinha como principal representante, Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Esse giro político significava uma grande readequação das relações dentro da CS, conforme constatou Faria:

> Após o Congresso de Lins o MCS readequou a sua tática e seu formato organizativo. Ele suspendeu a propaganda pela criação de um Partido Socialista e empenhou-se com todas as forças militantes na fundação do Partido dos Trabalhadores. A Convergência Socialista deixava, então, de propor-se como movimento amplo, de frente única dos socialistas para tornar-se uma organização política conforme a tradição das organizações comunistas, o que significava, entre outras coisas, a adoção do *centralismo democrático* (FARIA, 2005, p. 245).

No final de janeiro de 1979 ocorreu uma reunião no sindicato dos metalúrgicos de Osasco que instituiu uma comissão provisória que redigiria uma carta de princípios para o PT, dentre os membros da comissão estava um representante da CS, Robson Camargo. O processo de elaboração da carta contou com uma proposta elaborada pela CS que propunha a adoção de um modelo próximo ao Partido Trabalhista Inglês pelo novo partido (Idem, p. 250). A proposta foi rejeitada, mas foram incorporadas várias passagens da proposta da CS na versão

64 Idem

65 Estatuto da Associação Convergência Socialista, outubro de 1978. Arquivo PSTU.

final.

Após a aprovação da carta de princípios foi decidido que a CS realizaria a impressão pela editora *Versus*. A impressão foi feita, entretanto, constava o expediente da editora junto com a identidade visual, o que desagradou a comissão provisória. Assim, a comissão provisória vetou sua distribuição, junto a isso Luiz Inácio da Silva (Lula) expressou diferenças com a carta, apesar de ter participado da discussão. O documento acabou sendo publicado em uma versão mimeografada assinada por Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo (SECCO, Op. Cit., p.41). Quantos aos motivos que justificaram a não distribuição da carta impressa pela editora *Versus*, Faria aponta que:

> Os motivos para que a Comissão Provisória vetasse a distribuição da Carta de Princípios impressa pela gráfica de *Versus* advinham do isolamento político que ela estava enfrentando. A falta de unidade com os dirigentes sindicais e as críticas provenientes do MDB à criação do PT produziam dúvidas quanto à viabilidade do lançamento do novo partido. Nesse sentido, a identificação da proposta de criação do Partido dos Trabalhadores com a Convergência Socialista alimentava os receios do isolamento político da proposta de criação do PT e de que o MCS viesse a controlar o novo partido (FARIA, Op. Cit., p. 254).

A organização continuou defendendo a construção do PT, apesar de fazer críticas ao processo. No entanto, o veto a distribuição da carta impressa pela CS veio se somar à uma forte disputa interna que estava em curso. O acirramento interno começou pela discussão sobre o balanço das prisões e da derrota do lançamento do partido socialista. Também envolveu os setores que haviam sido deslocados da direção por conta das prisões. Outro questão que surgiu na discussão era o que fazer com a CS? Voltaria para a clandestinidade? Qual modelo de organização seguir? Adotaria o centralismo democrático?

Para solucionar essas questões foi chamado um congresso da organização. Durante o pré-congresso foi elaborado um extenso documento intitulado *As Classes Sociais e suas lutas: Etapa, Regime e Governo*[66] onde se avalia que as mobilizações do ano de 1978 e do primeiro semestre de 1979 representavam o ascenso da luta de classes no país. Nele também se coloca a necessidade de atuar nos sindicatos mesmo esses tendo seus vínculos com o Estado, expressa pela presença dos

66 As Classes Sociais e suas lutas: Etapa, Regime e Governo. Congresso da CS, 1979. Arquivo PSTU.

pelegos e interventores. O texto também avalia que os trabalhadores para conseguir seus objetivos econômicos tiveram que se enfrentar com a estrutura econômica, sindical e política. Desta forma, as vitórias ficaram aquém da necessidade, mas as massas não foram derrotadas, as contradições do ascenso é que colocavam na ordem do dia o surgimento de uma central única dos trabalhadores e do PT.

No balanço sobre as eleições legislativas de novembro de 1978 o documento tomou como base a votação para o senado para concluir que a maioria da população estava contra o regime. Assim, a base social do governo teria ficado restrita às regiões mais atrasadas, e o MDB virou a liderança da oposição ao regime com seus líderes burgueses, apoiados nos grandes centros urbanos. Dentro dessa liderança estaria em menor grau os autênticos, que eram caracterizados como democratas radicais. A CS contabilizou que obteve 32.000 votos nos seus candidatos.

Apesar do balanço positivo sobre as eleições, a disputa interna se estendeu até o congresso da organização que ocorreu em outubro de 1979. Naquela ocasião existiam duas frações que disputavam a direção política, intituladas *Fração Unitária de Reconstrução do Partido (FURP)* e *Tendência Esquerda Proletária.* Apesar de todos defenderem a construção do PT havia fortes diferenças sobre o que fazer com a CS e qual relação estabelecer com o PT, existia uma forte pressão para que as correntes que aderiam ao novo partido se dissolvessem dentro dele.

> A solução preconizada pela FURP para resolver as dificuldades de relacionamento entre o MCS e o PT se constituía num retorno à clandestinidade. Já a maioria da Convergência Socialista alegava que o abandono da legalidade e a militância no Movimento pelo PT produziriam a dissolução da organização. Embora a direção majoritária possuísse a firme convicção de que a sobrevivência da Convergência Socialista dependia dela conseguir participar da construção do PT e ao mesmo tempo afirmar uma identidade própria ela encontrava dificuldades em estabelecer as relações futuras entre os dois partidos (FARIA, Op. Cit., p. 257)

As discussões no congresso foram acirradas e ao final foi celebrado um acordo entre as duas frações para a composição da nova direção. No entanto, logo após o congresso ocorreu uma ruptura que resultou na saída de quase metade dos militantes. O congresso de outubro de 1979 abriu uma nova etapa na história da CS, a partir dele a organização volta a se incorporar na construção do PT, mas sobre a condição de tendência organizada. Posteriormente, vai assumir a postura de fração

pública, mantendo toda uma estrutura de partido paralela, com jornal, sedes e organismos próprios. Até a sua expulsão do PT, em 1992, no contexto da disputa política sobre o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

CAPÍTULO 3 - A imprensa alternativa

A imprensa a qual abordamos nesta dissertação foi pejorativamente rotulada de *nanica* e, posteriormente, ficou conhecida como *alternativa*. Essa designação e a disputa em torno dela remete à forma como esse tipo de imprensa foi tratada, em partes, pela grande imprensa. O dicionário Aurélio Buarque de Holanda faz uma diferenciação entre as duas, sendo que a imprensa alternativa se destaca "por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica". Enquanto a imprensa designada como *nanica* se enquadra dentro da imprensa alternativa, mas teria uma estrutura empresarial modesta e poucos recursos financeiros. Vale ressaltar que também é uma característica desses periódicos o formato tabloide[67].

O fenômeno da imprensa alternativa não foi exclusivamente brasileiro, ao contrário, foi um fenômeno mundial. Inclusive muitos dos periódicos nacionais sofreram forte influência de jornais estrangeiros ou foram inspirados neles, como no caso de *Versus.* O que distingue o fenômeno brasileiro do contexto mundial são as condições de exceção e espaço de rearticulação política, conforme demonstrou Kucinski:

> É principalmente pela sua dimensão política, como espaço de rearticulação possível de militantes de partidos clandestinos num ambiente ditatorial, que a imprensa alternativa brasileira dos anos de 1960 e 1970 se distingue dos surtos alternativos que se deram na mesma época nos Estados Unidos e Europa (KUCINSKI, Op. Cit., p. 8).

Ao se denominar alternativos, os jornais aos quais estamos tratando buscavam se diferenciar de outro tipo de imprensa, que era tratada como tradicional, a chamada grande imprensa. A busca pela diferenciação estava calcada em, pelo menos, dois pontos, a função que a imprensa tradicional cumpria na manutenção do *status quo,* e principalmente pelo papel desempenhado por ela nos eventos de 1964 (CHINEM, 1995). Esses órgãos, em geral, foram apoiadores do golpe de 1964, somente alterando sua postura após o AI-5 que disseminou a censura e a intervenção nas redações (CAPELATO, 1988, p.53).

É com base na crítica desses dois pontos que surgirá a maioria dos órgãos da

---

67 Para um visão mais ampla com entrevistas e perfis de publicações relacionadas à imprensa alternativa consultar o site do projeto Resistir é preciso, realizado pelo Instituto Vladimir Herzog. Site: <http://resistirepreciso.org.br>, Consulta em 15/08/18.

imprensa alternativa. Dessa forma, eles assumiram diretamente um confronto político com o regime. Em contraposição a atitude condescendente da grande imprensa para com a Ditadura Militar os órgãos da imprensa alternativa atuavam com veemência pela restauração da democracia e no respeito aos direitos humanos, como também faziam fortes criticas ao modelo econômico. Esses seriam os pontos mais marcantes deste fenômeno (KUCINSKI, Op. Cit., p. 5).

A força criadora desta imprensa está por um lado nos limites impostos pelo regime de exceção aos grandes meios de comunicação e o processo de reestruturação da imprensa brasileira que teve início nos anos 50, e na outra ponta, no cerceamento dos espaços políticos na sociedade civil fazendo com que os vários setores sociais, principalmente a esquerda, buscassem formas de se reorganizar para atuar no espaço público.

Do ponto de vista econômico, a imprensa no Brasil sofreu grandes transformações desde os anos 1950, com a adoção de modelos de gestão mais eficientes dentro de uma perspectiva econômica, passando a viver basicamente dos anúncios. No caso das redações, essas mudanças culminaram com a perda da liberdade que usufruía o profissional em jornalismo, além da redução de postos de trabalho e da hierarquização da redação, com o aumento das chefias e subchefias. Esse processo conduziu a maior concentração das empresas de comunicação, conforme constatou Chammas:

> Foi também durante essa modernização que ocorreu a concentração dos meios de comunicação. Por se assemelharem cada vez mais às empresas, aproximando-se do discurso da gestão empresarial eficiente e moderna que busca o lucro, muitos dos jornais de menor circulação, daqueles mais politizados e dos jornais populares acabaram por desaparecer ou mudar de dono, transferindo-se para os grandes conglomerados de mídia que começavam a se formar (CHAMMAS, 2012, p.22).

Esse movimento acarretou a imobilização de grande quantidade de capital em maquinários e na montagem do parque industrial dos grandes veículos. Concomitante a esse processo, a editora Abril constituiu um sistema nacional de distribuição para suas publicações. Essa rede de distribuição foi importante na circulação de vários órgãos. Na busca de reduzir os custos, a grande imprensa cedia aos alternativos parte do tempo ocioso de seu maquinário e estrutura com o intuito de diminuir os seus custos fixos. Essa é uma das bases materiais que vai permitir a

produção e circulação a nível nacional de alguns dos principais periódicos, principalmente durante o *boom* dos anos 1970.

Havia também um descontentamento por parte dos profissionais que trabalhavam nos órgãos tradicionais. Ao adotar o modelo de eficiência econômica, os grandes veículos diminuíram o número dos profissionais em jornalismo e restringiram sua atuação tornando o trabalho mais burocrático e menos criativo. Sua produção tinha que ser submetida a um número cada vez maior de chefias e subchefias, diminuindo a liberdade do jornalista. Essas alterações faziam com que os jornalistas migrassem cada vez mais para os alternativos. Essa também é a constatação do Centro de Inteligência do Exército (CIEX), em documento publicado na edição de 18 de abril de 1979 no jornal o *Estado de São Paulo*, o CIEX afirma:

> O fundamento que rege o nascimento dessa imprensa é: reunião de alguns jornalistas que, não obtendo colaboração adequada nos órgãos existentes, montaram o seu próprio jornal, geralmente em sistema de cooperativa, o qual, de proporções reduzidas quanto à tiragem, tamanho e objetivos. Concorreria em faixa especial do mercado oferecendo margem razoável de lucro. [68]

O mercado de trabalho para os profissionais recém-formados em comunicação social também foi visto como um problema a ser resolvido pelo regime. Segundo o CIEX, as faculdades formavam mais quadros do que o mercado conseguia absorver e promoviam uma doutrinação marxista de seus alunos. Assim, os recém-formados seriam "aspirados para esse tipo de imprensa que [...] lhes acrescenta experiência profissional e lhes dá condições mínimas [...] ainda que, [...] precisem apoiar ideias marxistas e/ou defender pontos de vista contestatórios ao regime do país"[69].

A análise do Exército tem alguns exageros, principalmente em relação ao lucro e a doutrinação marxista. Mas consegue captar algumas alterações que explicam, em parte, o fluxo de muitos jornalistas profissionais para a imprensa alternativa. Eles buscavam criar suas próprias empresas e também uma maior liberdade de atuação e de escrita. No entanto, com raras exceções, esses profissionais conseguiram uma autonomia financeira na gestão dessas empresas.

---

68 Um plano contra a imprensa "alternativa". O Estado de São Paulo, edição de 18 de abril de 1979. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790418-31929-nac-0014-999-14-not>, consulta 6/2/2018.

69 Idem

Conforme analisado por Caparelli (1980, p. 59), a imprensa alternativa sofreu com a má gestão administrativa ou mesmo com uma posição principista de não se tornar patrão, o que fez com que a maioria dos periódicos convivessem com crises financeiras e seus profissionais tivessem que trabalhar em outros órgãos.

Muitos desses profissionais atuavam em mais de um emprego, trabalhando na grande imprensa e na alternativa, como Marcos Faerman fundador do *Versus,* que além disso era redator do *Jornal da Tarde*. Essa relação entre os dois tipos de imprensa constitui um elemento de dependência, devido ao trânsito de profissionais e de conteúdo, como afirmou Perseu Abramo:

> A imprensa alternativa era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande [...]. Era uma dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro. (ABRAMO,1988)

Essa relação se alterou ao longo do tempo e esteve diretamente vinculada a atuação dos movimentos sociais. Quando o movimento de massas se encontrava em refluxo, a atuação da imprensa alternativa - ao não ter acesso à cúpula do poder - era centralmente a de criticar as notícias que saíam na mídia tradicional, tratadas a partir de um ângulo oposicionista. Ao movimento de massas entrar em cena, esses periódicos passam a ter acesso aos personagens, tendo assim contato direto com a fonte da notícia. Esse processo foi mais forte a partir do surgimento do movimento pela anistia, do ressurgimento do movimento estudantil e das greves operárias, ocorridos na segunda metade dos anos 1970.

Mas nem só da crítica à grande mídia viveu a imprensa alternativa, ela também abordou temas não elaborados pela primeira. Podemos verificar que dentro dos alternativos teremos basicamente duas categorias de periódicos: os políticos (que tinham como fonte de inspiração os movimentos de valorização do nacional e do popular e o marxismo, que foi amplamente difundido nos anos 60 no movimento estudantil), e os da contracultura, voltados à discussão dos movimentos de contracultura norte-americanos, sendo também fonte de inspiração o anarquismo e o existencialismo de Jean Paul Sartre. Esses periódicos estavam voltados a críticas dos costumes e contra todas as formas de autoritarismo (KUCINSKI, Op. Cit., p.5).

Assim, os primeiros alternativos surgiram no vácuo deixado pelo aplastamento da imprensa popular, representado principalmente pelo fechamento de vários órgãos ligados ao PCB, e pela restrição do espaço crítico na grande imprensa. Assim, o golpe de 1964 adicionou os elementos da repressão e da censura.

O primeiro jornal alternativo surgiu exatamente dois meses após o golpe: em maio de 1964 saiu a primeira edição do *PIF-PAF.* O nome veio de uma seção humorística da revista *O Cruzeiro,* que era editada por Millôr Fernandes. Após 18 anos de publicação, uma desavença entre Millôr Fernandes e a direção da revista, levou a saída do editor. A seção deixou de ser publicada no final de 1963 e Millôr Fernandes resolveu lançá-la como revista independente. Quando saiu em maio de 1964 foi vista como uma resposta direta ao golpe e teve uma ampla repercussão nos meios estudantil, jornalístico e político, sendo que o primeiro número vendeu 40 mil exemplares (KUCINSKI, Op. Cit., p.28).

Apesar de ter um tom bastante político de afronta à ditadura, *PIF-PAF* também assumia um discurso de crítica aos costumes e abordava o existencialismo. Exemplo disso ocorreu quando ainda era uma seção de *O Cruzeiro* e publicou um especial sobre *A verdadeira história do paraíso,* utilizado para refletir sobre a condição humana. A hierarquia da Igreja Católica não gostou e exerceu forte pressão sobre a revista que acusou Millôr Fernandes de ter abusado da boa-fé, e assim ele deixou de produzir a seção.

A revista teve no total 8 números publicados em três meses e acumulou bons números de vendagem, além de uma série de atritos com a Ditadura Militar. Seu último número foi apreendido na cidade de Niterói e em outras localidades. Esse fato junto com a carga de trabalho para sua produção, fez com que Millôr Fernandes resolvesse encerrar a experiência do *PIF-PAF.* No entanto, estava lançada a imprensa alternativa no Brasil e o uso do humor como arma política na sátira do poder.

Ao avaliar o fechamento, Bernardo Kucinski concluiu que "PIF-PAF fechou por que foi lançada sem organização administrativa apropriada [...] de modo amadorístico e voluntarista". Mas esse fato não era incompetência da equipe da revista, se tratava da mentalidade antiempresarial comum entre jornalistas e

humoristas nesse período (KUCINSKI, Op. Cit., p. 29).

A outra categoria de periódicos, os políticos, é tributária da imprensa popular que existiu durante a República de 1946, período compreendido entre os anos de 1946 e 1964, principalmente ligada aos comunistas (SECCO, 2017, pp. 121-123). Período onde se teve uma ampla liberdade de expressão e participação da intelectualidade na discussão sobre os problemas nacionais e da cultura brasileira. Segundo Faro (Apud. KUCINSKI, Op. Cit., p.30), essa imprensa reunia o *"núcleo democrático da cultura brasileira"* apesar de dividida em vários periódicos e heterogênea em linhas políticas apontava para uma síntese da necessidade de entendimento do nacional.

Exemplo disso é a *Revista Brasiliense,* fundada em 1955 por Caio Prado Júnior, e vinculada a intelectualidade do PCB. A publicação abordou em suas páginas diversos temas, tais como: o processo de industrialização brasileiro, o movimento operário, a formação do PCB, a luta contra o imperialismo, as artes e a cultura em geral. Apesar de vinculada aos quadros do PCB suas páginas receberam contribuições de várias correntes de pensamento, segundo Pericás:

> É certo que muitos daqueles que contribuíam para a revista eram oriundos de distintas tendências políticas, solicitados a enviar seus textos a partir de convites informais de seus editores, o que dava um caráter supostamente 'frentista' e 'pluralista' ao periódico. (PERICÁS, 2016, p. 162)

Isso só foi possível porque os editores da revista apesar de serem militantes do PCB não faziam parte do núcleo de direção do partido e eram vistos pelo Comitê Central como "intelectuais". A *Revista Brasiliense* foi publicada durante nove anos, em um total de 51 números, sendo que o 52º foi apreendido e destruído pela polícia ainda na gráfica Urupês, em função do golpe militar de 1964. Esse fato marcou o fim da publicação. (PERICÁS, Op. Cit., p. 168)

Uma outra revista que deu continuidade a essa tradição da imprensa popular ligadas ao PCB foi a revista *Civilização Brasileira,* fundada em março de 1965, surgiu dentro da editora Civilização Brasileira existente desde os anos 1930. A partir da entrada Ênio Silveira, nos anos 1950, a editora teve uma ampla publicação de obras relacionadas à esquerda e ao marxismo. E em março de 1965 no contexto pós golpe lançou a revista. Esta incorporou a política do PCB de retorno à democracia

pela via pacifica, crítica às ações armadas, e se constituiu em uma ampla frente de intelectuais democratas de distintas posições críticas, vinculados a USP, ISEB e que participaram do governo João Goulart, como Celso Furtado (MOTTA, 2011).

No total o periódico teve 22 números regulares e três especiais com os temas: Revolução Russa, Teatro e realidade brasileira e Primavera de Praga. O último número da revista saiu no mesmo mês da publicação do AI-5, dezembro de 1968. Segundo Motta a revista se caracterizou

> Em seus números iniciais, a RCB [Revista Civilização Brasileira] enfatizava temas relacionados ao contexto brasileiro pós-1964, tanto para criticar o modelo político econômico adotado, como também para rever os equívocos que a esquerda teria cometido durante os anos do governo Goulart (Idem, p. 176).

A primeira onda de alternativos teve início com o golpe militar e o lançamento do *PIF-PAF,* e seu fim se deu com a instauração do AI-5. Fizeram parte dessa primeira onda algumas publicações, tais como: *Poder Jovem, Amanhã* e *Revisão.* Entre o AI-5 e as promessas de abertura do general Ernesto Geisel, o país viveu os anos de chumbo da Ditadura Militar e também o milagre econômico. Nesse período surgiram cerca de 20 periódicos, sendo que os mais importantes foram: *O Pasquim* (1969), *Bondinho* (1970), *Politika* (1971), *Opinião* (1972) e *EX* (1973). *O Pasquim* foi o mais importante de todos, contava quase que com a mesma equipe de *PIF-PAF,* sendo que o periódico se tornou símbolo da própria imprensa alternativa. Seu primeiro número saiu em junho de 1969 e seu conselho editorial contou com jornalistas e humoristas de relevo, tais como: Tarso de Castro, Jaguar, Millôr Fernandes, Henfil, Paulo Francis, etc.

> *O Pasquim* misturava política, comportamento e crítica social. Reproduzia a linguagem do coloquial e incorporava o palavrão - muitas vezes utilizava um asterisco como substituto do termo. Chegou a ter uma tiragem de 200 mil exemplares. Umas das proezas da produção jornalística do *Pasquim* foi a famosa entrevista com Leila Diniz, que saiu publicada no número 22 do jornal, em novembro de 1969. Nessa entrevista a atriz falava com desenvoltura de amor e liberdade sexual, marcando um padrão de comportamento da mulher emancipada. (ARAÚJO, Op. Cit., p. 23)

Em novembro de 1970 a repressão se abateu sobre o jornal, a polícia invadiu a redação e prendeu quase todos os presentes, sendo eles: José Grossi, Ziraldo, Fortuna, Paulo Garcez, Luiz Carlos Maciel e Paulo Francis (que foi preso em casa).

As edições continuaram sendo feitas pelos jornalistas que não foram detidos. As prisões transformaram o periódico em símbolo da resistência à Ditadura Militar e ajudou na ascensão que o jornal viveu nos anos 1970.

Já a categoria de alternativos políticos que surgiu sobre a influência da imprensa popular e circulou durante a república de 1946, reuniu uma série de jornais que assumiram diretamente o discurso político e a análise da situação nacional. Nessa categoria se enquadra *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo,* entre outros.

O primeiro deles, *Opinião*, foi idealizado por Fernando Gasparian, empresário progressista que convidou Raimundo Pereira[70] para ser editor com um corpo importante de jornalistas. Teve entre seus colaboradores intelectuais de renome, como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Seu primeiro número foi lançado em outubro de 1972. Caracterizado por um tom intelectual e pluralista o jornal abordou os principais temas da conjuntura, sendo também conhecido como um jornal de debates. Atraiu a atenção da censura desde o número 8, adotando como tática a edição de artigos de intelectuais de renome nacional e internacional e a publicação de reportagens de grandes veículos internacionais, o que aprofundou seu caráter intelectual. Segundo Araújo, *Opinião* se caracterizou por ser:

> Mais do que um jornal político, *Opinião* foi um jornal de debate. Nele estão presentes os grandes temas econômicos, sociais e políticos apresentados e discutidos por intelectuais importantes da época. Nele está documentado, talvez mais do que em qualquer outra publicação, o panorama dos principais debates teóricos acerca do Brasil da década de 1970. (ARAÚJO, Op. Cit., p. 25)

É considerado por Bernardo Kucinski como um jornal de frente, com forte influência de dois partidos que atuavam na clandestinidade, AP e PCdoB. Essas organizações passariam por um processo de unificação durante os anos 1970. No entanto, a forte presença delas dentro do corpo editorial não representou uma hegemonização do jornal. Os problemas foram de concepção na forma de organização e gestão da empresa, entre o dono Fernando Gasparian e a equipe de jornalistas.

Com as relações entre o editor e o proprietário abaladas por uma série de questões de ordem administrativas, políticas e sociais, ocorreu em março de 1975 a

70 Raimundo Pereira integrou a equipe que lançou a revista Veja. Foi repórter das revistas Realidade, Ciência Ilustrada, Isto É e do jornal Folha da Tarde. Dirigiu o jornal Movimento, a revista Senhor, a enciclopédia e a revista Retrato do Brasil.

saída do editor. *Opinião* ainda circulou por mais dois anos e, substituindo Raimundo Pereira como editor, assumiu Argemiro Ferreira. E depois, em julho de 1976, Ferreira foi sucedido por Ozeas Carvalho e Genilson Cezar.

Sufocado pela censura prévia e as disputas internas, o jornal publicou sua última edição, o número 230, em abril de 1977. Essa edição, que tinha como alvo direto a censura, teve parte dela apreendida e outra parte conseguiu chegar às bancas graças a uma manobra que furou o cerco da Polícia Federal. Já a edição seguinte foi apreendida por completo ainda na gráfica, marcando o fim de *Opinião.* (KUCINSKI, Op. Cit., pp. 160-186)

Após sair de *Opinião,* Raimundo Pereira lançou junto com outros colaboradores que o seguiram na cisão uma campanha de arrecadação de fundos para um novo jornal, que seria de propriedade dos próprios jornalistas. E, em julho de 1975, é lançado o primeiro número de *Movimento.* Em termos legais o jornal se constituiu como sociedade anônima, dividida entre 200 acionistas, com o compromisso de manter a liberdade da equipe de redação.

Movimento, ao contrário de *Opinião,* assumiu uma linguagem mais popular e buscava dialogar com as massas. O público-alvo do jornal eram trabalhadores sindicalizados, como consequência a linguagem utilizada nos artigos tinha que ser compreendida por eles. Assim, o jornal tratou das condições de vida da classe trabalhadora, e também tomou como tarefa central analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana. A respeito do programa, Aquino conclui que:

> A concepção de um órgão de divulgação popular expressava-se para *M* [*Movimento*] através da luta pela melhoria das condições de vida da população, manifestada na descrição das cenas da gente brasileira, um dos temas mais recorrentes do periódico e também alvo constante dos censores. (AQUINO, Op. Cit., p. 127)

Um contraponto ao programa é que ao adotar uma linguagem que tratava da exploração de grande parcela da população, o periódico dedicou pouco espaço para as questões de minorias sexuais, raciais e religiosas, tema caro para época e para a própria imprensa alternativa (SECCO, 2017, p. 142). Quanto a questão da censura, as páginas do jornal estiveram sob a caneta do censor desde seu lançamento até junho de 1978, quando ela foi suspensa oficialmente, perfazendo 153 semanas e

atingindo milhares de artigos e ilustrações. Sendo que sua edição de número 15 foi proibida de circular, mesmo após passar pela censura.

Com um forte caráter frentista, a equipe do jornal reuniu pessoas das mais diversas vertentes e funcionou como um espaço de aglutinação de militantes e agrupamentos políticos, atraiu principalmente aqueles que estavam saindo da luta armada e da clandestinidade. Aderiram ao projeto membros da Polop, Ala Vermelha, ALN, ex-membros da AP, etc. A depender da composição de cada sucursal, um grupo ou outro tinha mais peso.

A linha política geral era dada por Raimundo Pereira e, segundo Kucinski, sob orientação da direção do PCdoB/AP, nesse período as duas organizações passavam por um processo de fusão. O autor também aponta como influência sob o editor o antigo dirigente da AP, o jornalista Duarte Pacheco (KUCINSKI, Op. Cit. P. 191). Assim, essa diversidade política e o controle acabou explodindo em forma de conflito e:

> Em pouco tempo, o conselho editorial do jornal passou a expressar um conflito político interno que se estendia também às sucursais regionais: de um lado, os militantes do PCdoB e, de outro, os demais grupos políticos, os jornalistas independentes e os intelectuais de formação acadêmica. As teses do PCdoB referentes à caracterização da sociedade brasileira e, sobretudo, à definição do caráter da revolução no Brasil eram objeto de polêmica entre os grupos políticos da época, dividindo os militantes. Questões como 'burguesia nacional', 'feudalismo', 'aliança com empresários' demarcavam campos de profundas divergências dentro do jornal (ARAÚJO, Op. Cit., p. 25).

O motivo da cisão de *Movimento* esteve relacionado com uma coluna semanal, *Ensaios Populares,* que funcionava como um editorial onde se expressava de forma mais explicita a linha política do PCdoB e que foi o elemento disparador dos atritos dentro da redação. A coluna era assinada por Raimundo Pereira, mas segundo Kucinski (Op. Cit., p. 194) a verdadeira autoria da coluna era de Duarte Pacheco, considerado o mestre político daquele.

Ao contrário do restante do jornal que sofria com a lapidação da censura, *Ensaios* aparecia com uniformidade de estilo e uma linguagem didática, se propondo a educação das massas ao abordar de forma analítica um tema da semana ou da conjuntura. Essa clareza e constância de estilo, além do papel de destaque, deu o tom da hegemonização do periódico pela linha política do PCdoB.

A tensão interna de *Movimento* refletia toda a discussão que deu origem à nova esquerda. Ela é o questionamento à linha política adotada anteriormente pelo PCB e depois pelo PCdoB, que assumia uma visão de que a revolução brasileira seria por etapas e apostava numa aliança com setores progressista da burguesia nacional para levar a cabo a independência do imperialismo.

Essa abordagem tinha sofrido intensa crítica, sendo inclusive apontada como motivo da derrota de 1964. Assim, os setores ligados ao trotskismo (sucursal de Belo Horizonte), a sucursal de Salvador e os independentes de São Paulo (dentre eles: Chico Oliveira e Bernardo Kucinski) travaram uma batalha contra essa linha política e pela democratização do jornal. Ambos foram derrotados e, em abril de 1977, esse setor sai e junto com outros setores lançam o projeto de *Em Tempo.*

Com essa cisão o jornal ficou totalmente sob controle do PCdoB e passou a refletir não mais a disputa com os outros setores, mas a disputa interna do próprio partido, sendo ponto de destaque o balanço da guerrilha do Araguaia. Assim, *Movimento* circulou por mais quatro anos, e em 1981 uma assembleia de trabalhadores do jornal aprovou a proposta de Raimundo Pereira de encerramento da publicação (ARAÚJO, Op. Cit., p. 27).

Fruto da ruptura de *Movimento* em novembro de 1977 surge *Em Tempo.* Ao longo de sua existência contribuíram com o jornal personagens como: Chico Oliveira, Maria Rita Kehl e Bernardo Kucinski, dentre outros; contou também com a participação de várias organizações de distintas tradições como: MR8, MEP, APML, Libelu, Centelha e Nova Proposta, essas duas últimas viriam a se unificar e fundar a Democracia Socialista (DS).

O novo periódico se constituiu como uma frente jornalística e surgiu com uma forte crítica ao processo pelo qual se deu a hegemonização de *Movimento* pelo PCdoB. Com o intuito de evitar uma nova hegemonização, *Em Tempo* se formou com base a uma democracia interna de decisões, passando de uma relação entre correntes a uma frente de indivíduos, onde o sistema de partilha da empresa se deu através do controle de ações de Tipo A (trabalhadores do jornal) e do Tipo B (colaboradores), sendo sua linha editorial definida por assembleia da redação.

A equipe se autodenomina como um jornal de proprietários trabalhadores, e buscou apresentar uma leitura da conjuntura socioeconômica do país, apontando os

novos ventos sociais, o deslocamento dos empresários em relação ao regime, o fim do milagre econômico e a entrada dos trabalhadores na cena política. No editorial do número zero, a equipe argumenta que o periódico não se propunha a ser o porta-voz dos trabalhadores, mas a ajudar no processo de construção da hegemonia destes na luta pelas liberdades democráticas.

Em tempo teve grande destaque devido a cobertura que realizou sobre a anistia. Publicou em seu número 17, junho de 1978, uma lista de 233 torturadores que foi elaborada por presos políticos. Isso só foi possível porque o jornal saía sem censura prévia, liberdade essa que foi fruto da precipitação dos acontecimentos em três frentes: "Na frente operária, com a eclosão das primeiras grandes greves metalúrgicas, na frente das esquerdas, com o retorno dos exilados, e na frente institucional, com o 'racha' do grupo dominante" (KUCINSKI, Op. Cit., p. 236).

Outro ponto relevante do percurso da publicação foi a veiculação das várias posições dentro das oposições ao regime. Como nas entrevistas com setores da Igreja Católica, sindicalistas, intelectuais e movimentos que surgiram na década de 1970. Assim, cumpria o papel de divulgador e articulador das oposições, uma das características mais importantes da imprensa alternativa.

O periódico conviveu com uma autonomia das editorias, devido ao seu caráter de frente, principalmente a de cultura que era dirigida pelo MEP. Essa se colocou como ponto crítico de todas as posições dentro das oposições a Ditadura Militar e apontava principalmente o caráter de classe envolvido nas produções culturais. Adotou como conceito de cultura o lema: *"Cultura é o ato cultural"*, rotulando o que considerou o processo de mitificação dos artistas, principalmente Caetano Veloso e Gilberto Gil. Desta forma, apontou o que considerava as três bases ou mito da intelectualidade: a cultura de resistência, a cultura nacional e a cultura popular[71].

A cultura de resistência foi vista com uma única função, a de cutucar o poder, sendo resquício dos eventos de 1968. O desdobramento da cultura de resistência seria a cultura latino-americana que ampliaria o escopo dos resistentes, sendo essa apontada como uma visão escapista da realidade nacional. A cultura nacional serviria para esconder as diferenças sociais e se fundamentaria no folclore, servindo também de discurso de enfrentamento a invasão estrangeira. Já a cultura popular

71 As armas e os Barões, Em Tempo, número 1 (Experimental), 1977.

trabalharia com dois blocos, burgueses contra trabalhadores, não problematizando essa dicotomia. A categoria popular também seria problemática por ser vaga e gerar confusão, essa vertente é acusada de certo paternalismo em relação às massas trabalhadoras. Dessa forma, a editoria de cultura almejava que as propostas de cultura deveriam estar relacionadas a realidade e compartilhar do seu dinamismo, buscando não erigir mitos.

Essa posição de diferenciação com todos os setores da oposição a Ditadura Militar levou a que outros setores internos ao jornal criticassem a editoria de cultura, pelo fato de não priorizar o enfrentamento com a ideologia dominante, se concentrando quase que exclusivamente em apontar os problemas dos setores de oposição. Essa discussão teve espaço nas páginas do jornal em vários números.

Outro ponto de forte tensão dentro do jornal foi a discussão sobre a criação de novos partidos e o fim do MDB e da Arena. Isso porque dentro de *Em Tempo* conviviam setores que estavam alinhados com as mais variadas propostas, desde aqueles que apontavam a necessidade de continuar com a oposição ao regime por dentro do MDB, passando pela construção de um partido socialista, até a possibilidade de reconstrução do PTB. Sendo que, também haviam aqueles que afirmavam que independente de qual rumo partidário tomasse era preciso construir uma independência da classe trabalhadora frente aos partidos e buscar a construção de uma democracia de fato participativa, e não só um estado de direito.

Essas discussões internas conduziram a uma série de acusações e rupturas. A primeira foi a de Chico de Oliveira que saiu logo no início da publicação, e segundo Kucinski (Op. Cit., p. 230) a saída se deu pelo fato dele avaliar que se daria um processo similar ao de *Movimento*, ou seja, a hegemonização por uma corrente.

A disputa em torno a editoria de cultura levou à que os outros setores que compunham o periódico se unificassem contra o MEP, que dirigia esta seção, buscando fazer com que a editoria se adequasse ao projeto político do jornal. Sendo que, após uma série de discussões publicadas em suas páginas a equipe de redação se reuniu e decidiu pela intervenção na editoria, levando à saída do MEP.

Já as matérias que tratavam da Frente Nacional pela Democratização do general Euler Bentes Monteiro, levou a demissão do editor Bernardo Kucinski, pois, segundo ele próprio, elas foram lidas pelos setores que compunham o jornal como

favoráveis a uma saída elitista da crise pela qual passava o país. (KUCINSKI, Op. Cit., p. 238)

A entrada em cena da classe operária e as possibilidades de construção do PT colocaram em cheque o resto da unidade em torno do periódico, resultando na saída do MR8. Nesse período, Nova Proposta e Centelha já contavam com a maioria dentro dos órgãos do jornal, vindo a se tornar órgão oficial da DS em 1980, após a saída dos que ficaram conhecidos como "autonomistas". Ao analisar a trajetória do jornal, Araújo afirma que:

> Sendo um jornal de formação heterogênea, *Em Tempo* traduziu em suas páginas alguns dos principais conflitos entre as diversas correntes da esquerda brasileira. Mas não conseguiu manter esse caráter plural durante muito tempo. A intensificação desses conflitos levou a sucessivos cismas que paulatinamente foram excluindo do jornal a variada gama de correntes políticas que o compunham. (ARAÚJO, Op. Cit., 28)

Abordamos até aqui alguns dos principais periódicos da imprensa alternativa, buscando apresentar seus principais êxitos e trajetória, como também a dinâmica interna que, em alguns casos, levou ao encerramento dessas publicações. Apesar das inúmeras divergências internas, o principal inimigo da imprensa alternativa foi a Ditadura Militar, que não mediu esforços para calar a imprensa que ousava criticar ou mesmo discordar do governo. Os meios utilizados para tal foram os mais diversos possíveis, tais como: bombas, ameaças, censor na redação, censura em Brasília, processo com base na Lei de Segurança Nacional, pressão sobre anunciantes, prisões e etc. A repressão a jornais e jornalistas atuou de forma seletiva e em geral esteve associada a conjuntura política (MARCONI, 1980). Ademais, a censura atingiu não só os alternativos como também a grande imprensa, podemos citar alguns dos grandes veículos que sofreram com a caneta do censor: *Veja, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo.*

A censura existiu durante toda Ditadura Militar, tendo seu período mais duro entre 1968 e 1978. O recrudescimento tem seu início com a publicação do AI-5, em dezembro de 1968, e seu término oficial em junho de 1978, quando por ordem do presidente Ernesto Geisel, o general Rubem Ludwig notificou os periódicos: *Tribuna da Imprensa* (Rio de Janeiro), *O São Paulo* (São Paulo) e *Movimento* (São Paulo) que, oficialmente, a censura prévia estava extinta (ARAÚJO, Op. Cit., p. 16).

O arrefecimento da censura começou com a chegada ao poder do general Ernesto Geisel. O novo presidente assumiu o poder em um momento complicado, o propagado milagre econômico tinha chegado ao fim e o país estava sentindo os efeitos da crise do petróleo. No cenário político nacional, o partido do regime, a ARENA, tinha sofrido uma sonora derrota nas eleições legislativas de 1974 (SKIDMORE, 1998, p.335).

Com o intuito de dirimir as resistências ao governo e recompor sua base social, o novo presidente lançou a proposta de abertura política que assumiria o caráter de um processo lento, seguro e gradual. Essa proposta só foi possível devido a vitória sobre o inimigo militar do regime, a guerrilha, e o crescente descontentamento dentro dos apoiadores das forças armadas. Nesse novo horizonte político, a grande imprensa teve um papel estratégico e uma das formas de conseguir o seu apoio foi acenar com o abrandamento da censura ou extinção, como foi o caso do *Estado de São Paulo*, em janeiro de 1975.

Para implementar seu projeto o governo adotou uma série de ofensivas, dentre elas: nas forças armadas, para conter os setores da linha dura do regime que controlavam a rede de tortura e tinha grande peso na sucessão presidencial; na questão econômica, visando manter os índices de crescimento do milagre, sendo que esse setor era objeto de preocupação do governo devido crise do petróleo; e nos meios de comunicação, no qual o governo apostou como espaço articulador da transição política.

A grande imprensa, em sua quase totalidade, apoiou o golpe militar. No entanto, as cassações de várias figuras importantes da direita, a exemplo de Carlos Lacerda, a censura e a intervenção nas redações dos grandes jornais, fizeram com que setores liberais rapidamente perdessem suas expectativas com o golpe, que fora visto inicialmente como saneador do espaço político (CHAMMAS, Op. Cit., pp. 33-50). Destarte, era preciso rearticular a relação com a imprensa, pois sua função seria a de ajudar a controlar a caserna – tema delicado por envolver a sucessão presidencial, os setores populares descontentes e ao mesmo tempo trazer uma parte das elites descontentes para o projeto de abertura do regime. Como salientou Duarte:

> À imprensa liberalizada caberá um papel privilegiado neste processo [de abertura], na medida em que os demais mecanismos de debate e

> de articulação da sociedade viam-se destruídos pela repressão dos governos precedentes. (DUARTE, 1987, p. 42).

Ao mesmo tempo que o regime buscava uma distensão, ele enxergava na grande imprensa uma aliada, o que levou a concessão de uma maior liberdade. Com isso, a imprensa alternativa dentro do processo de liberalização também gozou de uma liberdade relativa, principalmente a partir do fim da censura prévia em 1978. Mas isso não significou espaço livre para atuação dos alternativos, os meios de coerção mudaram e foram expresso em documento do CIEX, assim apresentado:

> Visando coibir a atividade nefasta da imprensa nanica contestatória, são apresentadas sugestões de caráter prático e possíveis de provocarem resultado satisfatório, se adotadas. Seria irreal e fantasioso o estudo de sugestões em que não fosse considerado como fator importante a conjuntura política atual do país que, neste terreno, preconiza ampla liberdade de imprensa. Não se cogita analisar a qualidade dessa decisão, mas apenas encará-la como fato real que vem sendo explorado com total irresponsabilidade pelos comunistas, particularmente da IN, onde exercem controle quase absoluto.[72]

A análise do Exército não deixa dúvidas: ao não poder adotar o método da censura e da intervenção nas redações, o regime buscou outros meios de sufocar a imprensa alternativa. Segundo a reportagem que saiu no jornal O *Estado de São Paulo*[73], o documento é datado de setembro de 1978. As sugestões feitas pelo relatório foram as seguintes: obrigatoriedade de publicação de balancetes periódicos com declaração de origem da receita que sustentava o órgão, auditorias fiscais do Ministério da Fazenda em conjunto com a Previdência Social e a Polícia Federal, a proibição de colaboração nos jornais de pessoas que estivessem sendo processada pela Lei de Segurança Nacional e alteração da lei de registros públicos, possibilitando caçar o registro dos periódicos que estivessem em débito com a Fazenda Nacional.

A repressão avaliou que o sufocamento econômico era mais efetivo do que os processos judiciais. Essa abordagem foi possível devido a constatação de que a estrutura administrativa da imprensa alternativa era precária, conforme vimos acima. Essa devassa atingiu em cheio a maioria dos periódicos e a ela se juntou os ataques

72 Um plano contra a imprensa "alternativa". O Estado de São Paulo, edição de 18 de abril de 1979. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790418-31929-nac-0014-999-14-not>, consulta 6/2/2018.

73 Idem.

perpetrados por setores da linha dura do regime que se contrapunham aos planos de distensão política. Sem contar a pressão sobre anunciantes, gráficas e distribuidoras que já era de praxe.

Os alternativos também sofreram com a pressão comercial, quando várias empresas se negavam a rodar ou distribuir, ou seja, a pressão contra esse tipo de imprensa não foi só governamental. Assim, mesmo após o fim oficial da censura política a liberdade de imprensa estava longe de ser uma realidade em seu sentido amplo. Caparelli fez um levantamento com dez órgãos alternativos sobre os tipos de pressão que sofreram, os resultados estão na tabela abaixo:

Tipos de Pressões em Dez Órgãos Alternativos

Jornais	*Censor na redação*	*Censura Brasília*	*p/Telefone*	*Apreensão*	*Outros*
Pato Macho	X			Nº 17	prévia
Pasquim		X		Nº 300 e 377	prisão
De Fato			ameaças		arromba-mento e roubo
Versus			ameaças		arromba-mento e roubo, prisão, processo
Movimento		X		Nºs 15, 45, 116	processo
Coojornal					pressão sem anun-ciante
Posição			telefone censurado		
Paralelo	X				
Repórter				Nº 5	processo
Opinião		X		diversos números	processos, bombas, prisão

Figura 8 – Tipos de pressões em dez órgãos alternativos (CAPARELLI, Op. Cit., p. 56).

Analisamos o processo pelo qual a imprensa alternativa surgiu e se desenvolveu, tratando dos elementos estruturais e conjunturais, como também da sua relação com a Ditadura Militar. Sendo que, este sempre teve sua evolução vinculada a dinâmica da sociedade brasileira. Assim, o desaparecimento desta imprensa também está intimamente ligado aos desdobramentos políticos e sociais que se deu na fase final da Ditadura Militar. Segundo Aquino:

> A imprensa alternativa tem sua fase áurea no momento em que a repressão política leva à formação de uma “frente” oposicionista que,

> apesar de agrupar tendências com os mais variados graus de divergência quanto à continuidade do processo político, une-se para fazer oposição ao regime militar, formando um grande bloco progressista no que diz respeito à análise das circunstâncias históricas do Brasil. (AQUINO, Op. Cit., p. 123)

O processo de abertura política e todas as consequências dela, ou seja, a volta dos exilados e a lei da anistia, fim do bipartidarismo e ascensão das lutas sociais, fatos esses que ocorreram no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, apontaram para o fim do fenômeno da imprensa alternativa, pois desintegraram a "frente" oposicionista. Assim, o ressurgimento dos sindicatos e legalização dos partidos geraram outros espaços para atuação dos profissionais em jornalismo e articulação das organizações de esquerda. Ao avaliar o processo da imprensa alternativa, Araújo constata que:

> O processo vivido por esses jornais constitui uma das contradições mais importantes da imprensa alternativa de esquerda: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda, na época clandestinos. Partidos e organizações que, por mais que visassem ao exercício democrático e ao pluralismo, reproduziam vícios típicos da clandestinidade. Por não conseguirem superar essa marca, os jornais alternativos de esquerda da década de 1970 pautaram sua atuação por uma série de divergências, cisões e acusações de 'aparelhamento' partidário. Ao longo dos anos 1980, a imprensa alternativa de esquerda foi substituída por um tipo de imprensa que assumia explicitamente uma vinculação partidária ou sindical (ARAÚJO, Op. Cit., p. 28).

Esses fatores associado as próprias debilidades internas da imprensa alternativa, tais como: fraca estrutura administrativa e financeira, disputas políticas, etc, e a repressão por parte da Ditadura Militar, culminou no fim deste tipo de imprensa como demonstramos ao longo deste capítulo. Passaremos agora a análise mais detalhada da trajetória do jornal *Versus.*

CAPÍTULO 4 - *Versus* e a cultura como forma de ação

O projeto de distensão política adotado pelo governo do general Ernesto Geisel foi uma tentativa de controlar o processo que começava a se tornar evidente com a crise do modelo econômico. O fim do chamado milagre brasileiro colocava em xeque o controle da Ditadura Militar sobre a classe média e a burguesia nacional, o que desarticulava a base social do regime. Diante dessa decomposição a oposição vai se rearticular e ganhar força política, fato demonstrado pelos resultados eleitorais seguintes e as manobras jurídicas do regime.

É nesse contexto social que o regime vai rearticular sua relação com a grande imprensa, exigindo dela o engajamento nos planos de abertura. O principal artífice dessa articulação foi o general Golbery Couto e Silva, braço direito do presidente. O centro das negociações passava por convencer os grandes veículos de comunicação das intenções do governo e trazê-los para serem coautores do projeto de abertura. Assim esses jornais atuariam tanto no controle da oposição ao regime, quanto na inibição pública das casernas, principalmente os setores da chamada linha dura. (KUCINSKI, Op. Cit., p. 56)

A proposta de abertura sofreu forte resistência dentro das forças armadas e, na tentativa de abalar as articulações, a linha dura do regime lançou mão de uma nova ofensiva que pegou em cheio o PCB. Este partido tinha sido, de certa forma, poupado do peso da repressão ao não ter aderido à luta armada. No entanto, com a nova onda repressiva, este se tornou o principal alvo, junto com outros grupos clandestinos menores e organizações da sociedade civil. Ao analisar esses fatos Gorender constata que:

> Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a 'reserva de caça' que lhes oferecia o PCB. [...] Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda. [...] Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. [...] Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974-1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo. Dezesseis dirigentes presos, entre os quais dez 'desaparecidos'. [...] A ofensiva policial antipecebista se efetivou em estilo de desafio à orientação distensiva do presidente Geisel, preocupado em ajustar a ditadura militar à correlação de forças políticas em processo de mudança. (GORENDER, Op. Cit., p. 265)

O caso de maior repercussão foi o de Vladimir Herzog que pertencia aos

quadros do partido. O jornalista trabalhava na TV Cultura, onde exercia o cargo de diretor de jornalismo. Herzog foi convocado a comparecer no dia 25 de outubro de 1975 nas dependências do DOI-CODI, II Exército em São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre sua relação com o PCB. No mesmo dia o governo divulgava nota afirmando que o jornalista havia cometido suicídio durante o período em que esteve detido para interrogatório. A morte de Herzog se transformou em um escândalo da Ditadura Militar e um marco da nova onda repressiva que tinha entre seus alvos membros da imprensa. O caso colocou em alerta toda a imprensa e no caso dos alternativos soava como um aviso para terem mais cuidado.

É dentro dessa conjuntura repressiva que saiu o primeiro número de *Versus,* em outubro de 1975. O jornal foi fundado por Marcos Faerman, na época redator do *Jornal da Tarde,* e por um grupo de jornalistas e intelectuais que eram seus amigos, participaram da fundação: Percival de Souza, Wagner Carelli, Enio Squeff, Moacir Amâncio, Vitor Vieira, Boris Schneiderman e Modesto Carone.

Versus veio a público em formato tabloide, sendo que variava entre 44 e 48 o número total de páginas; teve periodicidade irregular, alternando entre mensal e bimestral. Adotou uma linguagem que tinha no novo jornalismo norte-americano sua referência, com uma preocupação tanto no papel do repórter quanto na forma de escrita da notícia, por isso que a publicação é vista como praticante do jornalismo literário.

O jornal teve a América Latina como tema central, sendo fonte de forte influência a revista *Crisis,* dirigida por Eduardo Galeano na Argentina, e *Marcha,* revista uruguaia editada por Carlos Quijano. O próprio Galeano contribuiu com vários textos em *Versus,* o jornal também publicou vários textos que já haviam sido publicados na revista argentina. O projeto se destacava pela apresentação estética, com capas produzidas em papel *off-set* colorido. O conteúdo era apresentado em vários formatos e linguagens, tais como: histórias em quadrinhos, ensaios fotográficos, poemas, contos, reportagens, fotorreportagens, entrevistas, geralmente trabalhados com ilustrações, sendo um diferencial entre os alternativos brasileiros.

O jornal como objeto de pesquisa, assim como outras fontes históricas, permite vários tipos de abordagem e é tarefa do historiador estabelecer aquela que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa, ao mesmo que permita ao leitor

compreender a dimensão e a representatividade do objeto. Assim, devido as suas dimensões - no total o jornal teve mais de 1700 páginas, sem contar o restante dos materiais produzidos pela editora *Versus,* como: os especiais de quadrinhos, os especiais da CS e os livros publicados, etc. – optamos por estabelecer uma abordagem temática sobre o jornal.

Desta forma, este capítulo está subdividido em três partes. Na primeira, abordamos a forma pela qual a publicação tratou o passado e o presente da América Latina. Nesta seção buscamos apresentar como o jornal realizou uma colagem de vários tempos, histórias e personagens para criar a sua noção da identidade latino-americana.

Na segunda seção, abordamos um outro importante eixo que se organizou no jornal. A partir dos processos de independências que ocorriam no continente africano *Versus* passou a tratar da questão africana e negra. Realizando matérias sobre Angola, Guiné-Bissau, África do Sul, dentre outros países. Essa destacada abordagem acabou por atrair para o jornal um conjunto de jovens jornalistas negros que encontraram na redação um espaço de aprendizagem, mas também um espaço onde poderia discutir as questões da população negra no país. Esse encontro acabou por conformar a seção Afro-Latino-América de *Versus* que ocupou quatro páginas por edição e existiu do número 12 ao número 34.

A terceira seção é dedicada a análise da cobertura que a publicação fez sobre as questões políticas nacionais. Como apontado acima, o jornal surge em um contexto de forte repressão, sendo que os jornalistas passarem a ser também alvo de torturas e assassinatos. Assim, a publicação adota uma postura de cautela no seu começo, no entanto, essa situação vai se alterando conforme ocorreram mobilizações e lutas sociais. Até que a publicação passa a defender abertamente o fim da Ditadura Militar e a fundação de um partido socialista. Abordaremos, portanto, o processo pelo qual se deu a politização do jornal.

4.1 América Latina: Vida e Morte, Passado e Presente

Nesta seção, trataremos de uma das principais características do projeto editorial de *Versus,* ou seja, a temática da América Latina. Em busca das raízes de

nossa identidade latino-americana o jornal viajou pela história e resgatou para seus leitores universos culturais e sociais desconhecidos, ou pelo menos esquecidos do público brasileiro. Essas andanças pela história tiveram entre suas marcas a ênfase na luta pela liberdade que os vários povos travaram, como também as mortes e sofrimento decorrentes desta luta.

No entanto, o jornal não tratou de curiosidades históricas desprovidas de sentido na atualidade. Ele buscou entrelaçar esses fatos com as lutas e sofrimento atuais do continente, mostrando como pano de fundo a repressão e a espoliação que a natureza e os povos sofreram durante toda a história. Desta forma, o jornal se colocou como instrumento político, sem adotar diretamente a linguagem política, atuando com o intuito de amalgamar as experiências e consolidar uma identidade latino-americana.

Uma das formas que se deu essa abordagem histórica foi através da publicação de perfis, textos e fatos que foram apresentados através de ilustres personagens, os chamados libertadores. Mas também teve espaço nas páginas de *Versus* os povos originários do continente e os negros que chegaram ao continente pelo processo de escravização.

Assim, a segunda edição, dezembro de 1975, traz em destaque na capa *Histórias de nuestra América*. A arte traz os conflitos entre lanças, grilhões e espadas que representam as lutas por libertação de índios e negros, ao mesmo tempo em que apresenta um conjunto de figuras humanas em estado de consternação e sofrimento. Destaca-se nesse número o texto *Nuestra América*[74] de José Martí. Nele o autor trata da questão de como construir as repúblicas latino-americanas sem ter como base a experiência europeia ou norte-americana. A conclusão do autor é que o caminho passa necessariamente pelo conhecimento da realidade local, em contraposição a importação de teorias e visões. Assim, ele afirma que "não há batalha entre civilização e barbárie, mas entre a falsa erudição e a natureza"[75].

A capa do terceiro número, fevereiro de 1976, tem como tema *No continente da morte e da esperança*, e traz em destaque os libertadores da América Simón

74 MARTÍ, José Farabundo. Nuestra América. Trad. DENTZEIN, Plinio. *Versus*, n°.02, dez./jan. 1975, p.03-05.
75 Idem

Bolívar, San Martin e Emiliano Zapata; a arte é de Luiz Gê. O tópico da capa é apresentado em dois textos, um de José Martí[76], com comentários sobre a liberdade, onde o autor realiza uma breve biografia de três importantes personagens na luta pela independência da Hispano-América: Simón Bolívar, San Martín e Hidalgo; e a outra é uma reportagem que aborda a vida de Emiliano Zapata com vários depoimentos que tratam de suas lutas e o mistério sobre sua morte[77].

Neste número também são ressaltadas as lutas dos povos originários, apresentadas nos textos de Marcos Faerman sobre Tupac Amaru. A narrativa *Tupac Amaru: Vida y muerte do Filho do Sol*[78], realizada por Faerman conta a luta histórica dos incas e o assassinato de seu líder pelos espanhóis. O texto articula documentos históricos, poemas e a escrita do jornalista. Desta forma, o autor busca apresentar as raízes das lutas pela independência da América.

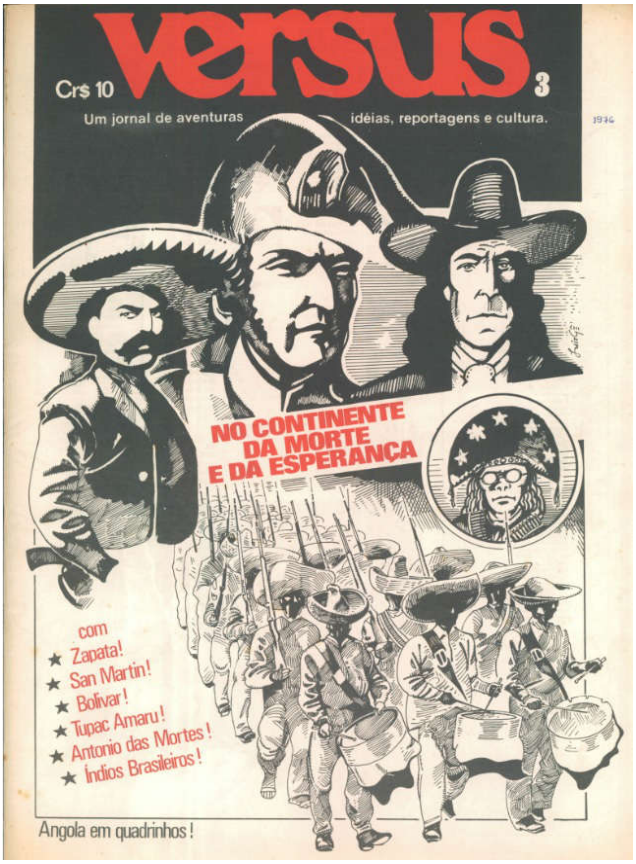


Figura 9 – Capa de *Versus*, número 3, 1976.

76 MARTÍ, José Farabundo. Três heróis. Trad. MENDONÇA, José Eduardo; CARELLI, Wagner. *Versus*, n°.03, [fev./mar.] 1976, p.16-17.

77 SANCHEZ, Ubaldo; SALGADO, Emílio Martinez; ZUÑIGA, Gregória. Zapata!, Trad. CARELLI, Wagner. *Versus*, n°.03, [fev./mar.] 1976, p.13-15.

78 FAERMAN, Marcos. Tupac Amaru. Vida y muerte do Filho do Sol. *Versus*, n°.03, [fev./mar.] 1976, p.03-06.

Já a manchete da quarta edição, abril de 1976, tem uma abordagem literária, e recebeu o título: *Imaginação e violência na América*. O tema é tratado em um longo artigo de Ariel Dorfman, onde é discutido o papel da violência, que ganhava bastante espaço na literatura latino-americana e a sua relação com a vivência dos povos. Assim, o autor elabora a questão:

> A morte era vivida na América a partir de tópico literários europeus. No entanto, a partir do naturalismo o problema da violência passa a ser o eixo de nossa narrativa já que ao descobrir a essência social da América, as lutas e sofrimentos de seus habitantes, a exploração que sofriam nas mãos da oligarquia e do imperialismo a forma como a terra os devorava se descobriu paralelamente que nossa realidade era violenta, essencialmente violenta.[79]

Já o desejo de unidade e as lutas pela independência da América Latina são tratadas no número 6, outubro de 1976. Em *A pátria grande* de Wagner Carelli é abordado o sonho do libertador Simón Bolívar de reunir os diversos estados nacionais do subcontinente. Esse projeto teve seus reveses desde a independência, sendo que as novas nações saíram do domínio do império espanhol e caíram sob a influência da Inglaterra. Carelli também relata como o ideal da pátria grande continuou vivo nos vários libertadores, para isso usou um excerto de José Martí, libertador cubano:

> O dever urgente de nossa América é mostrar-se como é, una em alma e intento, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada somente com o sangue arrancado às mãos na luta com as ruínas e com o das veias que nos deixaram abertas nossos donos.[80]

Esse horizonte histórico é contrastado com a situação de momento em que se encontravam as várias repúblicas latino-americanas. As primeiras páginas de *Versus* se caracterizaram por assumir um tom sombrio. Já em sua primeira capa, outubro de 1975, trazia uma figura feminina com feição de sofrimento e súplica, tendo como destaque sua face na cor vermelha. A arte foi realizada pelo cartunista Luis Gê e destacava três matérias, sendo elas: *Eu fui condenado à morte (confissões de um repórter argentino)*, *Eu me condenei a morte (Diário de um escritor peruano)* e *Nós vivemos na morte (A vida num hospício mineiro)*.

---

79 DORFMAN, Ariel. Imaginação e violência na América Latina. Trad. AFONSO, Antônio Tadeu; GRYZINSKI, Vilma. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.31-36.

80 CARELLI, Wagner. Pela pátria grande. *Versus*, n°.06, out./nov. 1976, p.04-05.

Em *Eu fui condenado à morte*[81] são relatadas as ações do grupo terrorista de extrema direita Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), que resultaram em mortes e na fuga de vários argentinos de seu país, os fatos são narrados pela caneta do jornalista Tomás Eloy Martinez. A reportagem foi publicada originalmente em 1974, em *La Opinión*, e narra a evolução do medo na sociedade argentina, os ataques à imprensa, como também responsabiliza o governo peronista na escalada dos grupos de extrema direita.

A Argentina teve bastante destaque em *Versus,* principalmente na cobertura da repressão desencadeada pelo golpe militar de 1976, com destaque para a denúncia do desaparecimento do escritor argentino Haroldo Conti pela AAA. O texto de Marcos Faerman[82] lamenta as poucas linhas dedicadas ao fato pelo jornal *O Estado de São Paulo* e critica o silêncio das autoridades e da imprensa argentina. Conti havia recebido o Prêmio Casa de las Américas em Cuba pelo seu livro *Mascaró, el cazador americano,* em 1975.

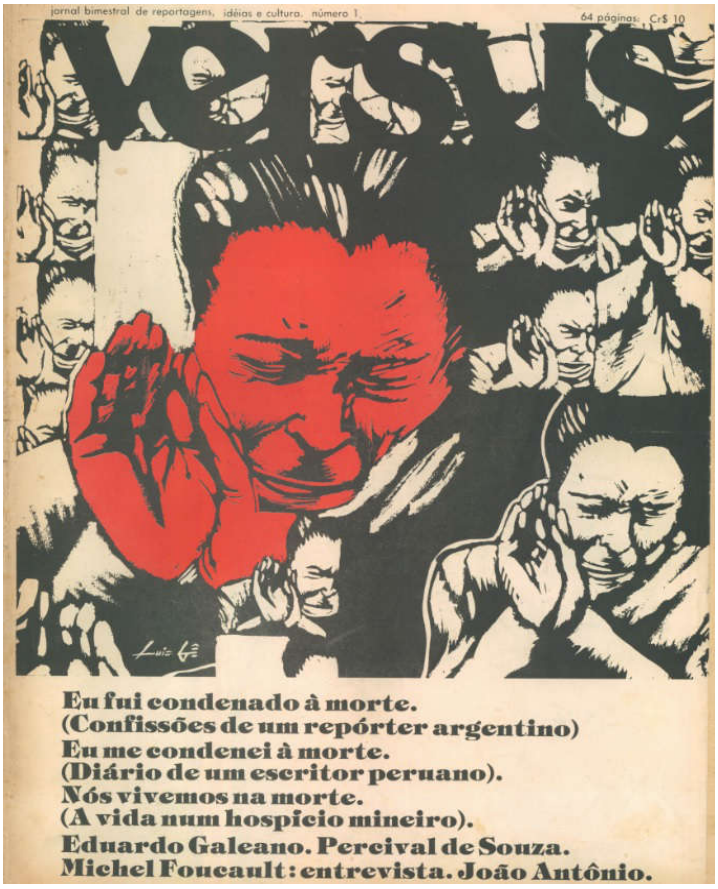


Figura 10 – Capa de *Versus*, número 1, 1975.

81 MARTÍNEZ, Tomás Eloy. Argentiaaa. *Versus*, n°.01, [out./nov.] 1975, p.03-05.
82 FAERMAN, Marcos. Crime em Buenos Aires. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.15.

A capa do quinto número, junho de 1976, traz uma figura humana de bruços com várias marcas nas costas, em vermelho, como se fossem tiros, e a manchete *Buenos Aires, Hora Zero*. Na página dois saiu a notícia do fechamento da revista *Crisis* pela junta militar na Argentina. Assim, *Versus* lamentou o fato:

> A morte de uma revista que amamos é como a morte de um amigo ou de um amor. [...] Desde seu primeiro número, *Crisis* mostrava a sua intenção: caminhar pelo presente e passado de nossa América. Reafirmar, como José Martí, que existe uma América nossa. Ou que devemos conquistá-la. E que nossa América é muito maior que a fronteira que separa nossos povos. [...] Foi há um mês atrás. A miséria dos crimes, dos assassinatos, das ameaças resolveu o dilema de seus editores. *Crisis* tinha que desaparecer. Mas as ideias de *Crisis* morreram?[83]

Além do fechamento de *Crisis* a edição trouxe três matérias abordando a cultura e a situação daquele país. Em *O mais querido dos tangos...Carlos Gardel* o autor, Vicente Zito Lema, colhe uma série de depoimentos de populares sobre o artista. Já *Buenos Aires, hora zero*[84] é uma coletânea de depoimentos a respeito da vida na capital portenha sob a ditadura militar. O texto trata das mudanças ocorridas com o golpe, explicitando o fato de que a repressão começou em 1974 com a adoção do estado de sítio. Também foi publicado um trecho do livro *Operação massacre*[85] no qual o autor, Rodolfo Walsh, relata um massacre feito pelo Exército após o golpe de 1955, que derrubou o então presidente Juan Domingo Perón. A nota pós-texto trata como este autor era vanguarda no estilo literário ao dar voz aos personagens anônimos, sendo um exemplo da cultura como forma de ação.

Versus acompanhou de perto a situação de Walsh e dedicou bastante páginas do jornal a sua produção. Em *A carta da Morte*[86] publicada no número 11 são narradas as atrocidades e o colapso econômico provocado pela junta militar que tomou o poder, após enviar esta carta para a cúpula do regime o repórter foi sequestrado e morto. Na introdução a carta, a equipe de *Versus* elenca a participação de Walsh no jornal e o papel que cumpria na denúncia da situação argentina e coloca que sua visão era de que “a missão do repórter é 'reconstruir os fatos'”[87].

83 s/ título. *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.02.
84 VEIGA, Rui. Buenos Aires, hora zero. *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.10-11
85 WALSH, Rodolfo J.. Operação massacre. *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.11-13
86 VILLALBA, Santiago; WALSH, Rodolfo J.. A carta da morte por Rodolfo Walsh. *Versus*, n°.11, jun. 1977, p. 12-14.
87 Idem.

Ainda no Cone Sul, a reportagem *Nas entranhas do Paraguai*[88], traça uma narrativa histórica daquele país desde a guerra contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), entre 1864 e 1870, passando pela guerra do Chaco com a Bolívia, em 1932 (onde é discutido o interesse da Standard Oil nas recém descobertas reservas de petróleo na região) até a data de 1975. Quando é analisado o desabastecimento de produtos de necessidades básicas pelo qual passava o país e a importância das mulheres paraguaias para reverter esse processo na capital Assunção, através do contrabando na fronteira com a Argentina. A questão do *Chaco*[89] é retomada por Eduardo Galeano, no número seguinte, no texto o autor contrasta a visão macro sobre a guerra, ou seja, o interesse das petroleiras dos EUA nas reservas da região, com os depoimentos de combatentes, apontando para uma visão mais ampla sobre a guerra.

A cobertura sobre o Chile é uma das que mais se destacam no jornal. Em *Santiago do Chile, março de 1976*[90] Wagner Carellli relata a agonia da cultura e economia chilena três anos após o golpe de 1973. Já *Os Mortos de Setembro*, do mesmo autor, é uma fotorreportagem sobre o cemitério chileno que abriga os mortos da repressão e de forma poética o autor aponta que: “Em cada epitáfio, um desconsolo e um desafio: a revolta que os sobreviventes são obrigados a calar. Nos cemitérios chilenos, os mortos resistem.”[91]

Em *A Terceira Hora (Chile Dossiê da Resistência)*[92], também de Wagner Carelli, é abordada a vida cultura chilena que tentava continuar seu desenvolvimento, mesmo sobre a ditadura de Augusto Pinochet. Em destaque a arte que era produzida por aqueles que se negaram a ir para o exílio e buscavam, desta forma, tentar resistir ao arbítrio. A matéria traz alguns poemas e fotos de autores chilenos. Já em *Chile: Alguns pontos que devem ser levados em conta*, Eric Nepomuceno relata as tentativas da resistência chilena no exílio de fazer com que os EUA tirassem o apoio que davam ao regime, o que facilitaria a queda do regime e o retorno à democracia. Ao comentar essa possibilidade e o jogo de cena norte-

88 ARAKI, Matilde; CRUDO, Severo Lucca de. Nas entranhas do Paraguai. *Versus*, n°.02, dez./jan. 1975, p.12-15.
89 GALEANO, Eduardo. Chaco. "Luis Peláez Rioja, soldado do exército da Bolívia..." "As antiaventuras de don Eulogio Cáceres Benitez, ex-combatente paraguaio". *Versus*, n°.16, nov.1977, p. 25-27.
90 CARELLI, Wagner. Santiago do Chile, março de 1976. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.17-19.
91 Idem. Os mortos de setembro. *Versus*, n°.09, abr. 1977, p.09-11.
92 Idem. A terceira hora. *Versus*, n°.14, set. 1977, p. 17-24

americano o autor é taxativo: “Primeiro fazem o paralítico, depois dão a cadeira”[93]. Ainda sobre o processo do golpe no Chile temos *Cinco anos depois do último sorriso*[94], escrito por Ênio Bucchioni o texto é uma homenagem a Túlio Quintiliano, brasileiro que foi assassinado pela ditadura chilena.

Assim, também a luta dos camponeses peruanos aparece em *Versus* através de uma entrevista de Hélio Goldsztejn com Hugo Blanco[95], líder camponês peruano, que relata seu início nas lutas sociais, os vários exílios e a situação da luta campesina no Peru. Já *A lição das eleições peruanas*[96] de Percy Galimberty faz um balanço das eleições para assembleia constituinte em 1978, pleito no qual a esquerda obteve 30% dos votos. Segundo o autor, essa votação só foi possível pela unidade da esquerda peruana que se deu através Frente Operária Camponesa Estudantil Popular que tinha como um dos principais componentes o Partido Socialista de los Trabajadores peruano (PST(p)), de orientação trotskista. Em *A revolução está nas ruas*[97] Jorge Pinheiro entrevista Enrique Fernandez deputado eleito, membro do PST (p), sobre o balanço das eleições e os desafios da assembleia constituinte no Peru. Nela é destacada a votação expressiva do PST(p), assim como, o processo que permitiu esse avanço que contou com três greves gerais e muita repressão.

A cobertura da situação dos países latino-americanos teve continuidade com *Bolívia, ou a estética da tragédia*[98] que é uma fotorreportagem sobre La Paz, capital boliviana, e trata da relação entre o passado e o presente do sofrimento do povo, que naquele momento vivia sobre a ditadura de Hugo Banzer. A reportagem também aponta o sonho de fuga da maioria dos jovens desempregados para outros países, em especial para o Brasil. Já *Bolívia, o degelo político*[99] de Renato Andrade analisa os seis anos de governo de Banzer (1971-1977), o autor aborda a situação econômica do país centrada no petróleo, mineração e agricultura, também é

93 NEPOMUCENO, Eric. Chile: Alguns pontos que devem ser levados em conta. *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 21-24.
94 BUCCHIONI, Ênio. Cinco anos depois do último sorriso. *Versus*, nº 24, [Set] 1978, p. 24-25.
95 BLANCO, Hugo; GOLDSZTEJN, Hélio. El combatiente. *Versus*, n°.22, jun./jul. 1978, p. 22-23.
96 GALIMBERTI, Percy. A lição das eleições peruanas. *Versus*, n°.23, jul./ago. 1978, p. 42.
97 PINHEIRO, Jorge. A revolução está nas ruas (Constituinte no Peru), *Versus*, nº 24, set. 1978, p. 20-22
98 FREITAS, Rolando. Bolívia, ou a estética da tragédia. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.21-23.
99 ANDRADE, Renato. Bolívia: o degelo político. Trad. GALIMBERTI, Percy. *Versus*, n°.19,mar./abr. 1978, p. 20-21.

constatado o aumento da dívida externa e os limites da política de desenvolvimento do regime. O autor também escreveu *O mapa da mina*[100] matéria sobre o gás natural boliviano e o gasoduto que se conectava ao estado de São Paulo, no Brasil, sendo essa uma fonte de energia estratégica para as multinacionais sediadas em solo brasileiro.

Já *Assim explodiu a Bolívia*[101] é uma entrevista de Filemón Escobar, líder dos mineiros, à Chola Mamani onde é relata a vitória dos trabalhadores bolivianos que conseguiram a anistia política e encurralaram o governo de Banzer. Em *Una cuerda para el general*[102] Renato Andrade volta a tratar da situação política interna da Bolívia, bastante conturbada por vários golpes e contragolpes, no texto o autor também avalia a possibilidade do retorno à democracia e realização de eleições. No número 32, junho de 1979, é apresentado o *Dossiê Bolívia*[103] assinado por Renato Andrade e José Ruperto, onde processo boliviano é entendido dentro do Plano Carter de aberturas lentas e graduais. No dossiê constam entrevistas com Nahuel Moreno, dirigente do PST argentino, dois líderes dos mineiros e donas de casa sobre a situação do país e as expectativas para próximas eleições.

O Equador teve duas matérias publicadas a seu respeito. Em *O Equador na hora da constituinte*[104] Cremilda Medina relata a tentativa do presidente Guillermo Rodriguez Lara de colocar em prática um projeto nacionalista similar ao que foi realizado no Peru, porém, o projeto não deu certo e o presidente terminou por ser derrubado por um golpe militar. Medina traça uma análise sobre a nova realidade equatoriana com a descoberta do petróleo, o avanço econômico e os interesses imperialistas, no texto também é apontado o alto grau de desigualdade social do país. Já em *2 Minutos, 120 Mortos*[105] Wagner Carelli apresenta uma matéria-denúncia sobre o massacre promovido pela polícia equatoriana na ocupação de um engenho de açúcar, em La Troncal que fica a 60 quilômetros de Guayaquil, e que teve como resultado 120 mortos.

Na mesma edição, de número 16, é publicada a carta *O mercado da morte*[106]

100Idem. O mapa da mina. *Versus*, nº 27, Nov. 1978, p. 16.
101*Versus*. Assim explodiu Bolívia. *Versus*, n°.21, maio/jun. 1978, p. 25-26
102ANDRADE, Renato. Una cuerda para el general. *Versus*, nº 28, jan. 1979, p. 26-27.
103 Idem. Dossiê Bolívia . *Versus*, nº 32, jun. 1979, p. 25-31.
104 MEDINA, Cremilda. O Equador na hora da constituinte. *Versus*, n°.13, ago./set. 1977, p.19-21.
105 CARELLI, Wagner. Dois minutos, 120 mortos. *Versus*, n°.16, nov. 1977, p. 17-18.
106 GALEANO, Eduardo. O mercado da morte. *Versus*, n°.16, nov. 1977, p. 14-16

de Eduardo Galeano onde é apresentado o quadro da ditadura no Uruguai com seu alto grau de perseguição e exílio causados à população. O autor aponta que apesar de se chocar com a política externa dos EUA - que tinha como centro a política dos direitos humanos, e, portanto, gerar alguns atritos nas relações internacionais - o regime continuava a ser recompensado com os empréstimos do FMI. O texto também traz Daniel Viglietti, apresentado como o mais conhecido dos cantores populares do Uruguai que estava no exílio a vários anos e sua obra proscrita em seu país natal.

Em *O caso Flávia Schilling*[107] Renan Oliveira narra sua viagem a capital uruguaia para obter informações sobre a brasileira Flávia Schilling que estava presa desde 1972 e que se encontrava em estado grave de saúde, sendo que seus pais haviam sido expulsos do Uruguai. O autor também aponta a falta de interesse do consulado brasileiro em tratar do caso e obter notícias junto ao governo daquele país. A repressão do regime uruguaio é novamente abordada em *Uruguai: El inferno*[108], o texto trata-se de uma entrevista com Mário Benedetti, escritor uruguaio que se encontrava exilado em Cuba.

Mas, *Versus* não abordou somente a América do Sul, a América Central e o Caribe também ocuparam importantes páginas do jornal com direito, inclusive, a enviado especial. Essa parte do continente tem sua primeira aparição na matéria de Carlos Rangel, *O guia da Invasão*[109], onde é aborda a ingerência dos EUA na República Dominicana, em 1965, com o apoio dos países da Organização dos Estados Americanos (OEA), principalmente o Brasil. Assume posição de destaque na reportagem o papel desempenhado pelas grandes corporações petrolíferas, Esso e Texaco, que dispunham de informações mais precisas sobre a situação local do que o governo dos EUA. No contexto da edição esse texto complementa a análise de José Martí a respeito do perigo norte-americano.

Já *Trujillo: A história como morte e medo*[110] é um texto de Hans Magnus Enzensberger, onde o autor faz uma antologia sobre a ascensão e queda de Rafael Leónidas Trujillo Molina, ditador da República Dominicana. Na capa da edição o

---

107 OLIVEIRA, Renan. O caso Flávia Schilling (Montivideo, 1978), *Versus*, nº 27, nov. 1978, p. 21-23.
108 *Versus*. Uruguai: El inferno.*Versus*, nº 29, fev. 1979, p.31-33.
109 RANGEL, Carlos. O guia da invasão. *Versus*, n°.02, dez./jan. 1975, p.07-09.
110 ENZENSBERGER, Hans Magnus. Trujillo - vida e morte de um pai do povo. Trad. RODRIGUES, Silvana. *Versus*, n°.08, fev./mar. 1977, p.22-33.

texto é apresentado como segue: “Política e crime na República Dominicana. Ascensão, Glória e decadência da ditadura de Rafael Trujillo, autodenominado O Pai do Povo, caudilho absoluto das Caraíbas por 31 anos.” Trujillo ascendeu ao poder em 1930 apoiado pelos EUA e assim constituiu uma grande fortuna, quando passou a contrariar alguns interesses norte-americanos, estes passaram a advogar sua queda, que ocorreu com o seu assassinato em 1961.

O Caribe é abordado novamente em a *Pequena história da opressão em Porto Rico*[111]. O texto é uma contribuição de um leitor de *Versus*, o porto-riquenho Federico Pagani, e trata da história da ilha de Porto Rico e sua luta contra a colonização espanhola e a passagem para protetorado dos EUA. O autor também relata a situação de intervenção militar em que a ilha vivia e as tentativas de realização de um plebiscito para tornar o país independente. Já *Porto Rico deve ser livre?*[112] trata-se de uma entrevista de Fernando Morais[113] com Juan Mari Bras, secretário-geral do Partido Socialista porto-riquenho onde é abordada a luta pela independência do país e, em contraposição, a proposta de transformar a ilha no 51º estado norte-americano.

Outro ponto estratégico daquela região do continente é analisado em *Queimem a bandeira! (A história do tratado do canal Panamá)*[114] de autoria de Eric Nepomuceno. O texto apresenta a história da construção do canal e sua importância estratégica no comércio global, e discute a negociação que ocorreu em 1977 sobre o controle do canal, a negociação decidiu devolver a soberania do Panamá sobre o canal somente em 1999, quando careceria de obras, pois o mesmo já não daria conta de atender as novas embarcações.

Já o processo cubano é abordado em *Cuba, um anjo exterminador?*[115], composto por uma introdução e dois excertos de Ernesto Cardenal[116] e Luiz Soares. Na introdução é apontado que as tentativas de sufocar a revolução e as exigências

---

111 PAGANI, Federico. Pequena história da opressão em Porto Rico. *Versus*, n°.09, abr. 1977,p.18-19.

112 BRAS, Juan Mari; MORAIS, Fernando. Porto Rico deve ser livre?. *Versus*, n°.14, set. 1977,p. 10-11.

113 Fernando Morais nasceu em Mariana, Minas Gerais, em 1946, é jornalista. Trabalhou no *Jornal da Tarde*, na revista *Veja* e em várias outras publicações da imprensa brasileira. Recebeu três vezes o prêmio Esso e quatro vezes o prêmio Abril de jornalismo.

114 NEPOMUCENO, Eric. Queimem a bandeira. *Versus*, n°.15, out. 1977, p. 12-13.

115 *Versus*. Cuba, um anjo exterminador?, *Versus*, nº 26, nov. 1978, pp. 17-21.

116 Ernesto Cardenal Martínez é um escritor, sacerdote e teólogo nicaraguense. Dissidente sandinista, é considerado um dos mais importantes poetas vivos da América Latina.

soviéticas acabaram por corroborar com a burocratização da revolução na ilha, também é avaliada a participação das forças cubanas nas lutas de independência no continente africano, o texto aponta como positiva essa participação, no entanto, faz uma ressalva de que faltaria a discussão política e a troca de experiências que ajudaria os novos países africanos a marcharem para o socialismo.

O excerto de Ernesto Cardenal faz parte de seu livro *Em Cuba*, onde o autor narra sua experiência durante os meses em que viveu na ilha, o trecho escolhido para publicação é uma crônica sobre sua participação como jurado no prêmio *Casa de las Américas*, em Havana. Já *Eu vi Che morrer* é um trecho do livro *Entre o Fuzil e a Palavra* do mexicano Luiz Soares. Nele são narrados os últimos momentos de Che Guevara na Bolívia, até sua captura e execução.

Na mesma edição, número 26, foi publicado *A noite de Tlatelolco*[117]*,* texto que relata as manifestações que ocorreram no México em 1968, no embalo da ebulição social que percorreu o mundo a partir do maio Francês. Esse fato ficou conhecido pelo massacre de estudantes perpetrado pelas forças do governo que vitimaram cerca de 400 pessoas e ocorreu durante a tarde e a noite de 2 de Outubro de 1968 na *Plaza de las Tres Culturas*, em Tlatelolco, Cidade do México, apenas dez dias antes do início dos Jogos Olímpicos de 1968 que foram disputados na mesma cidade.

No entanto, nenhuma nação do continente teve uma cobertura tão extensa quanto a Nicarágua. A primeira matéria sobre o país é *Sonolentos dias de Bluefields*[118] assinada por Diana Belessi, colaboradora de *Crisis,* a autora trata da disputa interimperialista pela enseada de Bluefields, região que historicamente passou do domínio espanhol ao inglês, e que naquele momento se encontrava sob a dominação das companhias bananeiras norte-americanas sob a ditadura de Somoza.

Em *Somoza Cairá? As consequências do assassinato de um liberal*[119], é abordado o assassinato, em janeiro de 1978, do jornalista e editor de *La Prensa* Pedro Joaquín Chamorro Cardenal, também membro da oposição liberal à Anastasio Somoza Debayle. A matéria analisa as consequências da morte e aponta que o peso

117 *Versus*, A noite de tlatelolco, *Versus*, nº 26, nov. 1978, p. 22-23.
118 BELESSI, Diana. Sonolentos dias de bluefields. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.24.
119 *Versus*. Somoza Cairá? As consequências do assassinato de um liberal, *Versus*, nº 18, fev. 1978, p. 23.

político caiu sobre o ditador, esse fato abriu a possibilidade de aproximação entre a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e a oposição liberal contra o regime.

Já em *Sandino x Somoza*[120] Hélio Goldsztejn e Jim Green fazem um histórico da luta contra a presença norte-americana na Nicarágua desde os anos 1920, liderada por Augusto Cesar Sandino, até os dias atuais. Na edição 26, é publicado *Nicarágua, uma rumba cubana?*[121] de Halley Junior que compara a situação da Nicarágua com o processo cubano e as possibilidades políticas da FSLN. O autor ressalta a adoção de uma política mediada por parte do imperialismo norte-americano diferente do caso cubano.

Com a constatação de que a situação no país se intensificava e surgia a possibilidade de uma nova revolução no continente o jornal resolveu concentrar esforços e mandar um enviado especial para acompanhar a situação de perto. O repórter enviado foi Hélio Goldsztejn, ele produziu até o fim da publicação uma série de artigos sobre a situação nicaraguense. Em *O Bunker dos fantasmas*[122] Goldsztejn analisa o isolamento do regime de Somoza e as várias tendências que disputavam o poder. Na mesma edição, número 28, é publicada entrevistas com Daniel Ortega e Victor Tírado duas das lideranças da FSLN, trabalho realizado por Diego Achard[123].

Em *Nicarágua Guerrilheira*[124] o enviado especial de *Versus*, entrevista o ditador Somoza em um Banker, essa foi sua última entrevista antes da queda e acabou sendo reproduzida pelo *New York Times*. Para essa matéria Hélio Goldsztejn também entrevistou o comandante Roque da FSLN. Ao analisar a situação em que se encontrava a Nicarágua, o autor ressalta a falta de determinação da direção da FSLN de construir um projeto de poder independente da burguesia, que tivesse como direção o socialismo.

O número 33, agosto de 1979, tem a Nicarágua como destaque de capa e traz 4 matérias sobre o país. *Uma amante e oito papagaios*[125] de Elizabeth Marie é uma introdução sobre a queda de Somoza e a discussão sobre os caminhos a

---

120 GREEN, Jim; GOLDSZTEJN, Hélio. Sandino X Somoza. *Versus*, n°.20, abr./maio 1978, p. 22-24 .
121 JUNIOR, Halley, Nicaragua, uma rumba cubana?, *Versus*, nº 26, nov. 1978, p. 15-16.
122 GOLDSZTEJN, Hélio. O Bunker dos fantasmas, *Versus*, nº 28, jan. 1979, p. 30-31.
123 ACHARD, Diego. Enquanto isso num acampamento guerrilheiro, *Versus*, nº 28, jan. 1979, p. 30-31.
124 GOLDSZTEJN, Hélio. Nicarágua guerrilheira, *Versus*, nº 31, abril de 1979.
125 MARIE, Elizabeth. Uma amante e oito papagaios, *Versus*, nº 33, ago. 1979, p. 4.

serem seguidos: a construção de um governo burguês ou um governo anticapitalista. *Do outro lado da guerra … o poder*[126] da mesma autora apresenta a disputa pelo poder entre a FSLN e oposição liberal após a queda de Somoza, a autora também aponta a necessidade de extrapolar o governo de conciliação de classe e a internacionalização da luta.

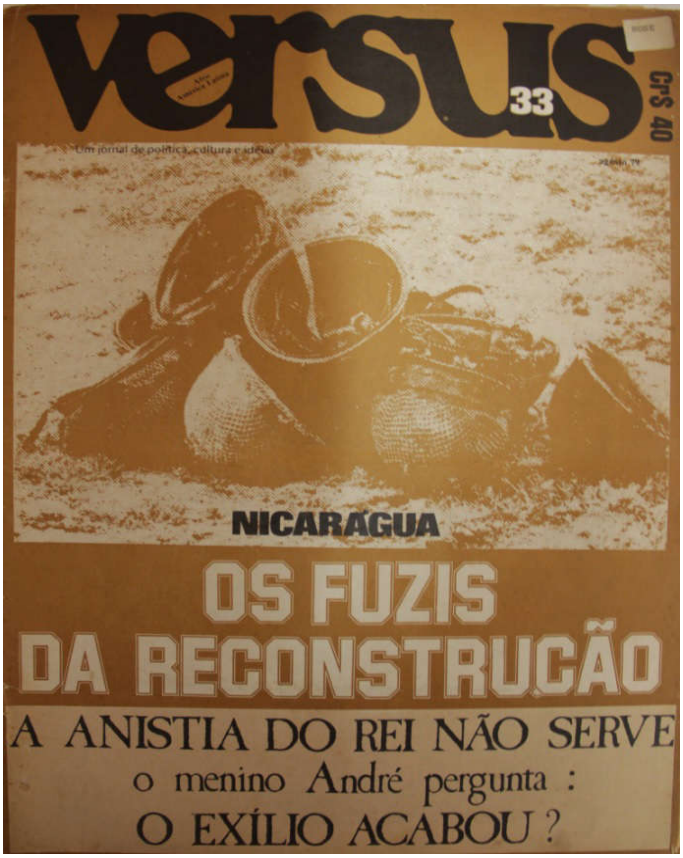


Figura 11 – Capa de *Versus*, número 33, 1979.

Já em *Governo de Reconstrução Nacional*[127] o jornal apresenta entrevistas com membros do novo governo sobre os desafios que o país enfrentaria com a derrubada da ditadura. A reportagem *Casa por casa, pedra por pedra, Reconstruindo um novo país*[128] de Hélio Goldsztejn trata das brigadas internacionais na luta contra Somoza e seu engajamento na reconstrução do país. A reportagem também traz uma entrevista com o comandante Juan, responsável pela reconstrução de Manágua, capital da Nicarágua.

Em seu último número *Versus* ainda trouxe mais dois textos sobre a

126 Idem. Do outro lado da guerra … o poder, *Versus*, nº 33, ago. 1979, p. 6-8.
127 *Versus*. Governo de Reconstrução Nacional, *Versus*, nº 33, ago. 1979, p. 9.
128 GOLDSZTEJN, Hélio. Casa por casa, pedra por pedra, Reconstruindo um novo país, *Versus*, nº 33, ago. 1979, p. 10-12.

Nicarágua. *Nos braços ardentes de Nica*[129] o enviado especial, Hélio Goldsztejn, trata dos desafios do governo Sandinista e a possibilidades de expandir a revolução para El Salvador. Em *Cenas de uma revolução (Meninos, eu vi)*[130] o mesmo autor relata a sua experiência na cobertura do processo revolucionário, passando pelas frentes de batalhas, descrevendo a situação de Manágua, a realização de um tribunal revolucionário, como também a atuação da Brigada Simón Bolívar. *Versus* ainda publicou um caderno especial sobre a revolução nicaraguense[131].

Figura 12 – Capa do caderno especial de *Versus* sobre a Nicarágua, 1979.

Como demonstramos o processo nicaraguense ocupou inúmeras páginas do jornal, perfazendo todas as suas etapas. Essa extensa cobertura diz respeito a dois elementos. O primeiro deles o fato de ser um processo revolucionário e as possibilidades de surgir uma nova Cuba em solo americano. Já o segundo elemento é a existência da Brigada Simón Bolívar, que foi encampada pela Fração Bolchevique da IV internacional e organizada pelo Partido Socialista dos

129 GOLDSZTEJN, Hélio. Nos braços ardentes de Nica, *Versus*, nº 34, out. 1979, p. 12.
130 GOLDSZTEJN, Hélio.Cenas de uma revolução (Meninos, eu vi), *Versus*, nº 34, out. 1979, p. 13-17.
131 Ver Figura 11.

Trabalhadores da Colômbia (PST(c)). A brigada ganhou o nome de Simón Bolívar e participou da Frente Sul na guerra, onde sofreu várias baixas e teve três companheiros mortos. Em julho de 1979, a brigada ajudou a liberar a cidade de Bluefields, o porto mais importante da Nicarágua na costa do Atlântico.

Figura 13 – Brigada Simón Bolivar[132]

Versus também se debruçou sobre a política dos EUA para a América Latina. A nova diretriz implementada pelo presidente norte-americano Jimmy Carter sobre os direitos humanos aparece em entrevista concedida por Fernando Henrique Cardoso[133]. A entrevista foi realizada por Luiz Egypto[134] e Rui Veiga, e nela é comentada a eleição do novo presidente, as críticas de Carter ao acordo nuclear entre o Brasil e a Alemanha, a questão do canal do Panamá, a política de relações internacionais dos EUA, além das impressões de Cardoso sobre o governo norte-americano liderado pelo seu novo mandatário. Já a matéria *A noviça - a política de Carter para a América Latina*[135] trata dos limites retóricos e práticos do discurso de direitos humanos. O texto aponta a relação entre a indústria bélica norte-americana, que armava os regimes latino-americanos, associado a política de aliados

132 Imagem disponível em: <https://litci.org/pt/mundo/america-latina/nicaragua/a-brigada-simon-bolivar/>, consulta 6/6/2018.

133 CARDOSO, Fernando Henrique; EGYPTO, Luiz; VEIGA, Rui. Fernando Henrique Cardoso analisa Jimmy Carter. *Versus*, n°.07, dez./jan. 1976, p.29-31.

134 Luiz Augusto Egypto de Cerqueira nasceu em São Paulo (SP) e é bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 1976). Trabalhou como reporter na *Folha de São Paulo* e no *Estado de São Paulo.*Também atuou como professor na PUC-SP de 1979 à 2006.

135 *Versus*, A noviça, a política de Carter para a América Latina, *Versus*, n°.17, dez./jan. 1977, p. 18.

preferenciais.

As perspectivas para a continente é analisada em artigo assinado por Theotônio dos Santos. O autor adota como pano de fundo a América Latina para discutir a atuação da comissão trilateral[136] e a política de direitos humanos de Carter, como também a crise econômica e os limites da ação dos EUA. Realiza um apanhado histórico do processo latino-americano e aponta as limitações do último ciclo, demonstrando que as lutas que se apresentam teriam grande potencial e poderiam almejar como horizonte o socialismo.

O conjunto da América Latina também foi analisado em três artigos assinados por J.C. Gonzalez, "economista da faculdade de Bogotá na Colômbia"[137]. O primeiro deles é *Uma crise calibre 45*[138], artigo de capa do número 28, que trata do avanço das lutas do movimento de massas na América Latina e a reação democrática a esse processo, como algo mais geral no continente. O texto também faz um diagnostico da situação econômica mundial, apontando o papel do trilateralismo (EUA, Alemanha e Japão) na disputa do mercado latino-americano, constata a existência de uma crise econômica e aponta suas possíveis saídas, relacionando a reação democrática com implementação de planos de austeridade, que teria como eixo principal o controle do consumo das classes trabalhadoras.

No artigo *O movimento operário e a crise das ditaduras*[139] o autor aborda o papel desempenhado pela classe operária nas lutas na América Latina a partir de uma perspectiva da dependência econômica, sendo a dívida externa um dos fatores centrais no aumento da expropriação. A contradição entre o desenvolvimento capitalista, propiciado pelo capitalismo mundial, teria colocado em contradição a estrutura social, abrindo assim, um período de revolução social. Daí surgiria as crises nos regimes bonapartistas e semifascistas, como saída é proposto os regimes democrático burgueses preventivos materializado na política de Jimmy Carter de aberturas controladas por cima. Em *A crise das ditaduras: América Latina e a situação internacional*[140] Gonzalez aponta que a ofensiva reacionária que começou

136 Comissão Trilateral é um fórum de discussão privado fundado em julho de 1973 por iniciativa de David Rockfeller. Reunindo representantes do Japão, Europa e EUA.

137 Segundo Omar de Barros Filho trata-se de um pseudônimo de um militante do PST da Colômbia, no entanto, o mesmo não soube informar o verdadeiro nome do autor.

138 GONZALEZ, J. C. Uma crise calibre 45, *Versus*, nº 28, jan. 1979, p. 19-23.

139 Idem. O movimento operário e a crise das ditaduras, *Versus*, nº 29, p. 21-25.

140 Idem. A crise das ditaduras: América Latina e a situação internacional, *Versus*, nº 30, mar. 1979, p. 21-23.

em 1973 teria chegado ao fim e que agora era a hora das massas assumir a dianteira no processo político e extrapolar os limites da política de aberturas.

Buscamos nesta seção demonstrar a forma pela qual *Versus* abordou a América Latina. Essa se deu pela combinação entre um resgate histórico, artístico e cultural articulado com a denúncia da exploração da natureza e dos povos, assim como da repressão desencadeada pelos vários regimes do continente. Conforme a dinâmica do Brasil se alterou e, portanto, o jornal também se alterou, a abordagem ficou mais política e propositiva para uma perspectiva socialista.

4.2 Afro-Latino-América

A presença da temática africana e negra na publicação, por si só, já representava um esforço da equipe editorial em apreender os elementos que constituíam a fundação da identidade latino-americana. A publicação buscou abarcar as três origens da população do continente, ou seja, aqueles que já habitavam o continente antes da chegada dos europeus, os de origem europeia e aqueles que foram trazidos do continente africano na condição de escravos. Com isso o jornal aponta a forma subalterna no qual duas dessas origens eram tratadas e representadas. Assim, *Versus* busca dar destaque para essas contradições.

A esse esforço soma-se o fato do continente africano estar passando por um turbilhão político. Os processos de independência que começaram no pós II Guerra Mundial atingia agora as colônias europeias no continente africano. Essa combinação de fatores levou o jornal a realizar uma cobertura dos vários acontecimentos que ocorriam do outro lado do atlântico, com enfoque especial na apresentação de personagens e culturas.

O primeiro artigo sobre o continente africano é a *Arte Negra (As estátuas também morrem)*, de Cris Marker[141], o texto é um comentário ao filme *As Estátuas Também Morrem* realizado por ele e por Alain Resnais em 1953. O texto aborda como a arte negra, que dentro do seu contexto cultural tem uma vida e uma função social, ao ser retirada desse contexto ela morre. Marker escreve: “Quando os homens morrem, eles entram para a história. Quando as estátuas morrem, elas

141 Chris Marker foi um cineasta, fotógrafo, escritor e artista multimédia francês.

entram para a arte. Essa botânica da morte é o que chamamos de cultura". Ao contextualizar o texto, o tradutor, Cláudio Bojunga aponta que "o governo [Francês] julgou-o excessivamente anticolonial para seu assunto. Isso foi há 22 anos estávamos longe da descolonização da África e dos Panteras Negras nos Estados Unidos"[142].

Na edição seguinte, *Versus* aborda o tema em outra linguagem. Luis Gê realiza uma história em quadrinho, intitulada *Angola*[143], onde sintetiza o processo de colonização da África e a cooptação de vários grupos negros para realizar o serviço dos senhores coloniais, cumprindo o papel de capitão do mato. O quadrinho aponta que esses seriam os que formariam o Unita e FNLA que colaboravam com os agentes imperialistas no processo de independência de Angola e o MPLA esta representado como o grupo que destruiria os traidores.

O continente africano retorna as páginas de *Versus* no texto de Vitor Vieira, *África do Sul (A da submissão)*, em formato de crônica é relatado o cotidiano da segregação social e racial do país do Apartheid. O autor narra as situações do cotidiano da segregação desde do uso de banheiros e espaços públicos, a propriedade proibida para os negros, chegando até a discriminação das condições de trabalho: "Nas minas, o trabalho é só para negros. Agora trabalham os próprios negros sul-africanos, porque não existe mais a Angola de Portugal, a Moçambique de Portugal, que forneciam mão de obra com direito à escravidão por três anos"[144].

Já o ensaio de Florence Vaillant[145], traduzido por Cecilia Thompson, aborda a questão sul-africana a partir da literatura negra que ressurgia após o massacre de Sharpeville[146] realizado pelas forças do governo. No ensaio é apresentado treze novos poetas que buscavam retratar a realidade do seu país, mas que sofriam com a perseguição estatal, através da repressão e da censura. Apresentamos aqui um dos poemas:

---

142 MARKER, Chris. Arte negra (As estátuas também morrem). Trad. BOJUNGA, Cláudio. *Versus*, n°.02, dez./jan. 1975, p.39-41.

143 GÊ, Luiz. Angola. *Versus*, n°.03, [fev./mar.] 1976, p.25-28.

144VIEIRA, Vitor. Esta é a crônica da África do Sul de algum tempo atrás: a da submissão. *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.42.

145 VAILLANT, Florence. Poemas negros da África branca. Trad. THOMPSON, Cecília. *Versus*, n°.06, out./nov. 1976, p.24-25.

146 No dia 21 de Março de 1960, ocorreu no bairro de Sharpeville, na cidade de Johanesburgo, na África do Sul, um protesto, realizado pelo Congresso Pan-Africano. O protesto pregava contra a Lei do Passe, que obrigava os negros da África do Sul a usarem uma caderneta na qual estava escrito aonde eles poderiam ir. A repressão resultou em 69 mortes.

> A África do Sul é uma região de grande beleza natural - mas sua alma está morta, estrangulada por uma ideologia que se baseia na cor da pele; é um país em que nascer branco garante o usufruto de todos os bens da terra – mas onde é melhor estar morto do que nascer negro. (James Matthews)[147]

A primeira capa de *Versus* dedicada a questão africana é a do número 7, dezembro de 1976, nela aparece a manchete: Guerra na África Negra (Dois repórteres de *Versus* descobrem a Guiné-Bissau). Em *Quatro relatos da Guiné-Bissau*[148], Licínio Azevedo e Maria Paz Rodrigues narram a luta de independência de Guiné-Bissau contra os portugueses. A partir de relatos os repórteres reconstituem a luta que se deu de forma desigual entre o povo negro desarmado contra os portugueses, que eram chamados pelos nativos de 'Tuga'.

Figura 14 -Capa de *Versus*, número 7, 1976.

147 VAILLANT, Florence. Op. Cit. p. 25.
148 AZEVEDO, Licínio de; RODRIGUES, Maria da Paz. Quatro relatos da Guiné-Bissau. *Versus*, n°.07, dez./jan. 1976, p.03-06.

Já em *Encontro em Lisboa*[149], os mesmos repórteres, contam a história da juventude africana que estudou na capital do império português, Lisboa, e que ao voltar para seus países se tornaram a geração que liderou os processos de independência. O texto narra o ambiente político no qual se desenvolveu um processo de reafricanização e a tomada de consciência. Esses encontros contaram com figuras tais como: Mario de Andrade, Amílcar Cabral e Agostinho neto.

Na matéria *Os crimes de Mobutu*[150], é retratada o pensamento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), dirigido pelo poeta Agostinho Neto, sobre o regime de Mobutu, do vizinho Zaire, antigo Congo Belga. Este documento, inédito no Brasil, revelava a essência das opiniões, que passaram a ser oficiais, de Angola em torno da política do Zaire. O texto é apresentado como o testemunho das contradições de um continente.

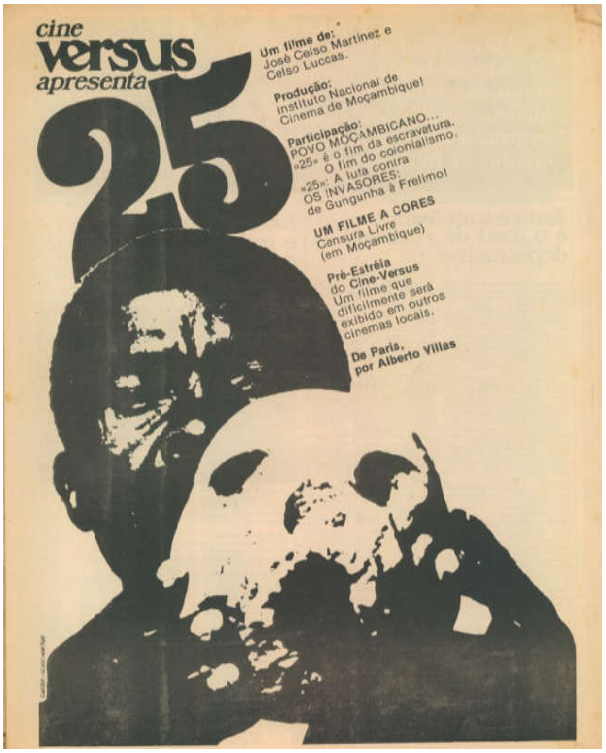


Figura 15 – Cartaz do Filme 25, *Versus*, número 11, 1977.

Esse olhar sobre o continente africano é coroado com a apresentação do filme documentário "*25*", dirigido por José Celso Martinez e Celso Luccas e produzido pelo Instituto Nacional de Cinema de Moçambique. O filme apresenta o

149ANDRADE, Mário de; AZEVEDO, Licínio de; RODRIGUES, Maria da Paz. Encontro em Lisboa. *Versus*, n°.08, fev./mar. 1977, p.40-43.

150*Versus*. Os crimes de Mobutu. *Versus*, n°.10, maio 1977, p. 36-38.

processo de libertação de Moçambique do julgo do império português. *Versus* da o seguinte destaque ao filme: "'25' é o resultado de dois brasileiros em Moçambique. Relato e documento de uma revolução. Alegria de um povo que se liberta de quatro séculos de colonialismo. A opressão, a guerra, a festa, a atualidade."[151]

Nesta mesma edição de número 11, junho de 1977, surge algo novo em *Versus*. Um texto que retrata a situação da mulher negra na sociedade brasileira, carregado de sentimento e revolta. A autora uma jovem jornalista que conseguiu que os editores do jornal publicassem seu texto. *Pela mulher negra* de Neusa Maria Pereira, retrata a situação nos seguintes termos:

> Nós afro-brasileiras, lutamos para sobreviver o mais decentemente possível, em uma sociedade dura, onde as oportunidades são difíceis para todos e, principalmente, para nós. lutamos contra o racismo camuflado existente nas empresas. a que somos obrigadas a encarar, pensando no pão de cada dia, amargo como fel.[152]

Ao rememorar a publicação desse texto Neusa Maria comenta que,

> Numa tarde fria de 1977, não lembro o mês, resolvi enfrentar a timidez revelando minha revolta contra a discriminação secular sofrida pela mulher negra, num texto desprovido de dados estatísticos. Panfletário, emocionado e respaldado pela experiência pessoal, o levei à redação do jornal *Versus*, situado num casarão antigo da rua Capote Valente, Pinheiros, em São Paulo. Sempre me perguntei porque havia escolhido *Versus* para expor minha indignação, num período em que circulavam pelo país vários outros jornais alternativos. A razão da escolha estava no fato de grande parte dos jornalistas do *Versus* ser do Jornal da Tarde, publicação de vanguarda, responsável pela mais significativa transformação estética e de conteúdo ocorrida no jornalismo brasileiro e do qual eu era admiradora e leitora assídua.[153]

Avaliamos que além do fato de boa parte da equipe de *Versus* ser do *Jornal da Tarde*, o que também poderia ter atraído a atenção de Neusa Maria seria justamente a cobertura que a equipe do alternativo realizava sobre o continente africano. É essa relação que vai estabelecer uma das viradas na forma como o periódico passa a se denominar, passando a ser *Versus Afro-latino-América*. A partir do trabalho da jornalista vai se formar o núcleo negro de *Versus,* e ele teve importância fundamental na reorganização da imprensa negra brasileira. Sobre a formação da seção Afro-Latino-América, Neusa Maria comenta:

---

151 VILLAS, Alberto. 25. *Versus*, n°.11, jun. 1977, p. 03-06.

152PEREIRA, Neusa Maria. Pela mulher negra, *Versus*, nº 11, jun. 1977, p. 23.

153Idem. O AFRO LATINO AMERICA QUE VIVE EM MIM, Disponível em: <http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/8_NeusaPereira.html>, consulta 12/4/2018.

> Um dia, os editores Marcos Faerman e Omar de Barros Filho perguntaram-me se não conhecia outros jornalistas negros, pois eles pretendiam viabilizar uma ideia do Marcão, como era (carinhosamente) chamado, de contar com as questões dos negros no jornal. Estavam dispostos a destinar as quatro últimas páginas do *Versus* à finalidade. Chamei os igualmente jovens jornalistas Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi) e Jamu Minka. Estava criada a seção Afro-Latino-América que reviveu a imprensa negra em São Paulo e mudou minha maneira de pensar e fazer jornalismo para sempre. A partir daí, tomei o jornalismo como função social, cultural, política e de militância de esquerda[154].

A efetivação dessa proposta ocorreu quase que de forma imediata e no número 12 de *Versus*, agosto de 1977, o jornal já adotava o prefixo Afro antes do América Latina. Trouxe em destaque na capa o surgimento da seção com a seguinte manchete: *Brasil Negro - A Imprensa Negra renasce*. E ao apresentar a nova seção, o jornal afirmou:

> Afro-Latino-América, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas – prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. Uma das fontes de inspiração de Afro-Latino-América é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira. [...] Desde de 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo em que a criação cultural de expressão negra entrou em recesso. Agora a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo o mundo.[155]

Nesta primeira edição esteve em destaque a arte negra, foram publicados três textos. O primeiro sobre o teatro experimental do negro, uma entrevista com membros do grupo de teatro Evolução, onde é discutida dentre outras coisas a interpretação no teatro de personagem negros por atores brancos e a condenação do uso do *blackface*[156]. E por último, é apresentado um *Pequeno Mapa da Poesia Negra*[157] escrito por Oswaldo Camargo, nele constam poemas de Solano Trindade,

---

154Idem.

155 *Versus*. Afro-latino-América, *Versus*, nº 12, jul./ago. 1977, p. 30.

156 Blackface (do inglês, black, "negro" e face, "rosto") se refere à prática teatral de atores que se coloriam com o carvão de cortiça para representar personagens afro-americanos de forma exagerada.

157 CAMARGO, Oswaldo de. Afro-Latino-América. Pequeno mapa da poesia negra. *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 31-33.

Ruy Dias, Lino Guedes e outros.

No número 13, setembro de 1977, a seção ganha um subtítulo abaixo do Afro-Latino-América onde é escrito: *Este jornal é meu revólver e o meu sorriso.* Destacamos nessa edição o conto *Tião Tião*[158]*,* escrito por Neusa Maria, uma breve nota sobre a *Imprensa Negra,* onde é noticiado que "pouco tempo antes de *Versus* abrir suas páginas Afro-Latino-América, editava-se no Rio de Janeiro o jornal *Sinba***,** uma voz que nos parece bastante séria"[159].

O processo pelo qual se deu o fim da escravidão negra também é discutido em *Versus*. No artigo *13 de maio ou 1º de abril* assinado por Hélio Santos, professor da faculdade Oswaldo Cruz, é discutida a questão da lei áurea, e a inserção do negro na sociedade. Sua avaliação é que:

> A lei áurea, neste contexto, deve ser considerada de função dupla: aboliu a escravidão por um lado e instituiu a servidão por outro. Somente após, pelo menos, uma geração o descendente de escravos vendia sua força de trabalho fora do esquema absolutamente servil.[160]

As relações entre o continente africano e a América Latina é constantemente explorada nas páginas do jornal. No número 15, outubro de 1977, é publicada a história em quadrinho *Lição de liberdade*[161]*,* realizada por Claudius, nela é narrada a história de Guiné-Bissau desde antes da chegada dos colonizadores até o processo de independência liderado por Amílcar Cabral. O centro da HQ é o modelo escolar colonialista que estruturaria uma sociedade de classe e a necessidade de superar esse modelo aos moldes das elaborações de Paulo Freire.

Assim, acreditamos que há uma circularidade no debate sobre a condição dos negros no continente africano e na América Latina. Ao mesmo tempo que a publicação tenta inserir o Brasil na discussão internacional, ela apresenta a discussão internacional ao público brasileiro. No artigo *Democracia racial: mito ou realidade?*[162] Abdias Nascimento argumenta que o país se apresenta no âmbito internacional como a única democracia racial do mundo, no entanto, ao se avaliar mais de perto sua história e estrutura social se constata que é extremamente racista

158 PEREIRA, Neusa Maria. Afro-latino-américa. Tião Tião. *Versus*, n°.13, ago./set. 1977, p.31-32.
159 *Versus*. Afro-latino-américa. Imprensa negra. *Versus*, n°.13, ago./set. 1977, p. 33.
160 SANTOS, Hélio. Afro-latino-américa. 13 de maio ou 1o. de abril?. *Versus*, n°.14, set. 1977, p. 26-27.
161 CLAUDIUS. Lição de liberdade. *Versus*, n°.15, out. 1977, p. 35-41.
162 NASCIMENTO, Abdias do. Democracia racial: mito ou realidade?. *Versus*, n°.16, nov. 1977, p. 40-41.

e perigosa para a população negra. O texto de Abdias teve continuidade no número seguinte e nele é discutido que a proposta para a população negra era o genocídio, seja através da violência ou pela implementação de políticas de embranquecimento da população, como o Brasil fez no final do século XIX.

Nas páginas de *Versus* também foi discutida a situação dos negros nos Estados Unidos da América. No artigo *Onde estão os Panteras*[163], Neusa Maria constata o papel da repressão desencadeada pelo FBI no desmantelamento do partido dos Panteras Negras. Mas também localiza uma crítica a organização que ao assumir uma postura ultraesquerdista teria se afastado da massa negra facilitando o trabalho da repressão. As consequências deste processo foi a falta de representação política dos negros e o aumento da sua miséria social, agravada pela crise econômica.

Versus buscou inserir o negro no debate político, no entanto, essa discussão se deu combinada com outra identidade a de classe trabalhadora. Essa combinação se deu de várias formas desde o texto sobre a mulher negra na sociedade brasileira até o modo pelo qual apresentou o líder camponês negro Júlio Santana: "A morte anônima de Júlio Santana que liderou muitos movimentos dos trabalhadores dos campos de Pernambuco, tendo como única escola os canaviais e como caneta a enxada".[164]

Outro marco da seção Afro-latino-América é a sua adesão ao projeto da criação de um partido socialista que estava sendo desenvolvido através da CS. Nessa discussão a seção também travou uma polêmica com setores que propunham organizar os negros, mesmo os socialistas, de forma independente dos brancos e contra as propostas social-democratas que eram veiculadas naquele momento. Em uma nota da redação, a equipe afirma:

> O Partido Socialista defendido por Afro-Latino-América *Versus* não é ligado à Socialdemocracia. Buscamos, com nossa participação no movimento pela Convergência Socialista, levar as lutas específicas do negro, e ao mesmo tempo, a criação de um Partido dos Trabalhadores, que lutam por sua emancipação. A leitura atenta do noticiário dos jornais indica, ao contrário, que os representantes da Socialdemocracia na Europa aproximam-se claramente dos setores burgueses, representados por aqueles que, no Brasil, combatem

163 PEREIRA, Neusa Maria. Afro-latino-américa. Onde estão os panteras?. *Versus*, n°.20,abr./maio 1978, p. 41-42.

164 *Versus*. Afro-latino-américa. O líder negro dos canaviais. *Versus*, n°.18, fev. 1978, p. 39.

uma alternativa de classe.[165]

Essa disputa política se combinava com outra necessidade, a de unificar os movimentos que representavam a comunidade negra. Essa proposta é feita dentro de um marco mais geral, onde é avaliada a situação internacional e nacional e coloca em destaque que a luta contra as opressões deve se combinar com a luta contra a exploração. Ao propor essa unificação Hamilton Bernardes avalia:

> Sem dúvida, o Movimento Negro não é algo isolado do conjunto de manifestações de massas. Dele se alimenta, alimentando-o, participa de suas vitórias e de suas derrotas. E sofre com os seus desvios. É preciso, portanto, estar atento a tudo que vem ocorrendo no Brasil e no mundo. As aberturas que se anuncia que concretizam nas lutas travadas nos diversos níveis da sociedade; nas greves do ABC e de Osasco (em São Paulo) e no próprio crescimento que o movimento negro vive nos dias atuais. E não podemos perder de vista ainda as lutas africanas por libertação popular [...] Compreender, também, como o Brasil quer e como poderá se comportar, neste contexto, diante das lutas travadas, tanto a nível interno. Em outras palavras: precisamos começar escrever – fazendo - a história atual do Brasil. Uma história negra que há muito vem sendo embranquecida. [...] Portanto um Movimento Negro unificado é, hoje, a única forma responsável de trabalhar no sentido de responder aos anseios das populações negras. [166]

Assim, o número 23, julho de 1978, trazia a manchete: *os negros estão nas ruas.* A capa tratava do ato que ocorreu nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978. Nele foi lançado publicamente o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, posteriormente denominado MNU. Participaram do ato mais de mil pessoas e foram distribuídas cinco mil cartas abertas. A avaliação de *Versus* é que aquele era um dia histórico para a comunidade negra. Como escreveu Neusa Maria: “Naquela noite, deixamos claro para toda a sociedade que não mais nos calaremos frente aos crimes e à violação de nossos direitos de cidadãos a que estamos submetidos desde o dia em que pisamos nas terras brasileiras.”[167]

Esse acumulo de forças permitiu ao movimento pautar o processo eleitoral de 1978. A discussão começa por apontar que teria muitos candidatos negros cooptados pelo sistema racista e que esses não representariam a comunidade

165 *Versus*. Afro-latino-américa. *Versus*, n°.19, mar./abr. 1978, p. 42.
166 CARDOSO, Hamilton Bernardes. Afro-latino-américa. Alguns potinhos. *Versus*, n°.22, jun./jul. 1978, p. 38.
167 PEREIRA, Neusa Maria. Afro-latino-américa. O sete de julho. *Versus*, n°.23, jul./ago. 1978, p. 34-35.

negra. Desta forma, o MNU teria que apoiar candidaturas negras que tivessem como programa as liberdades democráticas, liberdade de organização e expressão dos negros, liberdade de organização partidária e a luta contra a discriminação racial. Aponta também que as condições sociais do negro, tais como: marginalização, subemprego, opressão e a violência policial não teria solução dentro do sistema capitalista, sendo necessário ter como horizonte o socialismo[168].

Figura 16 – Capa *Versus,* número 23, 1978.

Versus também publicou uma série de perfis de personalidades e lideranças políticas negras, tais como: *God Bless You, Mr. King*[169] onde é narrada a trajetória de Martin Luther King Jr até seu assassinato em abril de 1968 e o discurso de Malcolm X intitulado *Por Minha Própria Boca, Por Minha Própria Mente*[170]. O jornal também apresentou Tereza Santos, ativista brasileira que foi presa pela Ditadura Militar em 1970, por ter relações com o PCdoB. Após sua soltura partiu para o exílio no

168 Maria, Wanderlei José. Mudem de estação: Queremos um programa!, *Versus*, nº 24, set. 1978, p. 40.

169 Franklin, John Hope. *God Bless You, Mr. King, Versus*, nº 31, abr. 1979, p. 42.

170 X, Malcolm. Por Minha Própria Boca, Por Minha Própria Mente, Malcolm X, Trad. W. Duarte, *Versus* 32, jun. 1979, pp. 41-42.

continente africano. Além do perfil é publicado uma série de entrevistas onde Tereza Santos avalia o processo de independência de Angola, Guiné-Bissau e narra suas experiências, dentre elas, o trabalho de alfabetização que desenvolveu naqueles países.[171]

Afro-Latino-América buscou discutir a situação dos negros de forma circular, não se detendo nas fronteiras geográficas do Brasil ou da América Latina. Desta forma, contribuiu para trazer ao debate político - sobre os rumos que o Brasil deveria seguir - um dos contingentes sociais mais marginalizados, ou seja, os negros. A opção adotada passou pela valorização do negro através da arte, da cultura e da beleza negra, mas também passou por afirmar o conteúdo de classe que deveria pautar a luta dos negros, colocando como horizonte o socialismo, que era apresentado como sendo a união de todos os explorados e oprimidos. A presença do continente africano nas páginas de *Versus,* além cumprir uma função histórica e de identidade cumpriu um papel de empoderamento, de colocar a possibilidade de enfrentar um sistema opressor por mais séculos que ele tenha.

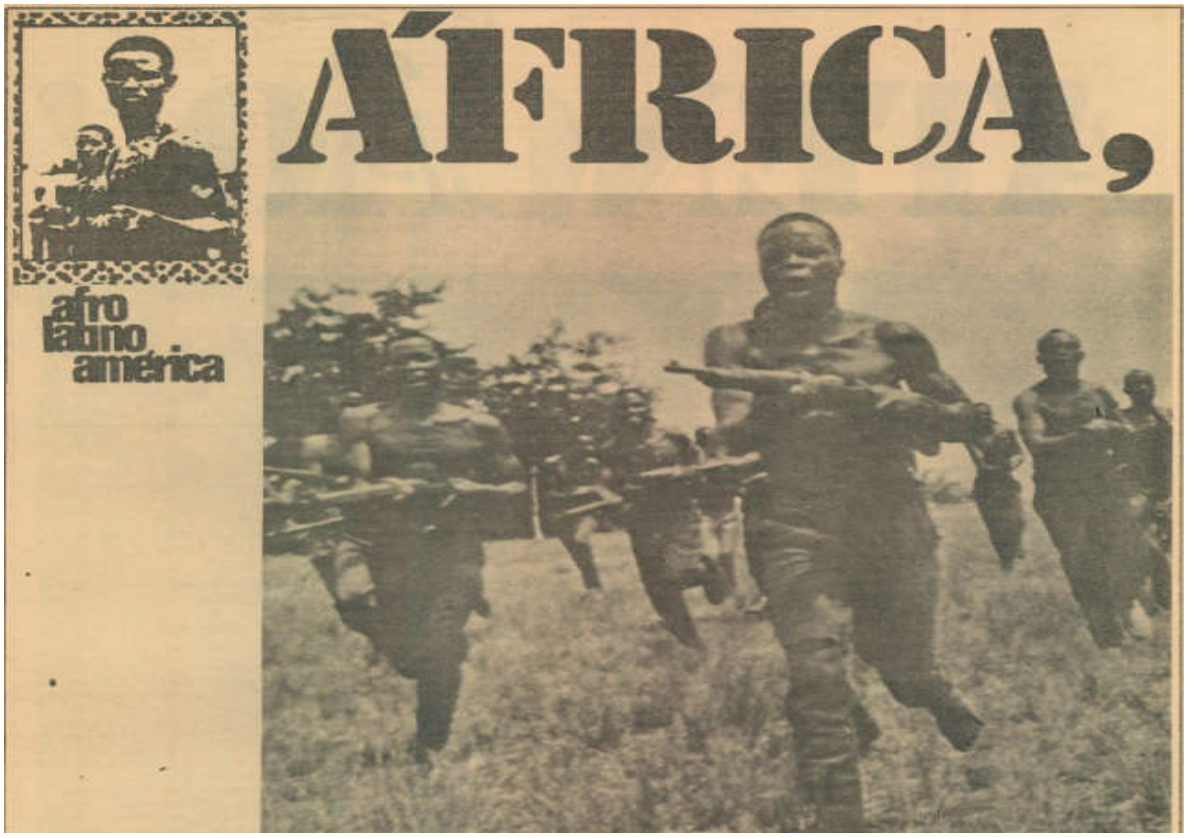


Figura 17 – Recorte, *Versus*, número 30, p. 37, 1979.

171 *Versus*, As raízes de Tereza Santos, *Versus*, nº 28, Jan. 1979, p. 42; Idem, *Versus*, nº 29,fev. 1979, pp. 42-43; Idem, *Versus* 30, mar. 1979, pp. 41-43.

4.3 O Brasil em pauta

A exemplo da abordagem sobre a América Latina, o espaço destinado aos temas nacionais fora marcado no começo da publicação por um tom carregado, sendo que a morte era um denominador comum. A matéria *Nós vivemos na morte*[172] aborda as péssimas condições e maus tratos dispensados aos pacientes psiquiátricos do Hospital Raul Soares, em Minas Gerais. O texto faz uma denúncia sobre a existência de um esquema de venda de cadáveres para as faculdades de medicina, que cobrava 500 cruzeiros por corpo, e levanta a suspeita de que para atender a demanda eram praticados, inclusive, assassinatos.

Essa reportagem dialoga com a entrevista realizada com Michel Foucault[173], onde foram abordados os temas: hospícios, sexualidade e prisões. O enfoque da entrevista é a questão do poder e a abordagem que o filósofo francês faz a respeito da historicidade desses temas. Desta forma, se discutiu como a questão da loucura só foi objeto da medicina em tempos mais recentes da história humana. Na entrevista também é discutido qual a contribuição que o movimento da antipsiquiatria estava fazendo para rever o papel do "louco" na sociedade.

Mas o tema com maior destaque foi a questão indígena e o avanço da fronteira agrícola sobre a floresta amazônica. *A igreja das selvas*[174] é uma entrevista com padre Antônio Iasi, onde é tecido um panorama do trabalho missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na área da Amazônia. Nela é feito um balanço histórico do que foi o processo de catequização dos índios e as mudanças realizadas na postura da Igreja. Iasi também faz um panorama do trabalho na América Latina, onde é apontada a precariedade da situação indígena. O entrevistado afirma que a Igreja assumiu a postura de defesa das terras e uma relação de respeito pelas tradições dos povos originários.

No número seguinte, *Vozes da Selva*[175] de Omar de Barros Filho relata a reunião que ocorreu na cidade de Meruri, no estado do Mato Grosso, em setembro de 1975, quando várias lideranças de tribos indígenas se encontraram para tratar de

172 GUIMARÃES, Durval Campos. Necrotério Raul Soares. *Versus*, n°.01, [out./nov.] 1975, p.24-29.
173 ALMEIDA, Mauro W. B. de; FAERMAN, Marcos; FOUCAULT, Michel; MORENO, Rachel; SCHNAIDERMAN, Regina; TAFAREL, Marilsa. Hospícios, sexualidade, prisões. Trad. BOJUNGA, Cláudio. *Versus*, n°.01, [out./nov.] 1975, pp. 30-33.
174 IASI, Antônio. A igreja das selvas. *Versus*, n°.03, [fev./mar.] 1976, p.07-10.
175 BARROS FILHO, Omar. Vozes da selva. *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976, p.03-05.

questões como: a expulsão de suas terras, o trabalho escravo, o incentivo ao alcoolismo e a destruição de suas culturas. Para *Versus,* a reunião se colocava como um momento de resistência ao avanço da fronteira agrícola, questão que era ponta de lança do milagre econômico, porém isso não é explicitado na reportagem.

A temática é retomada novamente em três matérias no número cinco, junho de 1976. *Duas Cartas do Padre Rodolfo*[176] são textos do padre que foi assassinado por posseiros no estado do Mato Grosso onde atuava em defesa das terras indígenas, este pertencia a Igreja Missionária. Já *A ética da conquista*[48], de José Martí, aborda a luta do frade dominicano Bartolomeu de las Casas em defesa dos índios durante o período colonial espanhol. E *Madeira Mamoré*[177] é uma narrativa escrita por Marcos Faerman sobre a construção da ferrovia de mesmo nome, que é rememorada em entrevista com João de Deus, um dos sobreviventes da construção. A estrada de ferro estava prevista no tratado de Petrópolis que pôs fim à guerra do Brasil com a Bolívia, fruto da disputa pelo território que veio a se tornar o estado do Acre. Sua construção ficou a cargo de grupos ingleses e norte-americanos e no texto são discutidos os percalços da construção e seu alto custo humano, principalmente, suas mortes.

Já *A escuridão, o terror, o silêncio, as águas do Araguaia*[178] é uma coletânea de textos que aborda o assassinato do padre João Bosco Burnier por um policial, quando este denunciava um caso de tortura. A seleção conta com o depoimento de Dom Pedro Casaldáliga, trechos do próprio Burnier e o texto de Marcos Faerman, onde este aborda o trabalho que o sacerdote desenvolvia em defesa das populações indígenas.

Na mesma edição, número 7, *Versus* trouxe uma experiência cinematográfica em papel. O diretor brasileiro Jorge Bodanski havia produzido o filme *Iracema*[179] sobre a transamazônica. Nele Bondanski buscou apresentar ao grande publico o que era a faraônica obra, baluarte da propaganda da Ditadura Militar. Os dois personagens principais eram Tião, motorista de caminhão, e Iracema, prostituta. O filme ganhou prêmios na Europa, no entanto, foi censurado no Brasil. Segundo o

176 LUKENBEIN, Rodolfo. Duas cartas do padre Rodolfo (que viveu e morreu como um índio). *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.17.
177 FAERMAN, Marcos. Madeira Mamoré. *Versus*, n°.05, [jun./jul.] 1976, p.32.
178 A escuridão, o terror, o silêncio, as águas do Araguaia.... *Versus*, n°.07, [dez./jan.] 1976, p.11-13.
179 BODANSKI, Jorge; LEÃO, Jayme. Iracema. *Versus*, n°.07, dez./jan. 1976, p.21-26.

editor, Omar de Barros[180], ele e o crítico Jean-Claude Bernardet assistiram ao filme numa representação diplomática da Argélia, no Rio de Janeiro. Omar transcreveu todas as falas do filme e apresentou ao ilustrador Jayme Leão que confeccionou a história em quadrinhos que foi publicada no jornal.

A equipe do jornal enxergou no trabalho desenvolvido pela Igreja Católica um ponto de apoio e de troca na denúncia dos efeitos negativos do que seria o projeto econômico do regime, apresentado como o Brasil Grande. Em depoimento Dom Tomás Balduíno[181] discute o papel da igreja na proteção das populações indígenas, e o mesmo aponta que: "Nossa visão, no CIMI, é de que o índio deve ser o autor de seu próprio futuro, e protagonista de sua luta". E na mesma edição é publicado o documento[182] do primeiro encontro pan-amazônico da pastoral indígena. Essa relação com a Igreja Católica se mantém e a partir do número 22 o jornal passa a publicar a seção *Alvorada - Prelazia de São Félix*, reproduzindo textos publicados pelo jornal *Alvorada,* ligado à Igreja, onde o tema central era a disputa pela terra envolvendo posseiros e fazendeiros no estado do Mato Grosso. Os textos de *Alvorada* foram publicados até o final da publicação.

A questão amazônica ainda foi discutia em mais dois momentos pelo jornal. Em *Amazonas Século XX*[183] de Márcio de Souza é abordada a história da região durante o século XX, que vai desde o ciclo da borracha até a constituição da zona franca de Manaus. Esse processo é descrito pela ótica da dependência econômica que se vinculava diretamente ao mercado internacional. Já na entrevista com Fernando Henrique Cardoso, *Por que esse livro sobre a Amazônia?*, a Amazônia é apontada como espaço importante dos anos 70, justamente por causa da transamazônica. Ao responder à pergunta que dá título à entrevista Cardoso aponta que: "Esta articulação possui enorme interesse teórico (pois mostra como a superexploração pode, em condições dadas, combinar-se com as formas mais avançadas de capitalismo)."[184]

---

180 Entrevista ao autor em 9/03/2018, via teleconferência.

181 BALDUÍNO (Dom), Tomás. Este povo veio para ser o sal, o fermento e a luz.... *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 16-18 .

182 *Versus*. As igrejas da amazônia prometem, *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 17-18 .

183 SOUZA, Márcio. Amazonas século XX. *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 25-29.

184 CARDOSO, Fernando Henrique. Responda escritor. CARDOSO, Fernando Henrique e MÜLLER, Geraldo. "Amazônia: expansão do capitalismo". São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977.. *Versus*, n°.14, set. 1977, p. 03.

Mas *Versus,* não tratou somente da região amazônica, os interiores do país eram temas recorrentes. Em forma de ensaio Paulo Ramos escreveu *Lutas, correrias, entreveros e sonhos loucos de Giuseppe Garibaldi*[185], que narra a trajetória de Garibaldi pelo Brasil, Uruguai e seu retorno à Itália, onde participou do processo da unificação daquele país. O ensaio é complementado por comentário de Paulo de Tarso sobre a conjuntura política e econômica brasileira que permitiu a revolução farroupilha.

Na mesma edição, número 6, também saiu a entrevista *Glauber Rocha: eu e o cinema (fotogramas de uma vida)*[186], realizada por Mário Augusto Jakobskind, onde o cineasta afirma que a proposta do cinema novo era de dominar o mercado brasileiro e combater a dependência política, econômica e cultural na qual o país estava inserido. Nela, Glauber Rocha também afirma que fazia um cinema terceiro mundista, e que esse modelo teria similares em vários países da América Latina e no continente Africano.

Já a edição de número 8, fevereiro de 1977, trouxe em destaque a questão da terra, apresentada em forma de especial chamado *O Ciclo da Terra*. Na apresentação o jornal se questiona:

> Onde estão as raízes de nossa gente? Quem são eles, os heróis sem nome, sem rosto? Gaúchos a pé, índios, garimpeiros, seringueiros, tropeiros, os homens das ruas e dos edifícios de São Paulo? Eis o Ciclo da Terra. Histórias de nossa gente. De quem é a mão que busca a seiva da terra e da árvore? Quem recebe o invasor numa praia perdida no tempo? O que canta o velho pajador no pampa? Quem percorre os caminhos nas montanhas? Quem vive nossa história?[187]

Na tentativa de responder a essas questões foram publicadas várias matérias, aqui apresentaremos algumas. A primeira delas foi o *Memorial do Gaudério*[188] de Paulo Barros. O texto assume a forma de depoimento do gaudério, João Batista Cavalheiro do Amaral, que fala da sua falta de recursos e rememora "causos" e episódios de sua vida. O texto também trata da situação de abandono em que se encontravam as antigas missões jesuíticas no Rio Grande do Sul.

---

185 RAMOS, Paulo. Lutas, correrias, entreveros e sonhos loucos de Giuseppe Garibaldi. *Versus*, n°.06, [out./nov.] 1976, p.06-07.

186 JAKOBSKIND, Mário Augusto; MENDES, Toninho; ROCHA, Glauber. Glauber Rocha: Eu e o cinema (fotogramas de uma vida). *Versus*, n°.06, [out./nov.] 1976, p.15-18.

187 O ciclo da terra. *Versus*, n°.08, [fev./mar.] 1977, p.03.

188 BARROS, Paulo. Memorial do Gaudério. *Versus*, n°.08, fev./mar. 1977, p.04-05.

O texto de Júlio Prado, *Arraial dos Tropeiros*[189], apresenta o processo de ocupação dos sertões no estado de Minas Gerais, sua evolução civilizacional e a expulsão dos mais necessitados. Já *Enterrem meu coração no delta do Amazonas*[190] de Paulo Ramos é um ensaio sobre a exploração da floresta para extração de látex e o uso da terra para plantação de pasto para o gado. O autor relata as consequências para as populações indígenas, dentre elas o extermínio e a escravização.

Já a reportagem de Luiz Egypto, *A borracha, a selva, os heróis sem nome*[191], aborda os soldados da borracha, em sua grande maioria nordestinos, sendo estes um outro expressivo contingente populacional que sofreu com o avanço civilizacional sobre a Amazônia. A mobilização dessas pessoas se deu pelo processo de alistamento forçado durante a II Guerra Mundial. Egypto relata as péssimas condições de trabalho e a exploração dos seringueiros e trata da questão da pirataria botânica que colocou fim ao predomínio da região na produção de borracha durante o século XIX. A sequência dos textos coloca em evidência o custo humano do desenvolvimento e do avanço civilizacional, assim como os interesses econômicos e as ações dos países imperialistas na região.

Outro assunto que se destacou no número 8 foi a questão atômica brasileira. O tema foi abordado em texto de Marcos Faerman e em entrevista realizada por Rui Veiga com o jornalista Bernardo Kucinski. Em *Segredos atômicos do Brasil*[192], reportagem escrita pelo editor de *Versus,* é abordada a luta do almirante brasileiro Álvaro Alberto para que o país explorasse seu potencial atômico e mineral, nele é narrada a viagem do militar à Alemanha do pós-guerra e as pressões dos EUA para impedir um acordo nuclear entre o Brasil e o país germânico. O texto também aborda a exploração semilegal dos minerais atômicos nacionais que alimentavam as centrais norte-americanas.

Já a entrevista com Bernardo Kucinski, *Uma análise do atual acordo Brasil-Alemanha*[193], discute os bastidores do acordo nuclear firmado entre os dois países e

189 PRADO, Júlio. Arraial dos Tropeiros. *Versus*, n°.08, fev./mar. 1977, p.05.
190 RAMOS, Paulo. Enterrem meu coração no delta do Amazonas. *Versus*, n°.08, [fev./mar].1977, p.06-07.
191 EGYPTO, Luiz. A borracha, a selva, os heróis sem nome. *Versus*, n°.08, [fev./mar.] 1977, p.10.
192 FAERMAN, Marcos. Segredos atômicos do Brasil. *Versus*, n°.08, [fev./mar.] 1977, p.12-15.
193 KUCINSKI, Bernardo; VEIGA, Rui. Uma análise do atual acordo Brasil-Alemanha. *Versus*, n°.08, fev./mar. 1977, p.15.

como, dentro do jogo de controle de armas atômicas no cenário internacional, este pacto representou um aumento da dependência externa brasileira. Um dos fatores seria o comprometimento de boa parte de nossas reservas minerais com os alemães. Importante ressaltar que essa é a primeira abordagem direta de um tema de relevância da política nacional nas páginas de *Versus.*

A edição de número 8 é uma das edições mais importantes da história de *Versus*, pois a partir dela começa o que chamamos de politização do jornal. Não é que *Versus* não abordasse política antes, mas tratava de forma elíptica, ou seja, a temática política se depreendia do contexto. No entanto, a partir deste momento o jornal passa a assumir o discurso político de forma direta. É o que podemos ver em uma séria de debates organizado em suas páginas. Já na edição seguinte, número 9, é publicado *Diplomacia e imperialismo*[194], entrevista de Ruy Veiga com Octavio Ianni, Francisco de Oliveira e Carlos Martins. Nela é abordada centralmente a relação com os EUA, dentro do contexto geopolítico latino-americano.

Assim, o tema dos direitos humanos, política implementada pelo presidente Carter, em relação ao Brasil é avaliada como uma forma de melhor fazer pressão sobre o governo brasileiro sobre outros temas, como o acordo nuclear. É apontada também a questão da ação pendular do imperialismo entre o imperialismo esclarecido (direitos humanos e democracia) e a política do “big stick” (golpes e intervenções). Ambas buscando manter a hegemonia dos EUA no ocidente. Assim, aplicariam de forma seletiva, a depender do caso. Oliveira argumenta que a política de Carter só teria efeito se afetasse o padrão de comportamento das empresas norte-americanas que atuavam no país, caso contrário não valeria de nada. O debate também aponta que a pressão dos EUA contra o acordo nuclear Brasil - Alemanha se dava em várias frentes: Europa, América Latina, etc.

O número 11, junho de 1977, traz em destaque as primeiras mobilizações estudantis pós 1968[195]. O tema é abordado em um debate entre Octávio Ianni, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Paulo Sérgio Pinheiro e Plínio Dentzein. Nele é apontado que as organizações da sociedade civil (OAB, CNBB, etc) estavam assumindo o papel dos partidos políticos. Esse seria o efeito da falta de canais de

194 IANNI, Octávio; MARTINS, Carlos Estevam; OLIVEIRA, Francisco de; VEIGA, Rui. Diplomacia e imperialismo. *Versus*, n°.09, abr. 1977, p.21-24.

195 ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de; DENTZEIN, Plínio; IANNI, Octávio; PINHEIRO, Paulo Sergio. Os estudantes. *Versus*, n°.11, jun. 1977, p. 34-39.

comunicação política. Assim, o movimento estudantil estava incorporando as pautas pré-políticas, ou seja, os direitos básicos do cidadão. Octávio Ianni aponta que:

> A Universidade foi reformada nos últimos anos com base nos Acordos MEC-USAID, com duas ou três finalidades bem explícitas. Conforme o Guillhon acentuou, transformaram a Universidade em algo articulado com o sistema econômico, principalmente industrial, em franca expansão no país desde o governo Juscelino.[196]

Já Paulo Sérgio argumenta que:

> O que me surpreende, toda vez que tento entender as manifestações estudantis, é como eles foram capazes de se articular com as reivindicações das grandes massas da sociedade. Temo estar fazendo um retrato pouco exato, mas, em 77, eles têm menos dificuldade de se colar aos anseios da população [...] A rigor as manifestações dos estudantes expressam as inquietações de vastos segmentos da sociedade civil em relação ao sentido da atividade estatal. Este desencontro entre o Estado e a sociedade civil se tornou muito mais evidente, agora, porque o modelo entrou em crise ao nível econômico e político. O Estado está atônito diante dos dilemas: o petróleo, a dívida externa e a inação, que estão criando problemas que o Estado brasileiro não está conseguindo resolver, a partir do modelo adotado.[197]

A discussão sobre a universidade teve continuação no número 12, agosto de 1977, participaram do debate *Universidade, cultura e dominação*[198] os professores Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Motta e José Resende. O debate centra-se no papel social e político da universidade que adotou um modelo que visava a formação de mão de obra para atender um mercado de trabalho. Desta forma, Bosi argumenta que: “o ensino técnico-profissional é uma válvula de escape das tensões sociais descoberta pelos governos centralizadores. Então, apartam-se do grupo dominante letrado todos aqueles que deverão trabalhar na indústria ou na burocracia”. Já Resende pondera que a massificação do ensino superior ajudaria a classe dominante ao produzir profissionais, mas também poderia ajudar a oposição ao possibilitar o aumento dos intelectuais de resistência.

Os debates com intelectuais tiveram um importante espaço em *Versus*. O número 15, outubro de 1977, abordou a formação de novos partidos políticos no Brasil. Participaram do debate a professora Maria do Carmo Campelo de Souza e

---

196 Idem.
197 Ibidem.
198 BOSI, Alfredo; MOTA, Carlos Guilherme; REZENDE, José. Universidade, cultura e dominação. *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 37-41.

Francisco Weffort, a discussão foi coordenada por Omar de Barros e Paulo Venceslau. *E se os partidos fossem livres*[199] aborda a crise pela qual passava os dois partidos legais, com as disputas internas e por não conseguirem fazer a ponte entre o estado e a sociedade. Os debatedores argumentam que é deste fato que surge a necessidade da ampliação dos partidos, sendo que, a própria burocracia estatal já era diversa e precisava de apoio externo. Ainda são abordados temas como: o nacionalismo, a necessidade de melhorar a distribuição de renda e a democratização da política. A viabilidade de um partido socialista também é abordada, sendo apontado que haveria uma competição com um possível partido herdeiro do trabalhismo.

Na edição de número 16, novembro de 1977, Francisco Oliveira escreveu o artigo *Que há de novos nos céus, além dos aviões de carreira?*[200] Nele o autor realiza uma análise de conjuntura, onde aborda o fim do milagre econômico e o restabelecimento do debate político público, o fortalecimento do partido de oposição e suas contradições, como também a necessidade de formação de novos partidos que seriam representantes das várias posições políticas existentes na sociedade.

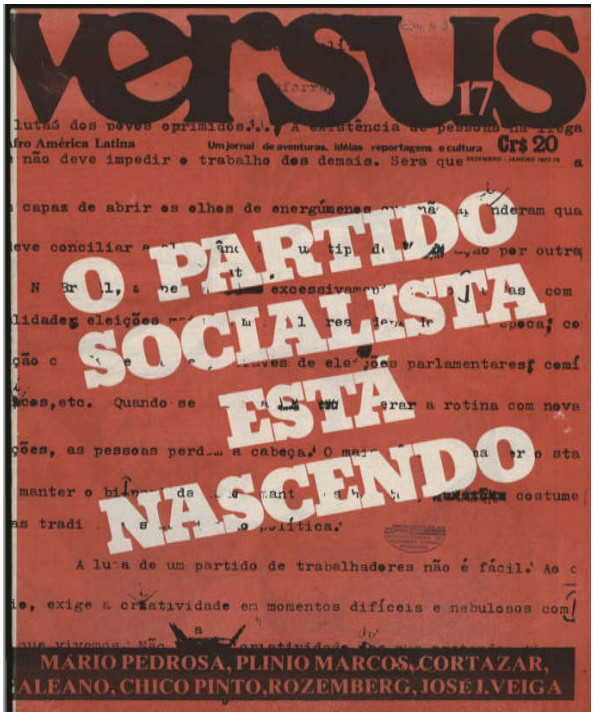


Figura 18 – Capa de *Versus,* número 17, 1977.

199 BARROS FILHO, Omar; SOUZA, Maria do Carmo Campello de; VENCESLAU, Paulo; WEFFORT, Francisco C.. E se os partidos fossem livres?. *Versus*, n°.15, out. 1977, p. 03-05.

200 OLIVEIRA, Francisco de. Que há de novo nos céus, além dos aviões de carreira?. *Versus*,n°.16, nov. 1977, p. 10-11.

Com esse acumulo de debates e análises políticas realizadas em suas páginas, a equipe de *Versus* decidiu se engajar na batalha política pela criação de um partido socialista. Esse engajamento é publicizado no número 17, dezembro de 1977, quando o jornal traz como destaque de Capa *O Partido Socialista está nascendo.* O editorial desta edição aponta que:

> Nos meios políticos e culturais de todo o País está colocada na ordem do dia a questão da criação de um Partido Socialista voltado para os trabalhadores, não burocrático e democrático. A discussão não é de hoje. Mas cresceu nos espaços abertos no País pela crise institucional, pelo debate, pelo enfraquecimento dos segmentos do poder interessados num congelamento da situação nacional. E pela crise da oposição.
> *Versus* considera estes temas como diretamente ligados a todas as suas preocupações. Surgimos como um novo espaço de discussão, pensando a questão continental e defendendo a Ideia da cultura como forma de ação. A partir de nosso número 7, assumimos a linguagem e o pensamento sociológico. O número 14 de *Versus* é um novo marco: Almino Alfonso, ex-ministro do Trabalho de João Goulart, quebrou um silêncio de treze anos em nossas páginas.
> *Versus* se dispõe a integrar estas três linguagens: a da cultura como forma de ação, a reflexão sociológica e a discussão da instância diretamente política. Neste ponto, privilegiamos, agora, o tema dos partidos políticos. Em São Paulo, Rio, Brasília e Porto Alegre, o dilema se coloca nos meios oposicionistas: qual a forma de construir uma oposição com um programa político, social e cultural novo?[201]

Com esse editorial o periódico se lança completamente à disputa política, partindo de uma avaliação de que a situação política do país estava em rápida transformação e que o jornal ao encampar o projeto de um partido socialista ajudaria a aprofundar e a apresentar soluções para esse processo. Esta edição trouxe três matérias que discutiam a questão política nacional. A primeira delas é uma entrevista de Omar de Barros e Paulo Santilli com Chico Pinto[202], a entrevista traça a origem do grupo dos autênticos do MDB e as primeiras discussões superestruturais para a criação de um novo partido, aborda a situação institucional, o pacote de abril, e as idas e vindas no MDB e os limites da sua atuação. Coloca como programa para o novo partido a expropriação dos meios de produção e não a simples gestão do estado.

Em *O dilema dos autênticos*[203] de José Álvaro Moisés é abordada a crise do

---

201 *Versus*. s/título. *Versus*, n°.17, dez./jan. 1977, p. 03.
202 BARROS FILHO, Omar; PINTO, Chico; SANTILLI, Paulo. Chico Pinto: Pelo Partido dos Trabalhadores. *Versus*, n°.17, dez./jan. 1977, p. 04-06.
203 MOISÉS, José Álvaro. O dilema dos autênticos. *Versus*, n°.17, dez./jan. 1977, p. 07-08.

regime e ações da oposição contra as tentativas de institucionalização do regime com a incorporando das leis de exceção à constituição. O autor também discute se o partido socialista não seria uma reprodução da social-democracia no país e a possibilidade do novo partido incorporar o trabalhismo. Já *A bionocracia*[204] é uma entrevista de Maria Cristina e Neusa Maria com Fernando Henrique Cardoso. Nela Cardoso aponta a distensão do regime como uma democracia restrita, discute a possibilidade do surgimento de um partido dos trabalhadores, a questão da democracia como um valor universal, e a questão dos arcos de alianças políticas. Aborda também a necessidade de se rever as formas de fazer política da esquerda. Sobre a questão se deveria ser criado um partido socialista ou um novo PTB, Cardoso argumenta que:

> Depende. O que eu acho básico é evitar as tendências que podem perturbar a formação do que eu chamo de um bloco político em defesa dos assalariados. Essas tendências são a da criação de um partido de Intelectuais de mãos puras, Ideologicamente Integro, mas sem povo que o apoie e, no outro lado um partido populista, sem Ideologia, clientelístico, que representa a repetição, do lado da oposição, do estilo de partido de clientela que o governo está montando. Hoje é difícil o populismo, porque não existem mais os setores do aparelho de estado à disposição dos líderes populares. Mas, um arremedo disso poderia ser tentado e dificultaria a formação de um partido verdadeiramente enraizado no interesse dos assalariados.

Assim, o número 18, fevereiro de 1978, trouxe na capa as manchetes: *PTB – Os Planos de Brizola* e *A luta pelo PS*, essa edição vai acentuar a abordagem de *Versus* sobre a política nacional. Em seu editorial constata que:

> ao nível de nosso país, as tarefas de *Versus* eram frustrantes. Era preciso ganhar em clareza, aprofundar nossas análises, solidificar o pensamento de nossa redação, para, de uma forma mais correta, ao menos, sermos mais úteis aos nossos leitores e - que diabo! - ao nosso povo. Evoluímos neste sentido gradativamente, com a ajuda de nossos amigos que atuam nas áreas de sociologia e política, em São Paulo, principalmente, e que muito contribuíram com *Versus*. *Versus* pensou dois anos as lutas dos índios, a questão da Universidade e do Poder, o movimento estudantil, a vida dos trabalhadores, imperialismo cultural, e muitas questões mais. A quebra da unidade nos grupos dominantes não nos encontrou paralisados. *Versus* estava aberto ao que acontecia nas ruas e nos palácios.[205]

---

204 CARDOSO, Fernando Henrique; PEREIRA, Neusa Maria; RIBEIRO, Cristina. A bionocracia. *Versus*, n°.17, dez./jan. 1977, p. 09-10.
205 *Versus*. s/título. *Versus*, n°.18, fev. 1978, p. 02.

E ao constatar essas debilidades a equipe de *Versus* afirma que:

> É aí que nascem nossas transformações. *Versus* que Inicialmente estava completamente voltado para a CULTURA COMO FORMA DE AÇÃO, assumiu o discurso político. E passou não só a discutir profundamente a Conjuntura Nacional, suas opções, como também a se identificar com as correntes que entendem que só há uma maneira de construir uma democracia para nosso povo: pela construção de um Partido Socialista. É neste sentido que estamos fornecendo aos nossos leitores as importantes entrevistas de Almino Afonso e de Edmundo Moniz. Dentro de nossa visão democrática, publicamos ainda, uma crítica ao PS, de Carlos Alberto Dória. E começamos a pensar a questão do trabalhismo, para onde se voltam algumas raposas oficialistas, mas principalmente setores importantes da oposição democrática. Assim, *Versus* pretende definir cada vez mais claramente suas ideias, sem deixar de estar aberto ao debate que estamos estimulando. E debate não se constrói - assim como um verdadeiro Partido Socialista - sem discussão e respeito pelas várias tendências populares.[206]

Destacamos essa edição porque nela aparece pela primeira no expediente de *Versus* o nome de Jorge Pinheiro, jornalista, membro da direção da LO. O artigo de Marcos Faerman sobre *Os Planos de Brizola*[207] trata do novo trabalhismo que buscava se vincular à II Internacional, apresentando-se como uma corrente social-democrata no Brasil. A refundação da corrente teria como base o testamento de Getúlio Vargas e a referência seria o trabalhismo do Rio Grande do Sul que seria diferente do resto do país, pois, naquele estado teria base real e não só uma figura populista. Já o artigo de Vitor Vieira, *O Piá e o Mussum*[208], relata a disputa do setor jovem do MDB no Rio Grande do Sul contra o ”peleguismo“ do antigo PTB e sua adesão a corrente que defendia a criação do partido socialista.

No número 18 também é apresentada a *Plataforma Socialista para o Brasil*[209], exposta por Almino Afonso. Na introdução é colocado que o regime estava fazendo água, sendo um indício a ruptura de um setor do empresariado com o regime. O autor defende juntar no mesmo partido: trabalhistas, socialistas e cristãos de esquerda, com ampla participação popular. Almino também defende uma via eleitoral para o socialismo, que deveria ter um caráter nacional. Essa edição teve mais de um terço de suas páginas dedicadas a discussão sobre os novos partidos.

---

206 Idem.

207FAERMAN, Marcos. Os planos de Brizola. *Versus*, n°.18, fev. 1978, p. 03-05.

208VIEIRA, Vitor. O Piá e o Mussum (A luta dos jovens da tendência socialista do RGS), *Versus*, n°.18, fev. 1978, p. 06.

209AFONSO, Almino. Plataforma socialista para o Brasil. *Versus*, n°.18, fev. 1978, p.10-12.

Para representar a CS dentro da equipe de *Versus* foi indicado Júlio Tavares, membro da direção da LO. Ele aparece no expediente pela primeira vez no número 20, abril de 1978. Na ocasião assina o artigo *Rumo ao PS - A Convergência Socialista explica seus objetivos*[210], o texto aborda a trajetória das reuniões pela formação do PS e busca responder as críticas de que a CS estaria rompendo a frente democrática. O autor também busca se diferenciar da social-democracia e denúncia os setores da oposição brasileira que estavam dialogando com a social-democracia europeia. No mesmo número saiu o artigo de Jorge Pinheiro, *Por que tanta confusão? PS e social-democracia*[211], onde Pinheiro busca dar explicações de fundo para se diferenciar de uma proposta social-democrata, como também do trabalhismo, apontando os erros possíveis das duas vertentes, um dos argumentos centrais é que elas acabavam com a independência da classe trabalhadora.

Ainda nesta edição foi publicada duas importantes entrevistas. Uma de Mário Augusto Jakobskind com os deputados Edson Khair, Alves de Brito e Francisco do Amaral. Nela se discute se é o momento oportuno para o lançamento do partido socialista e o esgotamento do MDB como espaço para frente democrática[212]. A segundo entrevista é de Eric Nepomuceno com Moniz Bandeira, diretamente de Madrid na Espanha. O entrevistador questiona Bandeira: *Um novo PTB?* E o entrevistado faz a defesa do projeto contra os ataques sofridos e responde que:

> O PTB, ressurgindo, deverá se definir hoje como um partido socialista e democrático, com um programa máximo, que visaria à mudança do modo de produção, e um programa mínimo, democrático e anti-monopolista. [...] Esse PTB deverá se configurar como partido dos assalariados - mas aberto a elementos de outras camadas sociais das classes médias e mesmo da burguesia - desde que aceitem seu programa socialista.[213]

A Frente Nacional pela Redemocratização, articulada por Severo Gomes e liderada pelo General Euler Bentes, foi a pauta do editorial do número 22, junho de 1978. O texto é assinado por Jorge Pinheiro e aborda o movimento grevista do ABC paulista, que ocorreu em maio daquele ano, e o surgimento da FNR. O autor

210 TAVARES, Júlio. Rumo ao PS. A Convergência Socialista explica seus objetivos. *Versus*, n°.20, abr./maio 1978, p. 04.

211 PINHEIRO, Jorge. Por que tanta confusão? PS e Social-democracia. *Versus*, n°.20, abr./maio 1978, p. 06-07.

212 AMARAL, Francisco; BRITO, Alves de; JAKOBSKIND, Mário Augusto; KHAIR, Edson. O socialismo na Tribuna. *Versus*, n°.20, abr./maio 1978, p. 05.

213 BANDEIRA, Moniz; NEPOMUCENO, Eric. Um novo PTB?. *Versus*, n°.20, abr./maio 1978, p. 08-09.

assinala o fato dela ser composta por várias frações da burguesia, tendo inclusive a possibilidade de ser apoiada pelo imperialismo. Desta forma o editorialista conclui que a postura dos socialistas perante a FNR, deveria ser:

> Desta análise fica uma conclusão: não devemos cair no sectarismo, ignorando a existência da frente como um fenômeno objetivo que nasce da situação de crise política que o país vive, nem caracterizando-a como fazem alguns grupos esquerdistas de "a outra face da ditadura". Mas também não podemos cair no oportunismo, dar nosso apoio cego e irrestrito a um projeto elaborado pela burguesia e que não garante amplas liberdades para os trabalhadores e seus partidos.[214]

Já o destaque de capa dessa edição foi um artigo de Louis Althusser com tradução de Marcos Faerman, *Duas ou três palavras (brutais) sobre Marx e Lenin*[215] trata da crise do marxismo no ocidente, o texto aponta que essa crise estava diretamente vinculada às crises do leste: China e URSS, XX congresso do PCUS, eurocomunismo, etc. Desta forma, o autor apresenta o marxismo como algo aberto, a ser construído a partir da realidade e não um sistema pronto, fechado. A crise poderia abrir espaço para discutir temas até então vedados, como as relações entre: estado e partido, partido e sindicato, luta econômica e luta política, etc. A discussão desses temas se colocaria como uma alternativa a ser adotada em contraposição ao simples discurso da burocratização da URSS sob o comando de Josef Stalin.

Essas discussões se acumulavam nas páginas de *Versus*, ao mesmo tempo em que a equipe editorial assumia um papel central na proposta de formação do partido socialista. Assim, com algum grau de surpresa na edição de 24, setembro de 1978, é publicada a carta de ruptura de sete membros do jornal, são eles: Marcos Faerman (editor e fundador do jornal), Vitor Vieira (editor-assistente e cunhado de Marcos Faerman), Mario Augusto Jakobskind (Chefe da Sucursal do Rio de Janeiro), Claudio Willer (subeditor de cultura), Cecilia Thompson (colaboradora), Isabel Rodriguez (Colaboradora), Reinaldo Cabral e Evaldo Dinis, ambos da sucursal do Rio de Janeiro.

A carta é datada de 13 de agosto de 1978 e recebeu o título *Sobre Gaviões e Passarinhos,* nela os autores fazem um resgate do que consideravam as virtudes do jornal, as mudanças na conjuntura política do país que levaram o jornal a assumir o

---

214PINHEIRO, Jorge. *Versus*, n°.22, jun./jul. 1978, p. 03-04.

215ALTHUSSER, Louis. Duas ou três palavras (brutais) sobre Marx e Lênin. *Versus*, n°.22,jun./jul. 1978, p. 29-31. Trad. Marcos Faerman.

discurso político, assim como o engajamento na construção do partido socialista através da CS. No entanto, argumentam que:

> Passaram-se meses, nós entendemos que luta pelo PS, através da chamada Convergência Socialista, chegou a um impasse. Por que a Convergência não conseguiu ficar à altura de sua proposição? Porque outros setores não aceitaram liminarmente (e nisto estavam errados) a proposta de construção de um PS? Seja como for, o isolamento da Convergência é um dado concreto, que ninguém pode ignorar.
> Mas, se a Convergência não consegue ser um polo de união dos que anseiam por um amplo partido popular, ela, por outro lado, começa a pesar cada vez mais dentro de *Versus*. A tal ponto que, não importa se de uma forma inconsciente, tornar-se um fardo a ser carregado. Lutamos dentro de *Versus* para impedir que a definição por uma posição implicasse em um empobrecimento editorial, na diluição de nossa linguagem, na politização grosseira das questões, no grupismo, na exclusão de outros setores.
> Mas, apesar deste esforço, entendemos que a intervenção de *Versus*, ao nível principalmente da questão da construção do partido popular, tornou-se repetitiva, monocórdica. Como se todo o impasse em que está a Convergência (seu isolamento) pudesse ser substituído pelas páginas do jornal. Esta é uma autocrítica diante de nossos amigos, de nossos leitores, dos companheiros jornalistas.[216]

O restante da equipe editorial publicou na mesma página uma carta resposta aos que romperam com o jornal, argumentando que a maioria deles não acompanhavam diretamente a vida da redação em São Paulo e centrando suas críticas à Marcos Faerman, apontam que:

> Há meses, a maior parte da redação sustentava que o jornal era lírico demais, épico demais, "continental" demais para a conjuntura que se abria. Apontavam para as debilidades que o latino-americanismo de *Versus* encobria. Um jornal bonito, que sabia agradar, mas que não se engajava. Lírico, mas indefinido. Um pouco o ponto de vista de Sirius. Uma imagem que refletia bem o que Marcos é - sim, porque, ninguém há de tirar-lhe isso, o jornal era corpo e alma de Marcos - bem-intencionado, progressista, sensível, bom jornalista, mas indefinido, eclético em seu marxismo cor-de-rosa desbotado. O sul-americanismo literário encobria bem essas debilidades; havia um toque de revolta e de protesto fazendo *Versus* um jornal de resistência e oposição. Porém o jornal não sujava as mãos, só se engajava na luta política brasileira indiretamente. Uma única desculpa para a redação: o cerco da repressão era grande e de algo valia essa forma de oposição: obrigava um pouco os leitores a lembrar a existência do resto da América Latina. [...]
> Ademais é difícil levar a sério as considerações políticas do antigo companheiro. Acreditar nas mágoas que diz ressentir pelo mal que a Convergência estaria causando ao *Versus*. Ou, então, temos um

216 *Versus*. Sobre gaviões e passarinhos, *Versus*, nº 24, set. 1978, p. 2.

> caso de mutabilidade política exacerbada. Há um mês Marcos aceitava ser representante da Coordenação Nacional da Convergência, pelo jornal Versus, numa reunião aberta em Porto Alegre.[217]

A Convergência Socialista também publicou uma nota na mesma edição onde aponta que o jornal *Versus* e a CS eram coisas diferentes, que alguns membros que romperam com o jornal nunca fizeram parte do movimento e outros estavam afastados, sem citar os nomes. Quanto as questões políticas a nota aponta que:

> Desde o início declaramos que não estamos lutando apenas por mais um partido popular, mas por um partido socialista de massas. Combatemos, democraticamente e fraternalmente, as posições daqueles que mesmo se dizendo socialistas lutam por um partido popular, porque cremos que isso é abrir as portas para a união com centristas, pseudo-socialistas e populistas. É fato que não conseguimos unificar todos os setores que dizem querer a construção de um Partido Socialista. A nossa proposta foi e continua sendo a da unidade. E, se não conseguimos unir todos os grupos, isso não invalida nossa proposta e nossos métodos. No entanto, não estamos isolados. [...]
> Talvez não tenhamos entre nós "Grandes personalidades", e sim, homens do povo, anônimos, que não tem nome em jornais, que não ganham grandes e confortáveis salários. São trabalhadores. E para nós, da Convergência Socialista, são os trabalhadores os únicos capazes de construir sua própria emancipação, uma alternativa socialista em liberdade.[218]

No editorial[219] desta mesma edição, número 24, é feito um resgate das lutas que vinham se desenrolando no país, é abordada a disputa entre governo e oposição sobre as reformas que estavam sendo implementadas e destaca a necessidade de aprofundamento das lutas sociais. O texto termina com um chamado a participação na convenção da CS, na qual seria lançada as bases para a construção do partido socialista.

Vale ressaltar que essa ruptura se deu em um momento bastante delicado, tanto da vida do jornal quanto da própria construção da CS. O jornal já estava sentindo os efeitos da repressão sobre sua estrutura, com "a pressão do oficialismo, o boicote dos anunciantes, os telefonemas suspeitos, as ameaças frontais, os interrogatórios de praxe"[220], como a carta de Faerman aponta. Mas essa situação tinha sido extrapolada com a prisão de alguns membros do jornal e militantes da CS

217 *Versus*. Esclarecemos, *Versus*, nº 24, set. 1978, p. 2.
218TAVARES, Júlio. Convergência Socialista Explica, *Versus*, nº 24, set. 1978, p.8.
219*Versus*. Editorial: As lutas, as reformas e o socialismo, *Versus*, nº 24, set. 1978, p.3-4.
220*Versus*. Sobre gaviões e passarinhos, *Versus*, nº 24, set. 1978, p. 2.

em Brasília, no mês de julho.

Já a CS estava para realizar o seu primeiro encontro nacional que ocorreu no dia 19 de agosto de 1978 na cidade de São Paulo. Como decorrência das ações repressivas sobre a LO desde o ano anterior os envolvidos na construção da CS também estavam na mira da repressão, dois dias após o encontro nacional foi deflagrada a operação Lótus que resultou na prisão de quase toda direção da organização.

O editorial do número 25, outubro de 1978, recebeu o título *No Olho do Furacão,* nele é discutida a carta assinada por cem lideranças sindicais que se colocavam contra os projetos de reforma apresentados pelo governo. O texto também aponta que "as recentes prisões fazem parte de uma disputa política maior, onde as autoridades do regime tentam construir uma colcha de retalhos. O objetivo é claro: atingir o general Euler e toda a oposição democrática"[221].

A edição seguinte, número 26 de novembro de 1978, traz uma história que foi tratada com certa comicidade. *Quem nos abraça?* narra a história de um delegado da cidade de Extrema, no estado de Minas Gerais, que apreendeu um número de *Versus* e mandou uma carta a redação, comunicando para não enviar mais para a leitora, pois ela não mais o receberia. Segundo relato de Omar de Barros Filho a pessoa em questão recebeu de um amigo o número e assustada com o noticiário levou a edição a delegacia para informar que não tinha nada a ver com a história[222]. A equipe de *Versus* aponta esta carta como mais uma ação da perseguição que a publicação estava sofrendo, sendo este mais um episódio de intimidação. No bojo das prisões de vários membros, *Versus* também sofria outras pressões, como aponta o texto:

> Infelizmente nossa curta história não termina aí e este número também correu sérios riscos de não sair. Desta vez o mérito cabe a receita Federal e o Doi-Codi. Após inúmeras investidas conseguiram pressionar a gráfica Afa para não mais imprimir o jornal. *Versus* 26 foi impresso. Se as ameaças, as prisões, as investigações, o arbítrio, fazem parto do cotidiano, não nos acostumamos com isto. E lutaremos, denunciaremos, gritaremos, de todas as formas possíveis para seu fim. A eficiência da burocracia e da polícia foi demonstrada. A nossa também.[223]

221 *Versus*. Editorial, No olho do furacão, *Versus*, nº 25, out. 1978, p. 2-3.
222 Entrevista ao autor, 9/3/2018.
223 *Versus*. Quem nos abraça?, *Versus*, nº 26, nov. 1978, p. 2.

Ainda destacamos, neste número, duas entrevistas. A primeira com Luiz Inácio da Silva (Lula) a respeito do III congresso dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema[224], nela se discute a necessidade da unidade sindical e a possível formação de uma central única dos trabalhadores, como também a possibilidade de criação de um partido dos trabalhadores, que se diferenciaria de um PTB. Já *Sobre as duas mortes do príncipe*[225] é uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso, Benedito Marcílio, Alberto Goldman e Júlio Tavares sobre as eleições de novembro, a questão das reformas do regime e a possibilidade de criação de novos partidos. Sobre a criação de novas agremiações políticas Cardoso e Goldman se posicionavam contra, defendendo a permanência dentro do MDB e Marcílio e Tavares defendendo a necessidade de criação de um novo partido.

O balanço das eleições de novembro de 1978 foi realizado na edição 27, dezembro de 1978, nele a publicação constata a derrota do governo e afirma que o mesmo só se mantinha através das armas e dos biônicos. Avalia a vitória da oposição nas eleições para o senado como plebiscitárias e que isso aprofundaria a reorganização política e social do país. Já a matéria *Os Herdeiros*[226] trata da disputa em torno a herança do trabalhismo, uma peleja entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, o autor aponta que com o resultado das eleições os novos partidos sairiam e que os socialistas, ou seja, aqueles que estavam dentro da CS estariam na luta pela formação do partido dos trabalhadores. Essa posição de abandono da construção do PS para a construção do PT é reafirmada no texto de Júlio Tavares, *Potencial Socialista*[227], onde o autor tece uma crítica a visão do trabalhismo sobre a burguesia nacional e coloca como tarefa a luta pelo partido dos trabalhadores, se apoiando na posição dos sindicalistas e da oposição da CNTI.

O editorial dos editoriais 1978[228] assinado por Ênio Bucchioni e Omar de Barros traça um panorama da trajetória de *Versus*, assinala os limites da "Cultura como forma de ação" e ressalta a virada para a questão nacional e política. O texto também pontua o racha liderado por Marcos Faerman e afirma que a ousadia

224 *Versus*. Entrevista com Lula à respeito do III congresso dos metalúrgicos de SBC e Diadema, *Versus*, nº 26, nov. 1978, p. 5.
225 CARDOSO, Fernando, H., GOLDMAN, Alberto., MARCÍLIO, Benedito, TAVARES, Júlio. Sobre as duas mortes do príncipe, *Versus*, nº 26, nov. 1978, p. 8-10.
226 LEMOS, Renato. Os Herdeiros, *Versus*, nº 27, dez. 1978, p. 4-6.
227 TAVARES, Júlio. Potencial Socialista, *Versus*, nº 27, dez. 1978, p. 7.
228 BARROS FILHO, Omar. BUCCHIONI, Ênio. O editorial dos editoriais 1978, *Versus*, nº 28, jan. 1979, p. 3-9.

política teve como preço as prisões e a perseguição ao jornal. Os autores terminam com uma fala de Luís Inácio da Silva sobre a necessidade de organização política dos trabalhadores.

Grande parte do número 29, fevereiro de 1979, é dedicada a fazer o balanço do governo Geisel, que chegava ao fim. Em *Bye, Bye Geisel*[229] Ênio Bucchioni afirma que o principal mérito do general teria sido o de se manter no poder durante os cinco anos do mandato, quanto ao processo de abertura seria uma conquista e não uma concessão do regime. Em uma análise mais profunda Jorge Pinheiro[230] busca traçar um perfil do governo Geisel e coloca que o mesmo tinha como meta criar as condições para a abertura política. Desta forma, o governo Geisel estaria mais comprometido com a estrutura capitalista, e por isso, teria sido menos ideológico, o que possibilitou um maior poder de arbitragem. O autor ainda avalia que o governo abandonou seus planos logo no começo do mandato para assumir um caráter "conjunturalista". Já Florestan Fernandes[231] destoa da análise de *Versus*, quando afirma claramente que a proposta de abertura era um projeto de cima para baixo e aponta que o governo Geisel metamorfoseou a ditadura de democracia possível, e obteve como resultado a fragmentação da oposição.

Outro fato político abordado no número 29, foi o congresso metalúrgico de Lins, nele a CS lançou a proposta da fundação do PT, na ocasião a defesa se deu através do sindicato dos metalúrgicos de Santo André. No jornal foi publicado um especial sobre o tema intitulado *O Partido dos Trabalhadores - A álgebra da independência e a aritmética da dominação*[232]. O especial é composto por mini matérias sobre a constituição do PT e porquê não se devia permanecer dentro do MDB.

Em *A ideia da CUT vai se materializando*[233] Ênio Bucchioni narra a reunião dos sindicalistas que ocorreu no sindicato dos metalúrgicos de Osasco, fevereiro de 1979, onde se discutiu a manutenção da unidade sindical e constatou que na questão partidária haveria dissenso. Já *Sobre um Partido dos trabalhadores*

---

229 BUCCHIONI, Ênio. Bye, Bye Geisel, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.3.
230 PINHEIRO, Jorge. Um luiz Bonaparte?, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.4-7.
231 FERNANDES, Florestan. O governo Geisel e a contra revolução, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.8-10.
232 *Versus*. O Partido dos Trabalhadores - A álgebra da independência e a aritmética da dominação, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.11-15.
233 BUCCHIONI, Ênio. A ideia da CUT vai se materializando, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.13.

algumas histórias e considerações[234] Waldo Mermelstein faz alguns resgates históricos, principalmente do trabalhismo inglês, para sair em defesa da proposta de fundação do PT. *Versus* também publicou uma entrevista com Leonel Brizola, onde ele se colocava contra fundação de um partido de classe, com os seguintes argumentos:

> Agora, na minha visão, no meu ponto de vista, eu não vejo condições, não vejo ambiente, não vejo que seria ajustado à nossa realidade a tese de um partido de classe. Acho que o problema brasileiro se enquadra muito dentro da visão "terceiromundista". Nós temos problemas muito sérios, como, por exemplo, a situação dos contingentes imensos da nossa população que são marginais. Então antes de qualquer outra questão, nós precisamos reintegrar, integrar esses contingentes à vida do país, à comunhão nacional.[235]

O novo governo foi analisado por Jorge Pinheiro no artigo *Figueiredo e projeto militar*[236]. O texto faz uma análise do que foi o projeto militar desde o golpe de 1964 e suas nuances com relação a conjuntura internacional, o caráter da dependência e as possibilidades de ruptura, e apontou a dívida externa como um dos principais fatores da dependência econômica.

Desde o número 24, quando se deu a ruptura de Marcos Faerman, *Versus* ficou totalmente sob o controle da CS, que no mesmo período estava enfrentando uma forte campanha de repressão patrocinada pelo regime. Como mais uma etapa da onda repressiva sobre o jornal o número 32, junho de 1979, traz uma fotonovela sobre a devassa que a polícia tentou fazer na redação. A equipe conseguiu debelar essa investida com o apoio de dois deputados estaduais do MDB, Fernando Morais e Sérgio Santos, e o presidente ABI, Alípio Freire. No entanto, a noite naquele mesmo dia, 11 de maio de 1979, a sede do jornal foi invadida e depredada por um grupo de ultradireita chamado ONE (Organização Nacionalista Estudantil). Após esses fatos o agente retornou com o mandado de busca e apreensão, acompanhado de policiais do DOPS.

Essa ação do regime sobre a publicação se combinou com a crise política que se abatia sobre a CS, causada em partes também pela ação da repressão. A equipe editorial conseguiu publicar ainda mais dois números onde abordaram as questões

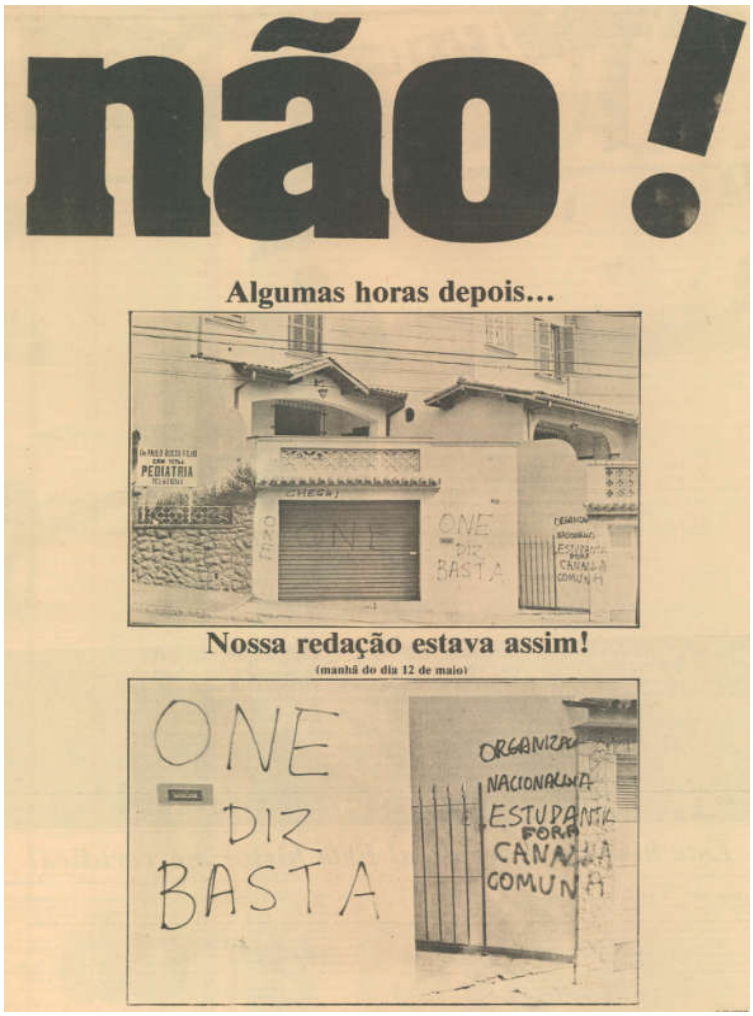
---

234 MERMELSTEIN, Waldo. Sobre um Partido dos trabalhadores algumas histórias e considerações, *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.14.

235 *Versus*. Do outro lado da linha, Leonel Brizola, do exílio..., *Versus*, nº 29, fev. 1979, p.13.

236 PINHEIRO, Jorge. Figueiredo e projeto militar, *Versus*, nº 30, mar. 1979, pp. 4-8.

políticas com uma certa distância, pois a organização estava resolvendo suas questões internas. Assim, as análises se davam de forma mais geral sobre a situação do regime, a denúncia daqueles que se colocavam contra o rompimento com o MDB e os que tentavam refundar o trabalhismo no país, assim como a afirmação da necessidade da construção do PT.


não !

Algumas horas depois...

Nossa redação estava assim!

(manhã do dia 12 de maio)

ONE DIZ BASTA

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA ESTUDANTIL FORA CANALHA COMUNA

Figura 19 – Recorte, *Versus*, número 32, 1979.

Nessa fase final, boa parte das forças do jornal foram dedicadas à denúncia da perseguição que sofria, fazendo inclusive menção ao documento do CIEX que indicava como sufocar os órgãos da imprensa alternativa. Ao agradecer o apoio recebido pelo jornal, Ênio Bucchioni[237] avalia que "em realidade, as orientações e implementações práticas do documento do Centro de Inteligência do Exército, [...] quase nos sufocaram completamente".

No entanto, mesmo após a campanha de solidariedade a equipe só

237 BUCCHIONI, Ênio. Obrigado, *Versus*, nº 33, ago. 1979, pp. 34- 35.

conseguiu publicar mais uma edição, a de número 34, datada de outubro de 1979. Chegava ao fim uma das mais importantes publicações da imprensa alternativa brasileira, que durante seus quatro anos de existência buscou pensar a América Latina, a situação dos negros, e sobretudo respirou os ares da política nacional, exemplo disso, é que aos primeiros ventos da primavera desatou a discutir e a propor alternativas para a nação. Padeceu de efeitos combinados entre a ação repressiva do regime e a crise interna da equipe que lhe dava sustentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecemos ao longo desta dissertação o quadro no qual a América Latina esteve inserida durante a segunda metade do século XX e seus desdobramentos, que significaram uma verdadeira ebulição social que se alternou com golpes militares e ditaduras sangrentas. Essa tônica não é muito diferente de períodos anteriores, mas com características próprias, ou seja, a conexão com a Guerra Fria e o argumento da luta contra o perigo vermelho deram um novo verniz as disputas no continente.

No entanto, um dos elementos que saltam aos olhos nesse processo, para além dos movimentos políticos, foi a tentativa de reinventar a América Latina através da cultura. Esta pensada nos seus mais diversos aspectos, onde eram incorporados elementos eruditos e populares, históricos e atuais, tudo isso com uma certa idealização em mente: a pátria grande. A utopia de que a América Latina poderia se unir sob o signo da resistência ao imperialismo em geral, e em particularmente ao norte-americano, se esta não ocorreu na geopolítica podemos afirmar que se deu nas articulações e fluxos culturais.

É isso que demonstramos quando abordamos as várias publicações que surgiram no continente, com destaque para *Casa de las Américas, Marcha* e *Crisis.* Essa unidade também esteve presente no campo musical com os festivais realizados em Cuba e no Chile e em todo movimento da *Nueva Canción Latinoamericana*. Neste ponto, ressaltamos que fizemos um recorte, ou seja, uma abordagem parcial para facilitar a compreensão do nosso objeto de pesquisa, pois essa unidade atingiu muitos outros campos que não couberam nesta dissertação.

Assim, passamos a análise de como os brasileiros se integram nessa unidade continental. Apontamos como o Brasil viveu um período de forte mobilização social e política e como o golpe de 1964 foi uma resposta a esse ascenso, que tinha entre outros objetivos afastar das esferas de poder um elite política reformista, representada na aliança entre o trabalhismo e o PCB. A questão central nesse momento foi a falta de um plano de resistência ao golpe o que conduziu à dispersão generalizada das forças populares.

A primeira resposta surge justamente no campo cultural que atuou como catalisador nesse momento imediatamente posterior ao golpe. É a partir do campo

cultural que os setores golpeados buscaram se rearticular, através da proposta do PCB de unidade dos intelectuais progressistas. No entanto, essa articulação não ficou impune, a Ditadura Militar assumiu progressivamente a via da repressão direta aos seus opositores. O Brasil assistiu a uma escalada repressiva que teve seu momento de inflexão em 1968, conhecido como o ano que não acabou (VENTURA, 1988). No plano internacional este ano simboliza a busca por uma alternativa aos dois blocos da Guerra Fria.

No Brasil, associado com o cenário internacional, a grande euforia se dava com a entrada em cena do movimento de massas, no movimento estudantil com a mobilização contra o assassinato do Estudante Edson Luís e a Marcha dos 100 mil, ambas no Rio de Janeiro. Já o movimento operário também se rearticulou e começava entrar em movimento com as greves de Osasco, no estado de São Paulo, e Contagem, no estado de Minas Gerais.

É nesse momento que a Ditadura Militar decreta o AI-5, ato que significou o fechamento completo do regime em todas as esferas. Caracterizado como o golpe dentro do golpe o ato desarticulou novamente toda a oposição que buscava se reerguer da derrota de 1964. Essa segunda derrota levou a que vários setores decretassem a impossibilidade de uma resistência pacifica e adotassem a luta armada como única via possível para derrubar a Ditadura Militar. Essa combinação é o pretexto que o regime usou para justificar todo tipo de repressão e assassinato de seus opositores, fato que se deu de forma escancarada até pelo menos 1974, o chamado período de chumbo da Ditadura.

Diante desse mergulho na escuridão, a cultura brasileira entrou em um impasse e alguns artistas buscaram novas inspirações e referências. É aqui que vários setores se voltam para o que acontecia na América Latina e passa a incorporar em seu reportório canções e influências melódicas. Esse processo é fortemente influenciado também pelo fluxo de exilados que se esparramou pelos países do continente, em especial no Cone Sul. Demos a esse processo o título de descobrimento da América Latina por ser esse um momento ímpar na relação da cultura brasileira com os nossos vizinhos.

É desta interação que vai surgir os dois objetos de estudos dessa dissertação, quais são: a corrente política trotskista que assumiu vários nomes, tais como: *Ponto*

de Partida, *Liga Operária*, *PST(b)* e *CS*, mas que mantiveram o padrão de orientação política e o jornal *Versus* que surgiu de forma independente no contexto das revistas culturais que pensavam a América Latina. Vale salientar que a intersecção desses dois objetos se dá justamente em mais um desses fluxos que ocorreram no continente.

No entanto, para analisar o primeiro deles realizamos um percurso sobre a nova esquerda no Brasil. Nosso intuito foi demonstrar em qual base se deu o surgimento dessa nova corrente, que teve uma parte de seus fundadores oriundos de organizações da luta armada. Para isso, abordamos de forma geral a luta armada no Brasil e apontamos a existência de uma segunda onda da nova esquerda que surge do declínio da luta armada e que valorizou as pautas democráticas e identitárias, buscando combinar estas com a questão clássica, ou seja, a organização da luta da classe trabalhadora.

Concluímos que as várias mudanças de denominação que a corrente trotskista sofreu respondiam mais a uma necessidade conjuntural do que a uma mudança de pensamento político em larga escala. E, excetuando o projeto da *CS* que se propunha a base para um partido de massas, o partido socialista, as outras alterações foram um reflexo das ações da repressão sobre a organização. A proposta de fundação do partido socialista foi a ação mais ousada realizada por esta corrente que buscou antecipar um movimento que estava em vias de acontecer, ou seja, o ressurgimento do movimento de massas e a reorganização partidária. Mas, justamente por tentar antecipar a CS sofreu com as disputas que naturalmente aconteceria sem que tivesse a capacidade de articulação e aglutinação necessária para um projeto dessa magnitude.

Outro ponto que pesou contra essa proposta foi a visão esquemática do que seria o partido socialista, o que impediu os setores mais disposto a continuarem participando. Ao se lançar contra as principais correntes do movimento e sofrer uma ação pesada da repressão a CS acabou isolada tendo que abrir mão de sua proposta e apoiar a fundação do PT. O que levou a ruptura de um grande número de militantes. Mas, antes mesmo dessa mudança tática o isolamento político afetou uma das principais frentes de atuação legal da CS, o jornal *Versus,* o que resultou na ruptura de parte da redação.

Para melhor compreensão do projeto editorial de *Versus* destacamos que o surgimento da publicação esta inserido dentro de um fenômeno maior, ou seja, a imprensa alternativa. Esse tipo de imprensa não esteve restrita ao solo nacional, pelo contrário teve importante destaque internacional. Mas no caso brasileiro se caracterizou por se desenvolver dentro de uma Ditadura Militar, o que lhe conferiu um caráter de oposição ao regime e acabou por se constituir como um espaço privilegiado de articulação politica.

A imprensa alternativa foi um fenômeno de extensão nacional que contou com cerca de 150 periódicos, a maioria deles com pequena tiragem e circulação. Alguns desses tiveram distribuição nacional, mas não era a regra. Os motores desse fenômeno foram a modernização da grande imprensa, que representou a perda de liberdade de seus profissionais, o excedente de mão de obra que saia das universidades e o fechamento dos espaços de discussão política que levou a que boa das organizações de oposição, principalmente as de esquerda convergissem para a imprensa alternativa. Com fortes diferenças de profissionalização se comparado com a grande imprensa, essas publicações viveram sob o signo da crise financeira que ao ser combinado com a repressão estatal tornava a tarefa de manter uma publicação muito difícil.

O tipo de repressão à imprensa alternativa se alterou conforme a conjuntura política mudou. Durante os anos de chumbo o confronto foi mais direto com a censura, apressão de edições, fechamento de redações e prisões de jornalistas. Com o projeto de abertura política proposto pelo presidente Geisel e a necessidade de incorporar a grande imprensa nessa articulação o regime colocou fim a censura prévia.

Mas esse aceno a imprensa ficou restrito aos grandes veículos, a imprensa alternativa continuou a ser vista como inimiga. E para combater esse inimigo o Centro de Inteligência do Exército (CIEX) elaborou um plano para colocar termo a esses periódicos. Esse plano atacou justamente o calcanhar de Aquiles desta imprensa, ou seja, sua falta de profissionalização e organização administrativa. Assim, o governo se utilizou de forma legal dos órgãos do estado para promover devassas fiscais nas redações, ações que contaram com a articulação entre Previdência Social, Receita Federal e órgãos policiais.

O regime também se utilizou de meios ilegais para sufocar esses jornais. A Ditadura Militar lançou mão de coação a fornecedores de insumos e donos de gráficas, cancelamento de contratos de distribuição, e a grupos terroristas de extrema de direita que promoveram invasão e destruição de redações, como também uma onda de incêndio das bancas de jornais que vendiam os alternativos. É com esse clima de terror que aqueles que se dedicavam a produzir a imprensa alternativa tinham que conviver. Apesar disto, um grande número de publicações resistiram.

Assim, em nossa avaliação o que levou ao fim da imprensa alternativa foi principalmente o esvaziamento dos elementos que propiciaram o seu surgimento. O processo de abertura deu um novo papel para a grande imprensa, nesta nova conjuntura vários profissionais foram absorvidos nos grandes órgãos, principalmente a *Folha de São Paulo* que assumiu um papel de liderança na transição. A reorganização do movimento sindical também propiciou o surgimento de vários postos de trabalhos para jornalistas que passaram a atuar nos órgãos de comunicação das entidades e, no caso, das organizações de esquerda essas se enveredaram na questão da reorganização partidária e com ela também surgiram os jornais dos partidos e de correntes internas. Desta forma, constatamos que o fim da Ditadura Militar também significou o fim da imprensa alternativa não somente pela repressão, mas principalmente por conta da abertura que esvaziou os elementos de sua sustentação social.

O projeto de *Versus* surgiu durante a segunda onda da imprensa alternativa, quando apareceu os periódicos mais políticos. Apesar disto, o jornal não surgiu como um órgão político e sua principal característica era a linguagem cultural que tinha na América Latina sua razão de ser. O mote do jornal foi melhor delineado no artigo *Discurso aos tupiniquins ou nambás*[238] de Mário Pedrosa:

> A história cultural do Terceiro Mundo já não será uma repetição em *raccourci* da história recente dos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, etc. Ele tem que expulsar de seu selo a mentalidade "desenvolvimentismo", que é a barra em que se apoia o espírito colonialista. […] As populações destituídas da América Latina carregam consigo um passado que nunca lhes foi possível sobrepujar ou sequer exprimir, quer dizer, fazê-lo teoricamente; porque tal expressão nos chega em livros na maior parte deformados

238 PEDROSA, Mário. Discurso aos tupiniquins ou nambás.... *Versus*, n°.04, [abr./maio] 1976,p.40.

ou disfarçados nas más historiografias de origem metropolitana.

E é justamente na tentativa de sobrepujar esse passado que o jornal se lançou com afinco contra essa mentalidade desenvolvimentista. Ao comparar a adoção dos modelos de gestão na grande imprensa e o tipo de imprensa que *Versus* fazia, Marcos Faerman afirmava que a imprensa alternativa não era algo novo, seu formato era o da história da imprensa no Brasil. A grande imprensa é que era algo recente. A noção de imparcialidade e a restrição do espaço opinativo aos editoriais respondia a lógica da imprensa como conglomerado midiático, onde a liberdade de escrita do jornalista desaparece e passa a representar a consciência crítica da classe empresarial pensante.[239]

Apesar de ser um dos grandes jornais da imprensa alternativa *Versus* não tinha uma gestão profissional. Quando completou um ano de existência e atingiu uma vendagem de 20.000 exemplares, a arrecadação cobria os custos, com um pouco de excedente. O jornal tinha no seu núcleo organizador quinze pessoas, sendo que apenas três recebiam salário fixo, os outros colaboravam de graça e a distribuição de renda se dava conforme a necessidade de seus membros.

Mas as diferenças com a grande imprensa não estão restritas às questões administrativas. A principal delas estava na linguagem, na forma como ela era trabalhada. *Versus* buscou uma fusão entre os elementos do jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura e poesia. Quando questionado a respeito da linguagem em *Versus*, Faerman respondeu que: "Não faço jornal à reboque da linguagem cotidiana. Quero pesar na linguagem cotidiana. Não faço jornal com linguagem fácil, parca, mas com uma palavra que enriqueça o leitor"[240].

Isso não se confunde com uma posição diletante a respeito do ofício. Mas sim, se traduz em uma preocupação com o leitor e as pessoas que são objetos da notícia, a "pauta". Ao assumir essa visão, *Versus* se propôs a ser um organizador cultural que enxerga a sociedade dividida em classes, assumindo uma posição. Por isso que a imparcialidade da notícia é vista como uma falácia que busca ocultar essa divisão. Ao discutir o trabalho do repórter e a linguagem na grande imprensa, Faerman aponta que:

A linguagem oficial da imprensa é defendida por muitos jornalistas.

239 Jornais: a força dos pequenos. Cadernos de comunicação Proal, nº 1, abril de 1977.
240 Idem.

> Ou não discutida. Ela é implantada nos jornais por jornalistas. Os vigilantes do texto. Às vezes, os policiais do texto. Uma arma na mão, a caneta. O direito que ganham de modificar o texto. O texto nasce do olhar do repórter sobre a realidade. Mas um olhar que não baixou para a realidade pode modificar as palavras. A defesa de uma linguagem. O esquecimento de que a linguagem 'vem sempre de algum lugar'. De que a linguagem está sempre referida a uma classe social, a um grupo humano. E de que há uma linguagem do poder, como há uma linguagem de crítica ao poder. O quanto pode a linguagem do poder se disseminar pela realidade toda, preenchendo até a linguagem dos sonhos, até se tornar uma linguagem aparentemente neutra e objetiva? A linguagem do poder alcançando até os espaços últimos do senso comum. [241]

Por isso, a busca de uma linguagem que consiga captar a realidade não é considerada uma fuga, mas o único caminho possível para compreender uma sociedade e suas contradições. E é neste ponto que o seu lema *A cultura como forma de ação* ganha seu sentido mais amplo.

Desta forma, com o intuito de melhor apresentar o que foi a trajetória de *Versus* optamos por dividir a nossa análise em três eixos: a temática da América Latina, a questão negra e a abordagem política nacional. Ressaltamos que esses três eixos conviveram na publicação, não representando uma cronologia. O tom e a linguagem adotada estiveram diretamente relacionados com a conjuntura política nacional, se alterando conforme a própria realidade se modificava.

Em sua primeira fase o jornal assume um caráter sombrio, pois teve como uma de suas principais pautas a perseguição e assassinato de jornalistas na Argentina, fato que também ocorreu no Brasil, porém não houve nenhuma referência direta ao assassinato de Vladimir Herzog. Podemos ver nessa postura uma forma de dar visibilidade ao assunto e ao mesmo tempo não sofrer as consequências da repressão e da censura.

Essa foi a mesma postura adotada em relação a crítica do milagre econômico. Para fazê-la o jornal esmiuçou um dos baluartes dos programas de crescimento do governo, a floresta amazônica, que foi alvo de alguns projetos como a rodovia transamazônica e a expansão da fronteira agrícola. O jornal abordou a questão pelos efeitos negativos e devastadores que recaiam sobre a natureza e as populações locais e, ao mesmo tempo, buscou na história exemplos que demonstrassem os efeitos negativos a longo prazo. É nessa perspectiva que são

241 FAERMAN, Marcos. As palavras aprisionadas. *Versus*, n°.07,[dez./jan.]1976, p.38.

publicados, com um tom bastante crítico, os textos sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e os soldados da borracha.

Nas páginas de *Versus* alguns temas que eram relevantes no debate da nova esquerda encontraram espaço, como a pauta das opressões, a questão dos indivíduos e o protagonismo social. Assim, o jornal buscou colocar em evidência aqueles que tiveram esse direito negado ao longo da história e ao tratar de temas como a independência de Guiné-Bissau, ou a questão indígena, o jornal optou por apresentar narrativas, entrevistas e cartas, ao invés de fazer uma análise sociológica.

O exemplo maior desse destaque para a questão das opressões é o espaço dedicado a questão negra. Essa discussão teve início com a cobertura das lutas de independência no continente africano e ganhou novos contornos com a incorporação de um núcleo de jornalistas negros à equipe editorial. Estes passaram a ter um espaço dedicado a temática do negro na sociedade brasileira, que se organizou através da seção Afro-latino-américa. Esse grupo teve papel de destaque na rearticulação do movimento negro e na incorporação de suas pautas na luta pelas liberdades democráticas.

A publicação também assumiu a luta geral de esquerda, contra o imperialismo e a exploração, mas não adotou esse discurso em detrimento de outras identidades. Ao contrário, era na pluralidade que residia a riqueza da transformação social que o jornal buscou incentivar através da cultura. E é assim que é apresentada em suas páginas a luta conta a dependência da América Latina em suas várias facetas: política, econômica e cultural.

Avaliamos que em sua primeira fase o jornal se pautou pela cautela, buscando não atrair para si a atenção da censura. Nesse período, *Versus* interviu de forma indireta nos grandes temas da conjuntura nacional. A partir do número 8, com as mudanças na conjuntura política, começa uma crescente politização de suas páginas, sendo seu ponto inicial a discussão sobre o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha. A entrada em cena do movimento estudantil e outras lutas sociais no ano de 1977, assim como a entrada de militantes da *Liga Operária* na equipe do jornal, aprofundou essa mudança de postura e de linguagem, até o jornal assumir abertamente o discurso político. E é justamente no final da primeira fase que

começa o auge de *Versus*, principalmente a partir do número 7, quando o jornal passa a ter circulação nacional através da distribuidora da editora Abril. Por meio dessa mudança, o jornal passou a ter uma distribuição mais profissional em relação a circulação em algumas bancas e de mão em mão, e alcançou outros estados além do eixo Rio-São Paulo.

Nesse segundo momento a publicação adotou o tom sociológico e incorporou em suas páginas análises de intelectuais sobre diversos temas, ao mesmo que passou a abordar diretamente os rumos das oposições ao regime. Com enfase na crítica as atuações do MDB e do trabalhismo. O primeiro efeito mais contundente sobre *Versus* do seu engajamento foi o cancelamento pela ditadura do espetáculo organizado para arrecadar fundos para o jornal, o evento contaria com grandes nomes da MPB, dentre eles: Milton Nascimento, Chico Buarque e MPB-4[242].

Este fato não intimidou a redação que continuou a editar o jornal e a se engajar politicamente, e o grande salto ocorreu no final de 1977 quando é lançada a proposta de fundação do partido socialista. Nesse momento a publicação assume um outro papel na conjuntura nacional e passa a atuar como um impulsionador da reorganização partidária, que em sua análise aceleraria a transição política. Como demonstramos, essa mudança de patamar se deu pela convergência de visões entre a equipe de redação e a *Liga Operária*, baseada na proposta de um partido socialista amplo e de massas. O que significou a incorporação de dirigentes da organização política na equipe editorial do jornal.

Assim, *Versus* se lançou na disputa política, advogando um rumo a ser tomado pela esquerda na abertura política, isso significou na prática adotar uma política de diferenciação com o trabalhismo, mais diretamente, e com o PCB, indiretamente. Buscou também incidir sobre os autênticos do MDB para aprofundar seu giro à esquerda. Essa articulação teve o mérito de enxergar um momento político rico que se abria na conjuntura e atuou para aprofundá-lo. Mas errou no tempo de implementação da proposta, que em nossa avaliação foi bastante acelerado, não ponderando os limites da abertura política do regime. A questão é que com tantas frentes de batalha e a proposta purista da *Liga Operária,* em relação ao que seria o modelo do partido socialista, a CS acabou isolada na conjuntura não

242 EGYPTO, Luiz. A grande noite (que não houve). *Versus*, n°.12, jul./ago. 1977, p. 06.

atraindo para si amplos setores de massas ou da esquerda organizada.

Figura 20 – Recorte, *Versus,* número 12, p.6, 1977.

Esse isolamento afetou diretamente *Versus* que já começava a sentir o cerco da repressão. Diante desse cenário alguns membros resolveram romper com o jornal, por avaliar justamente que não era mais possível levar a cabo a fundação do partido e que o risco da repressão se abater sobre o jornal era alto. O que se mostrou acertado diante dos acontecimentos que ocorreram logo após o encontro nacional para o lançamento do partido socialista, em agosto de 1978, quando quase toda a direção da CS acabou presa. Essa ação do regime aprofundou o isolamento da CS e consequentemente do jornal, que agora estava totalmente sobre seu controle.

A CS buscou manter a publicação e fez uma campanha de apoio ao jornal,

com a ajuda de Mário Pedrosa conseguiu doações de obras de artistas plásticos para que o jornal conseguisse fazer uma campanha de assinaturas em grupo, quem conseguisse dez assinaturas ganhava gravuras e pinturas. No entanto, a própria CS vivia momentos difíceis, com uma forte disputa interna, que terminou com a ruptura de quase metade de seus militantes que discordavam dos rumos que tomariam no processo de fundação do PT.

Desta forma, *Versus* começou a pesar muito para a CS. Pois o foco da organização era a atuação política e todos os seus quadros estavam voltados para isso, não para fazer jornalismo. Manter o jornal além de ser financeiramente caro e inviável naquele momento exigia a disponibilidade de quadros, que também não era possível. É assim, que em outubro de 1979 sai a última edição de *Versus,* a de número 34.

Versus partilhou da efervescência do período em que circulou desde sua primeira fase, nitidamente marcada pelos suplícios da repressão, passando por um segundo momento de ressurgimento do movimento de massas e das reivindicações de liberdades democráticas. Sua última fase é assinalada pela definição de rumos políticos e do fechamento do ciclo da imprensa alternativa que como assinalamos não resistiu ao processo da transição para a democracia. O jornal foi durante sua existência um espaço de elaboração e debate de ideias de vários setores das oposições, em especial das esquerdas. E esta é em nossa avaliação uma de suas principais virtudes.

REFERÊNCIAS[243]

ABRAMO, Perseu. **Imprensa alternativa: alcances e limites**. In: Tempo e Presença, nº 233, 1988. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/imprensa-alternativa-alcances-e-limites>. Acesso em: 15/4/2018.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Edusc, 2005.

ANTUNES, Ricardo. RIDENTI, Marcelo. **Operários e Estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil.** In: Dossiê: 40 anos de maio de 1968. Mediações, v. 12, n. 2,p.78-89,Jul/Dez.2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura Imprensa e Estado Autoritário: 1968-1978: O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento.** Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no brasil e no mundo na década de 1970.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AZEVEDO, Licínio e RODRIGUES, Maria da Paz. **Diário da libertação: A Guiné-Bissau da nova África.** São Paulo, Versus, 1977.

BARROS FILHO, Omar. **Versus: Páginas da utopia.** Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

_____. **Bolívia: vocação e destino.** São Paulo: Versus, 1980.

BELLINGIERI, J. C. **A Economia no Período Militar: crescimento com endividamento (1964-1984)**. Revista FAFIBE On Line (Online) , Bebedouro-SP, v. 1, p. 1, 2005.

BLANCO, Hugo. **Terra ou morte.** São Paulo: Versus, 1979.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar. **Caminhos cruzados: *Versus* (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura.** São Paulo: Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, 2018.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO, **Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos.** Rio de Janeiro : Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de Massa Sem Massa**. São Paulo:Summus, 1986.

CAPELATO, M. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

243 De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

CARONE, Edgard. **O P.C.B (1943-1964) – Volume II,** São Paulo: Difel, 1982(b).

_____, **O P.C.B (1964-1982) – Volume III**, São Paulo: Difel, 1982(a).

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.** São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado.), 2012.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação.** São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).

COSTA, José caldas da. **Caparaó: A primeira guerrilha contra a ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2007.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974/78.** São Paulo: PUC/SP (Dissertação de mestrado), 1987.

EBLAK DE ARAÚJO. Luís Carlos. **O *Versus* e a imprensa alternativa: Em Busca da identidade latino-americana (1975-1979).** São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 2001.

FALCÃO, Frederico José. **Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)**, São Paulo: Editora Sundermann, 2012.

FARIA, Marcos Moutta. **A experiência do Movimento Convergência Socialista.** In: Cadernos AEL: Trotskismo. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 12, n.22/23, 2005.

FARO. J. S. **Raízes culturais da Imprensa Contemporânea**, Vozes, Vol. 71, n. 67, 1977. Apud: KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 2ª Ed.

FESTA, Regina. **Movimentos sociais, Comunicação popular e alternativa.** In: FESTA, Regina e SILVA, Carlos (orgs). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil, São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

GALEANO, Eduardo. **Vozes & crônicas: Che e outras histórias.** São Paulo: Versus/Global, 1978.

GOLDSZTEJN, H. **Nicarágua guerrilheira: os anjos morrem na estrada.** São Paulo: Versus, 1979.

GOMES, Caio de souza. "**Quando um muro separa, uma ponte une": conexões transnacionais na canção engajada na América latina (anos 1960/70),** São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado), 2013.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70).** Rio de janeiro: Aeroplano, 2004.

JATOBÁ, Roniwalter. **Crônicas da vida operária.** São Paulo: Versus/Global, 1978.

KAREPOVS. Dainis e LEAL. Murilo. **Os Trotskismos no Brasil: 1966 – 2000**. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). História do marxismo no Brasil - Volume 6 - Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa.** 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 2ª Ed.

LUNARDI, Rafaela. ***Em Busca do "Falso Brilhante". Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976).*** Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MANDEL, Ernest; MORENO, Nahuel; BUCCHIONI, Ênio e MARIE, Elizabeth. **China x Vietnã: Revolução chinesa e indochinesa.** São Paulo: Versus, 1979.

MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978).** São Paulo: Global, 1980.

MARINGONI, Gilberto. **A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo.** Desafios do Desenvolvimento - IPEA, Brasília, p. 42 - 56, 01 dez. 2016.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MOTTA, Luiz Eduardo. **Revista Civilização Brasileira (1965-1968): o espaço da resistência intelectual ao Estado autoritário.** Crítica y Emancipación, v. 5, p. 169-184, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980).** São Paulo: Contexto, 2001.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Junior: Uma Biografia Política.** 1ª Ed. São

Paulo:Boitempo, 2016.

PONTES, Paulo. **Arte da resistência: testemunhos e teatro.** São Paulo: Versus, 1977.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe.** São Paulo: Versus/Proposta, 1980.

RIUS, ABCHE. **A história da vida de um revolucionário.** São Paulo: Versus/Espaço, 1980.

_____. **Cuba para principiantes.** São Paulo: Versus/Espaço, 1980.

QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile.** In: AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. História das Américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Editora Unesp, 2010, 2 ed.

_____. **Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução: do CPC à era da TV.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Entre raízes e radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, Jorge Pinheiro dos. **O espectro do vermelho: uma leitura teológica do socialismo no partido dos trabalhadores a partir de paul tillich e de enrique dussel**. São Paulo: Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SECCO, L. **História do PT.** Cotia: Ateliê, 2015, 4. ed.

_____. **A batalha dos livros: A formação da esquerda no Brasil**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

SINGER, Paul. **A crise do "milagre": Interpretação crítica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

SILVA, Antônio Ozaí da. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas**. São Paulo: DAG, 1986.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo.** Petrópolis: Vozes,

1975.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não acabou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.